

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 119/2026
Data: 15/07/2026**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
ETANOL COLOCA BRASIL NA ROTA DOS COMBUSTÍVEIS VERDES DA NAVEGAÇÃO	4
SENADO APROVA MP DO FRETE E CAMINHONEIROS ENCERRAM PROTESTO NO PORTO DE SANTOS	5
SOPESP REALIZA ENCONTRO ANUAL DE SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE	7
EXPANSÃO DE TERMINAL DA VLI NO PORTO DE SANTOS PREOCUPA ENTIDADES POR IMPACTOS AMBIENTAIS	8
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	9
TCU JULGA NESTA QUARTA LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA TRECHO DA TRANSNORDESTINA EM PE	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	11
CONSULTA PÚBLICA SOBRE ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO PORTO DE ITAJAÍ RECEBE CONTRIBUIÇÕES ATÉ 13 DE AGOSTO	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
ESTÁ ABERTA A 2ª RODADA DE CONTRIBUIÇÕES PARA PROGRAMAS DE DESCARBONIZAÇÃO EM PORTOS E NA NAVEGAÇÃO	12
BRASIL ASSINA MEMORANDO QUE PROMOVE INTEGRAÇÃO AÉREA NA AMÉRICA DO SUL	12
PORTARIA ATUALIZA CRITÉRIOS PARA NEGOCIAÇÕES BILATERAIS DE SERVIÇOS AÉREOS	14
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – ETANOL NA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, UM MERCADO A SER CONSTRUÍDO	15
OPINIÃO – DESENVOLVIMENTO - URGÊNCIA DA DISCIPLINA LEGAL DO BL DIGITAL: IMPULSIONANDO O BRASIL PARA O FUTURO DO COMÉRCIO MARÍTIMO	16
POLÍTICA - SENADO APROVA 'PAUTA-BOMBA' E GOVERNO MIRA STF	18
NACIONAL - HUB – CURTAS - SUPER EL NIÑO ACENDE ALERTA PARA PORTOS, HIDROVIAS E TRANSPORTE NO SUL DO BRASIL	19
Super El Niño	19
Chuvas e cheias de rios	19
Minerais críticos: interesse europeu	19
Papel estratégico	19
Atração de investimentos	20
POLÍTICA - DINO VÊ TERCEIRIZAÇÃO DE EMENDAS E COBRA RIGIDEZ NA TRANSPARÊNCIA	20
POLÍTICA – BOLSONARO NÃO QUER MICHELLE NO EXECUTIVO, DIZ PRESIDENTE DO PL	21
POLÍTICA - PRTB DEFINE PRÉ-CANDIDATO A PRESIDENTE	22
POLÍTICA - CEARÁ: PT QUER CID GOMES PARA O SENADO	22
POLÍTICA - TSE PROPÕE SELO DE ACURÁCIA PARA INSTITUTOS DE PESQUISA ELEITORAL	23
POLÍTICA - EMPRESAS DO SETOR CRITICAM A PROPOSTA	24
TRANSPORTES – RODOVIAS - FREE FLOW: VEJA O QUE MUDA COM AS NOVAS REGRAS NA ANCHIETA-IMIGRANTES	25
TRANSPORTES - RODOVIAS - ANTT AUTORIZA PROJETO PARA REGULARIZAR ACESSO NA BR-101 EM JOINVILLE	25
TRANSPORTES - RODOVIAS - SENADO APROVA MP DO FRETE E TEXTO SEGUE PARA SANÇÃO	26
TRANSPORTES – RODOVIAS - FPA DIZ RECONHECER AVANÇOS DURANTE TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO	27
TRANSPORTES - RODOVIAS - CAMINHONEIROS ENCERRAM GREVE APÓS APROVAÇÃO DA MP DO FRETE	28
TRANSPORTES - RODOVIAS - ABRVA PEDE DESMOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE PARALISAÇÃO	29
TRANSPORTES – PORTOS - ABASTECIMENTO COM ETANOL ABRE NOVA FRONTEIRA PARA NAVEGAÇÃO	29
TRANSPORTES - PORTOS - MOBILIZAÇÃO DE CAMINHONEIROS AFETA OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTOS	31
TRANSPORTES - PORTOS – PLANEJAMENTO - A REGULAÇÃO PORTUÁRIA NO DIVÃ	31
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI FIRMAM ACORDO PARA AMPLIAR INTEGRAÇÃO AÉREA	33
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - BOEING REGISTRA MELHOR PRIMEIRO SEMESTRE EM ENTREGAS DESDE 2018	34
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - EMBRAER LANÇA PHENOM 300EV COM SISTEMA DE POUSO AUTOMÁTICO DE EMERGÊNCIA	35
ENERGIA - CNPE APROVA AUMENTO DA MISTURA DE ETANOL NA GASOLINA PARA 32%	36
ENERGIA - GOVERNO AVALIA TORNAR MISTURA PERMANENTE; CÂMARA VÊ MEDIDA COM OTIMISMO	36
BRASIL EXPORT - INFRAËSG DEBATE CORREDORES LOGÍSTICOS SUSTENTÁVEIS NO CENTRO-OESTE EXPORT	37
PROGRAMAÇÃO CENTRO-OESTE EXPORT 2026 - SUJEITA A ALTERAÇÕES E CONFIRMAÇÕES	38
AGROBUSINESS - CONAB ELEVA ESTIMATIVA DA SAFRA DE GRÃOS PARA 360,1 MILHÕES DE TONELADAS	39
COMÉRCIO EXTERIOR - PRAZO PARA APLICAÇÃO DE TARIFAÇO CHEGA AO ÚLTIMO DIA SEM ACORDO	40
COMÉRCIO EXTERIOR - DURIGAN NÃO DESCARTA LEI DA RECIPROCIDADE	41
PAPO DE COMPLIANCE - ORGANIZAÇÃO - GOVERNANÇA: A INTELIGÊNCIA QUE CONECTA BOAS DECISÕES	42
FINANÇAS - BNDES MOVE MOTORISTAS ATINGE R\$ 1 BILHÃO EM FINANCIAMENTOS	44
FINANÇAS - DÓLAR CAI AO MENOR NÍVEL EM 1 MÊS: R\$ 5,07	45



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 119/2026
Página 3 de 70
Data: 15/07/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

JUSTIÇA - JUSTIÇA CONDENA EX-SARGENTO QUE LEVAVA DROGAS EM AVIÃO DA FAB	45
JUSTIÇA - PF INDICIA EX-PRESIDENTE DO INSS	46
INTERNACIONAL - NOVO PRESIDENTE ANUNCIA FIM DO DIÁLOGO COM GUERRILHA NA COLÔMBIA.....	47
INTERNACIONAL - MARCO RUBIO ASSUME CONTROLE EM CARACAS.....	48
INTERNACIONAL - TRUMP FORMALIZA RETOMADA DA GUERRA E RECUA SOBRE ORMUZ.....	48
INTERNACIONAL - REINO UNIDO: ATAQUE FOI PREMEDITADO	50
JORNAL O GLOBO – RJ.....	50
GOVERNO AUMENTA PREVISÃO DA INFLAÇÃO PARA 5,1% EM 2026, ACIMA DO TETO DA META	50
MOTTA E MINISTRO DA FAZENDA ANUNCIAM ACORDO E GOVERNO VAI PUBLICAR MP PARA RENEGOCIAR R\$ 100 BILHÕES EM DÍVIDAS RURAIS	51
EM TROCA DE AMEAÇAS, TRUMP SUGERE ATAQUE A PONTES E USINAS DE ENERGIA DO IRÃ, E TEERÃ SINALIZA BLOQUEIO DE OUTRAS VIAS MARÍTIMAS	53
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	55
TARIFA DE 25% DOS EUA SOBRE PRODUTOS BRASILEIROS DEVE SER ANUNCIADA ESTA TARDE, DIZ SIDÔNIO	55
BRASIL PODE TER ESTE ANO SEGUNDO MAIOR SUPERÁVIT NA BALANÇA COMERCIAL, MESMO COM TARIFAÇO DE TRUMP	56
PETRÓLEO DEVE TER TRAJETÓRIA DE QUEDA MESMO COM ESCALADA DO CONFLITO NO IRÃ, PREVÊ CITI.....	59
CHINA: PIB CRESCE 4,3% NO 2TRI2026, O MENOR ÍNDICE DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	60
VALOR ECONÔMICO (SP).....	61
PETRÓLEO SOBE COM TENSÕES NO ORIENTE MÉDIO E DADOS DE ESTOQUES AMERICANOS	61
FAZENDA VÊ IMPACTO LIMITADO DE NOVAS TARIFAS DOS EUA, MAS ALERTA PARA RISCO INFLACIONÁRIO DO CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO.....	63
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	64
BRASIL EXPORTA 38,5 MILHÕES DE SACAS DE CAFÉ NA SAFRA 2025/26, QUEDA DE 15,7%.....	64
VAST ESTENDE CONTRATO COM PETRONAS BRASIL ATÉ 2027 NO PORTO DO AÇU	66
CONTRATAÇÃO DE VLCCs TEM RECORDES HISTÓRICOS EM ANO ‘SURPREENDENTE’, APONTA MSI	67
APS PUBLICA EDITAL PARA CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE PASSAGEIROS	68
CONAB ESTIMA PRODUÇÃO DE 360 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS NO CICLO 2025/26.....	68
ABB ADQUIRE NORUEGUESA HØGLUND E EXPANDE PORTFÓLIO DE AUTOMAÇÃO MARÍTIMA	69
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	70
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	70



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ETANOL COLOCA BRASIL NA ROTA DOS COMBUSTÍVEIS VERDES DA NAVEGAÇÃO

O primeiro abastecimento de um navio cargueiro, no Porto de Santos, é uma amostra desse potencial
Por Bárbara Farias 15 de julho de 2026



Primeiro navio abastecido com etanol no Brasil foi no Porto de Santos (Vanessa Rodrigues/AT)

O etanol brasileiro é uma solução pronta de combustível verde para atender à demanda do transporte marítimo global, acelerando a transição energética. O primeiro abastecimento de um navio cargueiro, no Porto de Santos, é uma amostra desse potencial. É o que afirmam especialistas ouvidos por A Tribuna.

O navio CMA CGM Iron foi abastecido com etanol no Tecon Santos, da Santos Brasil, em Guarujá, no último domingo. O combustível é o mesmo utilizado nos automóveis.

Na avaliação do responsável técnico de Biossoluções e Fertilizantes do Instituto E+ Transição Energética, Pedro Guedes, o abastecimento comercial de um navio transoceânico com etanol prova o potencial de mobilizar a logística, a produção e a oferta nacionais.

“O etanol já tem um potencial significativo quando produzido de maneira adequada, sustentável, com uma redução entre 75% e 80% das emissões em relação ao combustível convencional, podendo atingir valores ainda mais baixos com melhores práticas agrícolas, fertilizantes de baixo carbono e aumento da produtividade”, afirma Guedes.

O especialista diz que o avanço para o mercado dependerá da regulamentação internacional em discussão na Organização Marítima Internacional (IMO), que deverá reconhecer o etanol como uma das rotas para a descarbonização do setor.

Guedes ressaltou que a consolidação do Brasil como hub de abastecimento exigirá investimentos em logística, infraestrutura portuária e manutenção dos critérios de sustentabilidade. “A validação de um sistema internacional para essa redução de emissões e a infraestrutura e logística competitiva e sustentável no Brasil são pontos críticos para a gente pensar essa questão. É necessário que isso seja assegurado tanto no aspecto da certificação e auditorias quanto na reputação para que a produção possa continuar sendo validada nesses processos internacionais”, ressaltou.

Parcial

O diretor de Meio Ambiente da Portos do Paraná, João Paulo Ribeiro Santana, avalia que o País está parcialmente preparado para consumir etanol. Segundo ele, apesar de possuir tecnologia e produção em escala, os portos brasileiros ainda não possuem uma logística de distribuição preparada.

Quanto aos investimentos necessários, Santana afirmou que dependerão muito de cada caso, “considerando a expertise de cada porto em movimentação prévia ou não de grãos líquidos para finalidade de abastecimento, estruturas de tancagem, distância das regiões produtoras do etanol, infraestrutura de transporte”.

Para ele, o Brasil tem a missão de se tornar um dos principais fornecedores de etanol em escala global. “Precisamos ser protagonistas na transição da matriz energética para os combustíveis de queima limpa. Enquanto não houver tecnologia viabilizada para implantar o hidrogênio verde, por



exemplo, o etanol brasileiro está pronto e devemos posicioná-lo como opção frente ao metanol, GNL e amônia”.

O diretor de Meio Ambiente da Portos do Paraná, João Paulo Ribeiro Santana, argumenta que o potencial do Brasil é reforçado por integrar o Brics (grupo de cooperação entre economias emergentes), ao lado de grandes produtores de cana-de-açúcar, como Índia e China. Ele defende o etanol como alternativa competitiva aos combustíveis desenvolvidos pelos países industrializados.

“Temos pronta outra solução e devemos impô-la como possibilidade. Fabricantes de motores já disseram que podem converter e fabricar motores para o uso do etanol”, afirma.

No entanto, Santana diz que o etanol ainda não compete com o bunker (combustível fóssil) em escala global. “Isso dependerá da sua disponibilidade em escala nos portos mundiais, além de ter o seu custo de produção e distribuição estabelecidos”.

Santana acredita que os investimentos em infraestrutura podem ser compensados pelos ganhos ambientais. “Essas variáveis, que hoje ainda são tratadas como externalidades, deverão compor a tomada de decisão de qual combustível ser utilizado”.

Outra posição

O superintendente de Meio Ambiente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Sidnei Aranha, afirma que o etanol coloca o Brasil em posição privilegiada na transição energética da navegação por se tratar de uma tecnologia consolidada e de um combustível renovável com baixa emissão de carbono.

“O etanol é um combustível alternativo, sustentável, renovável, que tem menor emissão. O Proálcool (Programa Nacional do Álcool) foi instalado no Brasil em 1975. A tecnologia de etanol no Brasil é uma tecnologia consolidada e nós entendemos que o celeiro brasileiro tem condição de plantar cana suficiente para abastecer o mercado internacional”.

Para o superintendente de Meio Ambiente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Sidnei Aranha, a operação realizada no Porto de Santos demonstra que o País oferta uma solução para o mundo na descarbonização do transporte marítimo.

Na avaliação dele, o diferencial brasileiro está na capacidade de produzir em escala e distribuir o combustível para os principais portos do mundo. “Temos terra agricultável, condições climáticas e empresas que já desenvolveram essa tecnologia. Ela tem muita chance de ganhar o mundo”, diz.

Aranha acrescenta que a consolidação do etanol como combustível marítimo poderá fortalecer a posição estratégica do Brasil no cenário internacional. “O Brasil vai se consolidar como a grande potência verde do mundo”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 15/07/2026

SENADO APROVA MP DO FRETE E CAMINHONEIROS ENCERRAM PROTESTO NO PORTO DE SANTOS

Pressão dos caminhoneiros fez senadores pautarem texto; manifestações se intensificaram nesta terça-feira (14) no cais santista

Por ATribuna.com.br 14 de julho de 2026

Pressionado pela intensificação das manifestações de caminhoneiros no País, o Senado aprovou nesta terça-feira (14) a Medida Provisória (MP) 1.343/2026, a chamada MP do Frete. Editada pelo Governo Federal em março, a MP torna obrigatório o cadastramento das operações de transporte rodoviário de cargas e reforça os mecanismos de fiscalização do piso mínimo do frete. Ela perderia a validade nesta quinta-feira (16) se não fosse aprovada.



As manifestações se intensificaram nesta terça-feira (14), no Porto de Santos (Sílvia Luiz/AT)

Logo após a aprovação, os caminhoneiros do Porto de Santos anunciaram o fim dos protestos, que começaram na segunda-feira e ficaram mais contundentes na terça.

O texto aprovado pelo Senado teve alterações em relação ao que saiu da Câmara. Foi retirado o trecho que fixa em R\$ 5 mil o piso salarial para motoristas profissionais de transporte rodoviário que atuem em longas distâncias. Ele segue para sanção presidencial.

Governistas sinalizaram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetará o trecho incluído pela Câmara para dar anistia às multas aplicadas a transportadoras e motoristas por bloqueios de rodovias em 2022.



Os caminhoneiros fizeram paralisações desde a madrugada da última segunda-feira, na Alemoa (Sílvia Luiz/AT)

Movimento

Os caminhoneiros fizeram paralisações desde a madrugada da última segunda-feira, na Alemoa, no Porto de Santos. Na mesma data, uma carreta foi posicionada transversalmente na pista, restringindo temporariamente o tráfego de veículos na saída do viaduto, principal acesso ao Porto.

Nesta terça-feira, no segundo dia de protestos, houve confusão. Por volta de 10h30, policiais militares e um caminhoneiro trocaram agressões.

Segundo imagens obtidas pela Reportagem, um homem desferiu socos contra os agentes e, em seguida, foi atingido por golpes de cassetete e por um soco no rosto por um PM. Ele caiu no chão e foi imobilizado.

Conforme apurado por A Tribuna, houve excessos de ambas as partes, tanto do caminhoneiro quanto dos policiais militares. A situação foi posteriormente controlada e normalizada.

Em nota, a Polícia Militar informou que apura todas as circunstâncias da abordagem e analisa as imagens das câmeras operacionais portáteis (COPs) dos agentes envolvidos.

A PM acrescentou que um homem de 46 anos foi detido na Alemoa. “O suspeito participava de uma manifestação, quando arremessou uma pedra contra o para-brisa de um caminhão que trafegava pela via. Durante a abordagem, ele resistiu à ação policial e investiu contra os policiais. Outros manifestantes tentaram impedir a detenção e avançaram para cima dos PMs, que intervieram”, diz a nota.



O detido, segundo a PM, foi conduzido ao pronto-socorro para atendimento médico e em seguida ao 5º Distrito Policial de Santos, onde foi ouvido e liberado.

Autoridade Portuária de Santos informou que, devido ao protesto, alguns navios ficaram inoperantes (Sílvia Luiz/AT)

Navios

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que, devido ao protesto, dos 36 navios atracados na noite desta terça-feira (14), seis estavam inoperantes e um com operação atrasada. “O tráfego de veículos nas vias portuárias segue sem bloqueios. Verifica-se a redução no fluxo de caminhões ao Porto, número que ainda está sendo contabilizado”, completou, em nota, ontem.

A Prefeitura de Santos informou que monitorava a situação via câmeras pelo Centro de Controle Operacional (CCO) e que o trânsito permanecia bom e sem interferências.

Na tarde desta terça, segundo a APS, a Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos/SP) elevou o nível de segurança do Porto, “que permite a eventual ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, uma vez que foram verificados atos isolados de vandalismo desde o início do protesto”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 14/07/2026

SOPESP REALIZA ENCONTRO ANUAL DE SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Evento foi na sede do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista
Da ATribuna.com.br 14 de julho de 2026



O evento contou com a participação de profissionais das áreas de Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente que atuam nas operações portuárias (Divulgação)

A quarta edição do Encontro Anual de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), promovido pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), reuniu, na manhã desta terça-feira (14), representantes de empresas associadas para discutir gestão de riscos, liderança, saúde emocional e segurança no ambiente de trabalho.

Realizado na sede do Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), o evento contou com a participação de profissionais das áreas de Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente que atuam nas operações portuárias.

Entre os palestrantes estiveram Hemerson Braga, consultor de SSMA do Sopesp, e a psicóloga Luciana Cescon. As apresentações abordaram aspectos técnicos e comportamentais relacionados à prevenção de riscos, à preparação para situações de emergência, à atuação das lideranças e ao cuidado com a saúde emocional dos trabalhadores.

Para Hemerson Braga, o planejamento para emergências exige preparação contínua e envolve uma série de procedimentos que vão além da elaboração de um plano formal.

“Quanto mais uma empresa se prepara para uma emergência, mais condições terão de tomar as melhores decisões no momento de uma ocorrência. Esse trabalho envolve treinamentos, reuniões, simulados, relatórios e o cumprimento de normas como a NR-29. A situação real provavelmente será diferente daquilo que foi planejado, mas todo esse conhecimento permite uma resposta mais rápida e segura, reduzindo os riscos para os trabalhadores, o meio ambiente e a comunidade do entorno”, afirma ele.

A psicóloga Luciana Cescon abordou as relações interpessoais e a importância de incorporar o cuidado com a saúde mental à rotina e à cultura das organizações.

“O trabalho é realizado por pessoas e, por isso, falar de saúde mental também significa discutir relações interpessoais, liderança, cuidado e cultura organizacional. Reunir profissionais de diferentes empresas permite discutir esses aspectos de forma prática e refletir sobre como podem ser incorporados à realidade de cada organização, contribuindo para relações mais harmoniosas e para um ambiente de trabalho mais saudável”, destaca.

A programação também abriu espaço para que os participantes compartilhassem situações enfrentadas no dia a dia das operações e práticas adotadas pelas empresas na área de SSMA, ampliando a troca de experiências e a discussão sobre formas de aprimorar as ações de prevenção, segurança e cuidado com os trabalhadores.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 14/07/2026

EXPANSÃO DE TERMINAL DA VLI NO PORTO DE SANTOS PREOCUPA ENTIDADES POR IMPACTOS AMBIENTAIS

Audiência pública sobre ampliação do Tiplam reuniu críticas de comunidades pesqueiras

Por Ted Sartori 14 de julho de 2026



Sob críticas, representantes da empresa apresentaram o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (Sílvia Luiz/AT)

Os pescadores artesanais mostraram muita preocupação com os impactos ambientais e econômicos da expansão do Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), da Ultrafértil, que pertence ao Grupo VLI e fica na Área Continental de Santos.

O sentimento mostrou-se evidente durante a audiência pública promovida pelo Conselho Estadual do Meio

Ambiente (Consema) envolvendo o licenciamento ambiental do empreendimento, realizada ontem, no Teatro Guarany, em Santos.

Marly Vicente, presidente do Instituto Socioambiental e Cultural da Vila dos Pescadores, em Cubatão, deixou claro que não é contra o progresso, mas o deseja com equilíbrio, sem apenas o olhar nos lucros. “No entorno de onde está sendo impactado, a dois quilômetros, está a Vila dos Pescadores, com pessoas que têm história. Queremos que a empresa traga propostas e não caviar. Queremos o arroz com feijão, que o pescador vá e traga o peixe”, comenta.

Paulo Boguea, gerente geral responsável pelas operações do Tiplam, explicou que a expansão mais do que dobrará a movimentação anual (de 17 para 45 milhões de toneladas). “Vamos colocar mais quatro berços, mais sete armazéns, mais duas moegas ferroviárias e outras duas rodoviárias, além de dois tombadores. Também vamos levar o calado para 14,25 metros, acrescentar 25 quilômetros de ferrovia, ampliar a portaria, a ponte ferroviária e viadutos”, detalha.

Representante de uma colônia de pescadores de Santos, Rogério Rocha deixa claro que os pescadores são os maiores prejudicados. “Eles perdem o seu poder econômico. Algo tem que ser voltado para o pescador e não só para a comunidade da qual ele faz parte”, afirma.

Respostas

Paulo Boguea deixou claro que haverá geração de empregos para moradores da região. “É o foco do empreendimento”, define. Estão previstas 4 mil vagas para as obras - com duração de três anos - e 600 na operação do terminal.

Além das considerações dos presentes, também foram apresentados o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), que concluiu pela viabilidade prévia do empreendimento, desde que seguidas as condições estabelecidas no processo de licenciamento e implementados os programas ambientais propostos. Nas fases de planejamento e implantação da obra, a maioria dos impactos é de natureza negativa.

“Pela participação da sociedade hoje (ontem), notamos que um dos principais impactos colocados foi a possível interferência sobre a atividade pesqueira. Existem alguns programas ambientais específicos, dentre eles o Programa de Apoio à Pesca, onde são colocadas medidas para valorizar a atividade e, especialmente, criar fórum participativo”, explica Gimel Roberto Zanin, coordenador técnico da CPEA, empresa responsável pelo estudo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 14/07/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

TCU JULGA NESTA QUARTA LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA TRECHO DA TRANSNORDESTINA EM PE

Estudo técnico da Sudene sobre a viabilidade do trecho da Transnordestina, que apresenta ganho social de R\$ 4,76 bilhões, tenta reverter bloqueio de novos aportes financeiros na ferrovia pernambucana

Por Edward Pena



A consolidação do trecho Salgueiro-Suape mexe diretamente com o coração da economia regional, já que a área de influência dos dois terminais concentra mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste, destaca a Sudene. Foto: Elvis Aleluia/Sudene

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) analisa nesta quarta-feira (15) o recurso que pode destravar os investimentos federais para Ferrovia Transnordestina em Pernambuco. O julgamento dos embargos de declaração do processo TC 017.603/2024-2, sob relatoria do ministro Jhonatan de Jesus, é um passo decisivo para que o governo possa autorizar novos aportes financeiros no trecho entre a cidade de Salgueiro, no sertão do estado, e o Porto de Suape, no litoral sul pernambucano.

Para tentar reverter as restrições impostas pela Corte de Contas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) entregou formalmente ao tribunal, na última segunda-feira (13), um robusto estudo de viabilidade socioeconômica.

O documento, segundo a superintendência, atende diretamente às exigências do Acórdão nº 1.217/2026, que condicionava qualquer novo contrato financeiro à comprovação da vantajosidade do empreendimento.

Expectativa do julgamento no plenário do TCU

Ao Movimento Econômico, o TCU confirmou que a análise jurídica da ferrovia está pronta para ser votada pelo colegiado. “O processo está pautado para apreciação na Sessão do Plenário de amanhã (esta quarta). Não há informações públicas disponíveis antes do acórdão”, disse o tribunal, em nota.

Os ministros analisarão se as novas garantias técnicas e financeiras apresentadas são suficientes para sanar as fragilidades apontadas anteriormente na gestão e na execução das obras. O processo

vinha travando o repasse de verbas públicas sob o argumento de que faltava consistência técnica ao projeto pernambucano.

Sudene responde aos três questionamentos do tribunal

O plano encaminhado pela autarquia busca solucionar de vez os gargalos levantados pelos ministros. A Sudene explicou que, em linhas gerais, o TCU fez três questionamentos.

O primeiro questiona a viabilidade socioeconômica da obra. Nas avaliações do tribunal, aponta a Sudene, a obra não se justificava. “Tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social. Então, solicitou que isso fosse mais detalhado”, disse o órgão ao Movimento Econômico.

Ainda segundo a autarquia, as outras duas frentes atacadas dizem respeito aos agentes públicos envolvidos e à organização do cronograma físico. “A segunda questão que eles levantaram foi sobre a governança, no sentido da gestão dos entes que estão envolvidos nessa obra. Governo Federal, Infra, ANTT, Ibama... todos os órgãos federais que de alguma maneira precisam agir para fazer a obra andar”, continuou.

“Dentro desse escopo tem temas como desapropriação, os impactos ambientais. Na visão do TCU, essa estrutura de gestão estava frágil e fragmentada”, complementou.

E o terceiro questionamento foi sobre a lógica de sequenciamento. “E o estudo da Sudene mostra justamente como esses três pontos podem ser reinterpretados a partir de novos fundamentos que a Sudene trouxe”, ressaltou a autarquia.

O peso do valor social e econômico da ferrovia

O principal trunfo da Sudene para convencer os ministros nesta quarta-feira é a apresentação de um indicador inovador de benefício coletivo. Os técnicos da autarquia calcularam que o trecho de Salgueiro a Suape projeta um Valor Social Presente Líquido (VSPL) positivo de R\$ 4,76 bilhões e uma Taxa de Retorno Econômico (TRE) de 15,53%.

De acordo com o superintendente do órgão, Francisco Alexandre, os argumentos humanitários e de infraestrutura devem ser avaliados de forma conjunta na análise do recurso.

“Os aspectos sociais deste empreendimento fortalecem sua execução. Associados aos potenciais econômicos que já estão presentes e aos que podem surgir, o valor social reforça a importância da obra para a região”, afirmou.

Proposta de câmara de conciliação para destravar governança

Para resolver a suposta fragilidade e a fragmentação na governança entre órgãos federais, o estudo propõe uma solução administrativa prática. A autarquia sugeriu formalmente a criação de uma câmara de conciliação interinstitucional.

Essa nova estrutura de gestão terá como objetivo central coordenar e acelerar os processos de licenciamento socioambiental, as desapropriações de terras e as questões fundiárias ao longo do traçado ferroviário. A medida visa dar respostas rápidas aos problemas operacionais que historicamente paralisaram o avanço físico dos trilhos no estado de Pernambuco.

Projeções de cargas e transporte em dois sentidos

A revisão da matriz de transportes também foi modificada para dar sustentabilidade financeira à ferrovia. O projeto inicial focava quase exclusivamente na exportação de gesso e grãos, mas o novo documento incorpora o mercado consumidor do Nordeste, prevendo cargas como combustíveis, fertilizantes, calcário, siderurgia e contêineres.

Com a operação atuando em fluxo de ida e volta, a estimativa de transporte anual da ferrovia saltou para uma faixa que varia de 18 milhões a 24 milhões de toneladas de mercadorias. O traçado redesenhado amplia a área de influência direta da Transnordestina pernambucana, alcançando mais de 400 municípios do interior e do litoral da região.

Impacto no PIB e geração de 13 mil empregos

A consolidação do trecho Salgueiro-Suape mexe diretamente com o coração da economia regional, já que a área de influência dos dois terminais concentra mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste, destaca a Sudene.

O estudo prevê uma injeção financeira de R\$ 8,23 bilhões no Valor Adicionado Bruto (VAB) durante a construção, com ganho anual de R\$ 910 milhões após o início da operação. No mercado de trabalho, a expectativa é de forte aquecimento na oferta de vagas. Na fase de implantação, estima-se a abertura de aproximadamente 13 mil empregos diretos.

E na fase posterior, quando as locomotivas entrarem nos trilhos de forma definitiva, o funcionamento da malha, dos terminais e das atividades logísticas associadas deve garantir aproximadamente de 9,6 mil postos de trabalho permanentes, além de uma injeção de R\$ 4,16 bilhões na massa salarial em Pernambuco.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 15/07/2026



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

CONSULTA PÚBLICA SOBRE ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO PORTO DE ITAJAÍ RECEBE CONTRIBUIÇÕES ATÉ 13 DE AGOSTO

Audiência pública terá data, horário e formato divulgados oportunamente



Brasília, 14/07/2026 – Está aberto, até 13/08, o período de manifestações com foco nas contribuições para a Consulta e Audiência Públicas nº 07/2026, promovidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A iniciativa busca aperfeiçoar os documentos técnicos e jurídicos relativos ao processo de arrendamento da área ITJ01, localizada no Porto Organizado de Itajaí (SC), destinada à movimentação e armazenagem das cargas gerais e containerizadas. O período de participação teve início em 29/06, e a data, o horário, local e o formato da

audiência pública serão definidos e divulgados oportunamente.

Os interessados deverão encaminhar suas sugestões até as 23h59 de 13/08, exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponível na página da Consulta e Audiência Públicas nº 07/2026 no portal da ANTAQ. O envio de imagens digitais poderá ser feito pelo e-mail anexo_audiencia072026@antag.gov.br, desde que o contribuinte esteja devidamente identificado e respeite o prazo previsto.

Os documentos técnicos e jurídicos relacionados à consulta pública estão disponíveis no portal da Agência, na mesma página da Consulta e Audiência Públicas nº 07/2026. Após o encerramento do prazo, todas as manifestações recebidas serão disponibilizadas aos interessados no site da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 15/07/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

ESTÁ ABERTA A 2ª RODADA DE CONTRIBUIÇÕES PARA PROGRAMAS DE DESCARBONIZAÇÃO EM PORTOS E NA NAVEGAÇÃO

Contribuições podem ser feitas de forma on-line até o próximo dia 20 de julho

A segunda rodada de contribuições dos setores portuário e da navegação para a elaboração do diagnóstico de descarbonização já está aberta. A etapa integra a construção do Programa Nacional de Descarbonização de Portos (PND-Portos) e do Programa Nacional de Descarbonização da Navegação (PND-Navegação), do Ministério de Portos e Aeroportos. A iniciativa é feita em cooperação com o Laboratório de Transporte e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC).



Setor portuário e de navegação pode participar da construção dos programas nacionais de descarbonização por meio de formulário on-line

Os programas têm como objetivo reunir diretrizes voltadas à redução das emissões de carbono, ao aumento da eficiência energética e ao fortalecimento da sustentabilidade no sistema portuário e hidroviário brasileiro. A elaboração está sendo feita de forma colaborativa, com a participação de representantes do setor portuário, da navegação, da academia, da sociedade civil e demais interessados.

As contribuições devem ser feitas a partir dos nove eixos temáticos definidos na primeira etapa de participação. Após a leitura das tendências, desafios, oportunidades e soluções identificadas em cada eixo, os participantes poderão sugerir a inclusão, exclusão ou alteração dos elementos apresentados.

Os detalhes de cada temática estão disponíveis no mesmo espaço em que as contribuições podem ser realizadas. As sugestões devem ser enviadas por meio de formulário eletrônico.

Anota aí!

O quê: 2ª rodada de contribuições para os programas de descarbonização de portos e da navegação

Prazo: até 20 de julho

Formulário: disponível aqui.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/07/2026

BRASIL ASSINA MEMORANDO QUE PROMOVE INTEGRAÇÃO AÉREA NA AMÉRICA DO SUL

Documento prevê a criação de grupo de trabalho para elaborar propostas voltadas à implementação do Céu Único Sul-Americano

O Brasil celebrou, nesta terça-feira (14), em Assunção, no Paraguai, o Memorando de Entendimento sobre o Acordo de Liberalização Aérea Sul-Americana (Alas), que estabelece diretrizes para a cooperação entre os países na construção gradual do chamado Céu Único Sul-Americano. O documento também foi assinado por Argentina, Chile e Paraguai.



Autoridades posam após assinatura do Acordo ALAS. Foto: Matheus Fagundes/MPor

O instrumento expressa a intenção dos signatários de desenvolver, de forma progressiva, um mercado aéreo sul-americano com maior abertura à prestação de serviços aéreos, respeitando os marcos legais e regulatórios de cada país. Entre os objetivos estão a ampliação de voos, a redução gradual de barreiras regulatórias e a evolução das regras de acesso aos mercados do transporte aéreo.

O acordo estabelece um caminho para uma integração aérea cada vez maior entre os países da América do Sul. O Brasil participa desse processo oferecendo, neste momento, direitos da 7ª Liberdade do Ar para passageiros e mantendo aberta a possibilidade de avançar para níveis mais amplos das Liberdades do Ar, conforme a evolução do marco legal brasileiro.

“Demos um primeiro passo para que possamos ter mais cidades conectadas na América do Sul. Essa parceria que assinamos com Paraguai e Argentina, para a implementação da 7ª Liberdade do Ar, e para a realização de estudos voltados ao acesso às demais liberdades, permitirá que, no futuro, estejamos mais integrados, assim como ocorre na União Europeia, na África e na Oceania”, declarou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

O Uruguai informou que deverá aderir ao memorando em momento posterior, em razão de trâmites administrativos. A iniciativa permanece aberta e será discutida com outros países sul-americanos interessados em participar.



Ministro Tomé Franca discursa após assinatura do Memorando de Entendimento com Paraguai e Argentina. Foto: Assessoria do governo do Paraguai

O tratado prevê ainda a criação do Grupo de Trabalho Alas, formado por representantes das autoridades aeronáuticas dos países participantes. O colegiado terá prazo de até 12 meses para elaborar propostas relacionadas à implementação gradual do Céu Único Sul-Americano, incluindo temas como harmonização regulatória, reconhecimento mútuo de certificados e licenças, facilitação do transporte aéreo, direitos dos

passageiros, sustentabilidade ambiental e infraestrutura aeroportuária e de navegação aérea.

Mercado internacional

Ainda durante a agenda em Assunção, as autoridades brasileiras assinaram memorandos de entendimento (MoUs) com Paraguai e Argentina para atualizar os Acordos Bilaterais de Serviços Aéreos, com a incorporação da 7ª Liberdade do Ar para voos de passageiros, de carga e mistos (passageiros e carga).

Os memorandos têm efeito imediato e permitem a aplicação das novas regras enquanto os acordos bilaterais passam pelos trâmites legais necessários à sua atualização, incluindo, no caso do Brasil, a aprovação pelo Congresso Nacional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 15/07/2026

PORTARIA ATUALIZA CRITÉRIOS PARA NEGOCIAÇÕES BILATERAIS DE SERVIÇOS AÉREOS

Texto amplia possibilidades para a celebração de acordos internacionais e fortalece a integração do mercado aéreo sul-americano



Aeronaves no pátio do Aeroporto de Confins;. Foto. MPor.

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) publicou nesta terça-feira (14), no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 43 de 10 de julho de 2026, que atualiza as diretrizes para a negociação dos Acordos Bilaterais de Serviços Aéreos (ASAs) celebrados pelo Brasil com outros países. A norma amplia a possibilidade de negociação de acordos para que contemplem até a 7ª Liberdade do Ar para operações de com passageiros e cargas (mistas). As operações exclusivamente

cargueiras já eram permitidas.

A medida representa avanço na política de abertura ao transporte aéreo internacional. Até então, as diretrizes permitiam a negociação de acordos contemplando, no máximo, a 5ª Liberdade do Ar.

A 7ª Liberdade do Ar permite que uma empresa aérea opere voos entre dois países estrangeiros sem que a operação tenha origem ou destino em seu país de registro, desde que esse direito esteja previsto nos acordos entre os países envolvidos. Por exemplo, uma empresa aérea brasileira poderá operar um voo entre Buenos Aires, na Argentina, e Lima, no Peru, sem necessidade de que a operação tenha início ou término no Brasil.



Infográfico 7ª Liberdade do Ar

Ao permitir a negociação gradual de níveis mais avançados das Liberdades do Ar, o Brasil abre caminho para a construção de um mercado único sul-americano, estimulando a concorrência e fortalecendo a integração entre os países.

A portaria estabelece ainda que o Brasil buscará, nas futuras negociações, promover a convergência regulatória e a harmonização de procedimentos operacionais, de facilitação e de segurança da aviação civil. A diretriz também incentiva o reconhecimento mútuo de certificações, licenças e autorizações emitidas pelas autoridades de aviação civil dos países sul-americanos, contribuindo para reduzir barreiras operacionais e estimular a integração do transporte aéreo na região.



Operações

Os Acordos Bilaterais de Serviços Aéreos são instrumentos firmados entre dois países para orientar a prestação de serviços aéreos internacionais. Esses acordos estabelecem as condições de operação das empresas, incluindo a designação de transportadoras, as rotas autorizadas, a capacidade ofertada e os direitos de tráfego que poderão ser exercidos.

Esses direitos são conhecidos como Liberdades do Ar e foram estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci), para definir o grau de acesso das companhias aéreas aos mercados internacionais. Quanto maior o número da liberdade concedida, maior é a flexibilidade operacional das empresas e mais amplo o potencial de integração entre os países.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 15/07/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – ETANOL NA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, UM MERCADO A SER CONSTRUÍDO

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

O navio-contêineiro CMA CGM Iron atracou no Tecon Santos, no Porto de Santos (SP), no último sábado, e saiu com 500 toneladas de etanol no tanque. A operação que o BE News antecipou e defendeu antes de acontecer é agora um fato — o primeiro abastecimento de etanol em um porta-contêineres realizado no Brasil ocorreu, funcionou e foi declarado bem-sucedido por todas as partes envolvidas. A Copersucar produziu o combustível, a Bunker One viabilizou o transporte e o abastecimento, a armadora CMA CGM confirmou que o bioetanol funciona em seus motores tri-combustíveis e a Santos Brasil concluiu a operação no maior terminal de contêineres da América Latina. O teste está feito. A questão agora não é mais se o etanol pode ser combustível marítimo, mas se o Brasil vai construir a infraestrutura e a regulação que transformarão essa operação inaugural em mercado permanente.

O dimensionamento feito pelo presidente da Copersucar, Tomás Manzano, é o número que o Governo Federal precisa colocar na frente de qualquer reunião sobre política energética nos próximos meses: se apenas 10% do combustível de navegação global for substituído por etanol, a demanda seria de 50 bilhões de litros por ano. O Brasil produz hoje 37 bilhões. Em outras palavras, um único segmento com adoção parcial do etanol marítimo poderia absorver a produção inteira do País. E ainda demandar expansão. Não é projeção acadêmica, é a aritmética básica de um mercado que está se formando agora, com armadoras como a CMA CGM já operando 12 navios com motores tricombustíveis e planejando chegar a 200 embarcações com energias de baixo carbono até 2031.

A CEO da CMA CGM no Brasil, Neusa Marcelino, foi precisa ao descrever a estratégia da armadora: diversificação de combustíveis, sem aposta em um único vencedor tecnológico, com testes progressivos para identificar o que funciona em escala. O bioetanol passou no teste de sábado. Mas a executiva também foi direta sobre o que vem a seguir: aguardar os resultados e avaliar a escalabilidade. É exatamente aí que entra o papel do Estado brasileiro, porque a decisão de uma armadora de adotar o etanol em suas rotas regulares não depende apenas da viabilidade técnica do combustível; depende de garantia de abastecimento consistente nos portos de sua rede global, de certificação de sustentabilidade reconhecida internacionalmente e de preço competindo com o bunker convencional ao longo do tempo. Nenhum desses três fatores se constrói sem política pública.

O presidente da Copersucar identificou com precisão o próximo desafio: a criação de corredores verdes de abastecimento, rotas em que o etanol esteja disponível em múltiplos portos, permitindo que navios planejem seu reabastecimento com biocombustível de forma previsível, sem depender de operações pontuais negociadas caso a caso. Para isso, Santos precisa de infraestrutura permanente

de armazenamento e transferência de etanol, não uma barcaça adaptada para um teste, mas instalações regulares integradas à operação portuária. E outros portos da rota das armadoras que operam na América do Sul, como Paranaguá (PR), Itajaí (SC), Suape (PE), Pecém (CE), precisarão desenvolver capacidade equivalente se o Brasil quiser ser hub de abastecimento, e não apenas fornecedor de matéria-prima para corredores verdes montados por outros países.

O BE News cobrou, no editorial publicado antes da operação, três providências do Governo Federal: mandatos de mistura progressiva de biocombustível nas operações de abastecimento nos portos nacionais, sistema de certificação de origem e emissões compatível com os padrões da Organização Marítima Internacional e, ainda, incentivos fiscais que tornem o etanol marítimo competitivo durante o período de transição. A operação de sábado não mudou essa lista, mas confirmou sua urgência. O CMA CGM Iron saiu de Santos com etanol no tanque. Se o próximo navio da armadora a passar pelo Brasil quiser fazer o mesmo, o abastecimento estará disponível? A resposta honesta, hoje, é: não necessariamente. E enquanto essa resposta não mudar, o pioneirismo de sábado corre o risco de ficar na história como a primeira operação, não como o começo de um mercado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

OPINIÃO – DESENVOLVIMENTO - URGÊNCIA DA DISCIPLINA LEGAL DO BL DIGITAL: IMPULSIONANDO O BRASIL PARA O FUTURO DO COMÉRCIO MARÍTIMO



JULIO LOPES

Deputado federal pelo PP (RJ) e presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo

opinioao@portalbenews.com.br

Os principais transportadores marítimos globais se comprometeram a migrar do BL físico para o e-BL até 2030. (...) Não é nada realista esperar que o mundo passe a adotar a ICP-Brasil para fazer negócios com o Brasil. Também parece fazer pouco sentido imprimir, assinar e escanear o e-BL para que, então, ele seja válido.

O Brasil se depara com a oportunidade ideal – eu diria inescapável – de modernizar seu comércio internacional e se juntar a um grupo restrito de países como China e Estados Unidos. O que está em discussão é a chance de conferir validade jurídica à versão eletrônica do principal documento utilizado no comércio marítimo internacional, o chamado Conhecimento de Embarque (Bill of Lading – BL). Hoje, a ausência de disciplina jurídica específica sobre o e-BL projeta uma sombra de opacidade quanto à ampla adoção do modelo eletrônico pelos embarcadores de cargas.

A inclusão da modalidade eletrônica em nossa legislação representará grande avanço para a desburocratização e para o aumento da produtividade do Comércio Exterior realizado por via marítima, responsável pela quase totalidade das exportações e importações brasileiras.

O Bill of Lading é um documento de importância milenar e pilar fundamental do comércio exterior. Ele faz a triangulação contratual entre remetente, transportador e destinatário, assegura a condição da carga embarcada, e configura título de crédito.

A modernização do comércio internacional impulsionou a necessidade de digitalizar este documento, dando origem à sua versão nato-digital, o Electronic Bill of Lading (e-BL). Porém, apesar do inegável progresso tecnológico e da adoção do e-BL pelos principais parceiros comerciais do Brasil, ainda enfrentamos desafios no tema.

Em 2017, a Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) aprovou a Lei Modelo para Registros Eletrônicos Transferíveis (MLETR). Nessa esteira, nações de todos os continentes vêm adotando legislações que tratam desse tema, incluindo China, Estados Unidos e União Europeia. Outras dezenas de países, mesmo sem leis específicas, não enfrentam resistências na adoção do e-BL.



A crescente adesão ao e-BL por grandes potências mundiais acende um alerta sobre a necessidade de modernização do arcabouço jurídico nacional, pois esses países têm participação fundamental na economia brasileira. A China, por exemplo, é a maior parceira de trocas comerciais, totalizando o expressivo volume de 28,7% das exportações e importações brasileiras no ano de 2025, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Os Estados Unidos, tradicionalmente um dos principais polos do comércio global, também exercem influência significativa. Em 2025, o país norte-americano figurou como o segundo maior parceiro comercial do Brasil, correspondendo a 10,82% das exportações e a 16,11% das importações.

A União Europeia, por sua vez, é o segundo principal destino das exportações brasileiras, ficando atrás apenas da China. Em 2025, 14,3% dos produtos exportados pelo Brasil foram para o bloco europeu, totalizando US\$ 49,8 bilhões em vendas.

As justificativas para a adoção do e-BL vão além da segurança jurídica e são robustas. Processos baseados em papel são marcados por ineficiências e vulnerabilidades. Além disso, o uso do papel implica custos de mão de obra, tempo, recursos financeiros e um aumento da pegada de carbono, especialmente em situações que exigem a duplicação de documentos extensos.

Para termos de comparação, a versão física do BL demanda em torno de uma hora para recebimento, conferência de autenticidade, produção de cópias e devolução física ao cliente. Com o e-BL, nascido e gerido em blockchain, esse tempo pode diminuir para menos de 10 minutos, com redução substancial de riscos.

Além disso, o e-BL amplia significativamente a rastreabilidade do documento ao longo de todo o seu ciclo de vida, garantindo maior transparência, controle e visibilidade sobre emissão, transferência e titularidade do documento em tempo real.

Tudo somado, a disciplina normativa clara do e-BL possui potencial direto de aumentar a competitividade logística nacional, reduzindo atrasos documentais, custos operacionais indiretos, exposição a armazenagem adicional, retrabalhos administrativos e ineficiências que ainda impactam a cadeia de comércio exterior brasileira. Há ainda ganhos relevantes de integração tecnológica e previsibilidade operacional, alinhando o Brasil aos padrões internacionais de digitalização e eficiência logística.

Esse mundo é desconhecido do nosso Código Comercial, de 1850, que prevê o conhecimento de embarque (BL) no seu artigo 575. Por aqui, outras leis vêm tangenciando a questão. A Lei de Liberdade Econômica validou juridicamente o documento digitalizado. A Medida Provisória 2200-2/2001, que criou a ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), sistema que viabiliza a emissão de certificados digitais de forma segura para pessoas físicas, empresas e órgãos, validou juridicamente o documento nato-digital assinado eletronicamente. Contudo, permanece no limbo o documento que já nasceu digital, mas foi assinado fora do sistema ICP-Brasil.

Esse vácuo não é de menor importância. Para se adequar a esse cenário, o e-BL com destino ao Brasil precisa ser originado e assinado no blockchain, para depois ser impresso e assinado no papel. Esse papel, digitalizado, tem guarida legal e validade jurídica. O mesmo não ocorre com o documento no blockchain que não segue a ICP-Brasil.

Apesar da ausência de legislação específica, órgãos brasileiros já demonstram confiança em documentos nato-digitais. Um exemplo é a solução de consulta 165 da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita Federal, que admitiu a fatura comercial em formato nato-digital – mas apenas durante a pandemia de Covid-19.

Passada a pandemia, voltamos ao papel.

Enquanto isso, o mundo avança. Os principais transportadores marítimos globais se comprometeram a migrar do BL físico para o e-BL até 2030. Anualmente, são emitidos em torno de 45 milhões de BLs.

Não é nada realista esperar que o mundo passe a adotar a ICP-Brasil para fazer negócios com o Brasil. Também parece fazer pouco sentido imprimir, assinar e escanear o e-BL para que, então, ele seja válido.

O debate sobre o e-BL não poderia vir em melhor hora. A revisão da Lei dos Portos, em tramitação na Câmara dos Deputados sob o Projeto de Lei 733/2025, é oportunidade única para positivarmos a modernização da documentação necessária para o comércio exterior realizado por transporte marítimo, responsável por 97,2% das trocas brasileiras, segundo estudo da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). Um mero ajuste na Lei que deveria unir a todos para conferir ao Brasil as ferramentas já utilizadas pelas economias mais avançadas – e das quais somos mais dependentes comercialmente.

Julio Lopes. Deputado federal pelo PP (RJ) e presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

POLÍTICA - SENADO APROVA 'PAUTA-BOMBA' E GOVERNO MIRA STF

PEC que institui aposentadoria especial dos agentes de saúde pode ter impacto fiscal de R\$ 27,9 bilhões em dez anos

DO Estadão Conteúdo



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que poderia acionar o Judiciário se o Congresso não apontasse uma fonte de receita para financiar a proposta

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira, 14, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2021, que institui aposentadoria especial para carreiras dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. Foram 73 votos a favor, um contra e uma abstenção. O texto, considerado uma

“pauta-bomba” pela equipe econômica, segue para promulgação.

Na tarde desta terça-feira, os ministérios da área econômica ainda tentavam impedir a votação do texto em dois turnos. Com a aprovação, o governo pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a PEC. No início da noite, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que poderia acionar o Judiciário se o Congresso não apontasse uma fonte de receita para financiar a proposta.

“Se estiver não apontando fonte de receita, descumprindo a jurisprudência do Supremo, é provável que o governo vá ao Supremo”, disse o ministro da Fazenda.

Estimativas atualizadas do Ministério da Previdência Social (MPS) indicam que o projeto teria impacto fiscal de R\$ 27,9 bilhões em dez anos. Segundo a pasta, o valor é composto por um custo de R\$ 17,6 bilhões para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que atende aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, e de R\$ 10,3 bilhões para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Considerando os próximos 80 anos, a insuficiência financeira gerada pelo texto passa de R\$ 54 bilhões, segundo a pasta. As estimativas já consideram a redução de receitas dos regimes de previdência e a antecipação do pagamento de benefícios.

Bancada liberada

Apesar da resistência da equipe econômica, o governo liberou os senadores aliados para votarem como quiserem. Ao todo, PSD, MDB, PP, Republicanos, PSDB, Podemos e União Brasil orientaram voto favorável.



A Proposta prevê uma aposentadoria especial, desde que os agentes de saúde e de combate às endemias comprovem “atuação por 25 anos exclusivamente no efetivo exercício de suas funções” e atinjam uma idade mínima, seguindo uma regra de transição: 50 anos de idade para mulheres e 52 anos de idade para homens, até 31 de dezembro de 2030; 52 anos de idade para mulheres e 54 anos de idade para homens, até 31 de dezembro de 2035; 54 anos de idade para mulheres e 56 anos para homens até 31 de dezembro de 2040; 57 anos de idade para mulheres e 60 anos de idade para homens, a partir de 01 de janeiro de 2041.

Outra possibilidade prevista pela PEC é de aposentadoria por idade, para mulheres que completarem 60 anos e homens de 63 anos com, no mínimo, 15 anos de contribuição e 10 anos de atividade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - SUPER EL NIÑO ACENDE ALERTA PARA PORTOS, HIDROVIAS E TRANSPORTE NO SUL DO BRASIL

Por Leopoldo Figueiredo leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Com o Pacífico atingindo a marca de “Super El Niño”, previsão de chuvas intensas e ventos fortes aumenta o risco de impactos nas operações logísticas, na navegação e no escoamento de cargas

SUPER EL NIÑO

A confirmação científica de que o Oceano Pacífico atingiu a marca histórica de um “Super El Niño” logo neste mês de julho, com a temperatura das águas registrando uma anomalia de +2º C, acende um severo alerta na infraestrutura de transportes e na cadeia logística do Cone Sul. De acordo com a MetSul Meteorologia, a rápida transição atmosférica provocará volumes excepcionais de chuva, tempestades severas e rajadas de vento no Rio Grande do Sul a partir deste final de semana, marcando o início de um ciclo prolongado de instabilidade climática.

CHUVAS E CHEIAS DE RIOS

A iminente mudança nos padrões de precipitação no extremo sul do País impacta diretamente as projeções de transporte e comércio exterior planejadas pelas empresas e agências reguladoras. O excesso de chuvas e as consequentes cheias de rios previstos para o Rio Grande do Sul atingem diretamente o complexo hidroviário do estado. A elevação rápida do nível dos rios que compõem a bacia do Jacuí e a Lagoa dos Patos pode suspender temporariamente a navegação interior de chatas carregadas de grãos e fertilizantes. Além disso, a ocorrência de ventos intensos e ressacas no canal de acesso ao Porto de Rio Grande costuma provocar o fechamento da barra para a entrada e saída de navios de grande calado.

MINERAIS CRÍTICOS: INTERESSE EUROPEU

As exportações dos nove principais minerais críticos – cobre, nióbio, silício, níquel, lítio, grafite, elementos de terras raras (ETR), fosfato e potássio – renderam ao Brasil, no ano passado, US\$ 11,4 bilhões. Desse total, mais de um terço (US\$ 4,3 bilhões, o equivalente a 37,6%) foi destinado ao mercado europeu. O levantamento integra estudo técnico realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), divulgado nessa terça-feira, dia 14, em Brasília.

PAPEL ESTRATÉGICO

De acordo com a ApexBrasil, sua pesquisa analisou fluxos de comércio ao longo das respectivas cadeias desses minerais críticos, instrumentos de incentivo governamental e projetos prontos para receber investimentos estrangeiros. Em nota, o órgão destacou que, “em razão das vastas reservas em diversos desses minerais, o Brasil figura como fornecedor estratégico para atender à expansão global da demanda gerada pelos processos de transição energética, digitalização e segurança das cadeias globais de valor”.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O estudo apontou a possibilidade de parcerias com a União Europeia para a exploração dos minerais críticos em atividades que não se limitam à extração primária. “Existe potencial mapeado para a ampliação das etapas de processamento, refino, transformação industrial e fabricação de produtos de maior valor agregado em território brasileiro”, destacou a agência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

POLÍTICA - DINO VÊ TERCEIRIZAÇÃO DE EMENDAS E COBRA RIGIDEZ NA TRANSPARÊNCIA

Após PF indicar atuação de Valdemar Costa Neto e Eduardo Cunha, ambos sem mandato eletivo, ministro do STF cobra o governo. Hugo Motta diz que tudo está dentro da lei

Do Estadão Conteúdo



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, disse que vai reunir a equipe jurídica para definir quais serão os próximos passos para dar explicações ao STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino afirmou que há “um mercado de terceirização ou privatização de emendas” parlamentares no País e que a destinação das verbas por figuras políticas sem cargo eletivo representa uma “vinculação esdrúxula”

com projetos eleitorais.

O despacho de Dino, que determina ao governo a adoção de critérios mais rígidos de rastreabilidade, transparência e controle sobre as emendas, foi proferido nesta terça-feira, 14, na esteira das investigações que atingem o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha.

Ambos tiveram milhões de reais em bens bloqueados por determinação do ministro após a Polícia Federal (PF) apontar suspeitas de que eles atuam na indicação e no direcionamento de emendas parlamentares mesmo sem exercer mandato eletivo. Valdemar e Cunha negam enfaticamente qualquer irregularidade e lastros de ingerência orçamentária.

“Um mercado de terceirização ou privatização de emendas é totalmente incompatível com esse propósito constitucional, isto é, configura-se vício insanável por violação aos princípios da moralidade, legalidade e finalidade. Vale ressaltar que tais violações são ainda mais intensas se configurada a vinculação entre a esdrúxula terceirização de emendas e projetos eleitorais, pois seria um choque frontal contra os valores mencionados no artigo 14, § 9º, da Carta Magna”, aponta Dino na decisão.

As determinações do ministro Ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos: determinou a apresentação, até 2 de outubro de 2026, de informações atualizadas sobre a implementação da terceira fase da Ordem de Pagamento da Parceria (OPP) para as emendas individuais.

À Polícia Federal: o envio do 11º e do 13º Relatórios Técnicos da Controladoria- -Geral da União (CGU) para adoção das providências cabíveis, incluindo a possibilidade de juntada em inquéritos já existentes ou abertura de novas investigações.

Sobre o relatório da CGU referente às emendas destinadas ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS): determinou a extração e autuação, em procedimento apartado e sob sigilo, dos documentos relacionados ao relatório.

Ao ministro da Saúde, ao presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), ao presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e aos presidentes das Comissões de Saúde do Senado e da Câmara: determinou que se manifestem, em 30 dias, sobre auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), apresentando sugestões para corrigir falhas e aprimorar os procedimentos relacionados às emendas na área da saúde.

À Advocacia-Geral da União (AGU): determinou que apresente, em 30 dias, o 4º Relatório do Grupo de Trabalho criado para acompanhar medidas de responsabilização civil e administrativa de agentes envolvidos em indícios de irregularidades apontados pela CGU, além de informar providências para recuperar recursos públicos e os desdobramentos de investigação preliminar em curso na CGU.

Ao secretário do Tesouro Nacional: determinou que, em 15 dias, informe a viabilidade técnica e operacional da criação de códigos e padrões contábeis específicos para identificar individualmente recursos provenientes de emendas parlamentares das esferas estadual, distrital e municipal.

“Terceirizações”

No despacho de 39 páginas, Flávio Dino afirma que as chamadas “terceirizações”, “cessões” e práticas semelhantes envolvendo a indicação de emendas parlamentares por pessoas sem cargo eletivo são “obviamente ilegais”.

Segundo o ministro, no modelo constitucional atual, apenas deputados federais e senadores podem, pelas vias formais, indicar emendas ao Orçamento Geral da União.

Dino apontou que o Congresso poderia, no futuro, criar novas modalidades de emendas - como de partidos, ONGs, igrejas, sindicatos, Estados ou municípios -, mas que isso exigiria uma alteração constitucional.

Hugo Motta

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), declarou que tem convicção de que foi cumprida a lei com relação à indicação de emendas parlamentares e que reunirá a sua equipe jurídica para definir os próximos passos e fazer esclarecimentos ao STF. As declarações ocorreram nesta terça-feira, 14, após sessão no plenário.

“Vou reunir a equipe jurídica para a gente poder definir quais serão os próximos passos. Estamos tranquilos com relação a isso”, afirmou Motta a jornalistas.

O presidente da Câmara acrescentou: “Nós vamos defender aquilo que está sendo feito. Nós temos a convicção de que a Câmara está cumprindo a lei acerca da aplicabilidade e da execução das emendas de comissão, e nós vamos demonstrar isso dentro do processo, respeitando o devido processo legal e fazendo todos os esclarecimentos necessários”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

POLÍTICA – BOLSONARO NÃO QUER MICHELLE NO EXECUTIVO, DIZ PRESIDENTE DO PL

Em meio a divergências sobre a viabilidade da candidatura de Flávio Bolsonaro, nome da ex-primeira dama poderia ser opção, mas a inexperiência pesa contra

Do Estadão Conteúdo

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse nesta terça-feira, 14, que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não quer que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) dispute um cargo ao Poder Executivo neste momento. A declaração vem em meio a divergências no PL sobre a viabilidade de uma candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) à presidência.



Michelle Bolsonaro se indisputa com Flávio Bolsonaro e com o PL. Com isso, se afastou ainda mais da campanha do pré-candidato à presidência

“Bolsonaro não quer Michelle em cargo executivo até ter um mandato para adquirir mais experiência, falou para mim no passado”, declarou o presidente do PL, em entrevista à Globonews.

Valdemar disse que, há alguns anos, sugeriu a Bolsonaro que Michelle pudesse ser candidata ao governo do Distrito Federal, mas que o ex-presidente teria discordado. “De vice, ela poderia até sair, na minha opinião. Não sei na de Bolsonaro. De vice. Se fosse o Tarcísio, seria a chapa ideal, o pessoal falava. Entendeu que tinha de ser o Flávio”, disse, referindo-se a articulações no passado para emplacar Michelle como vice numa chapa presidencial chefiada por Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Valdemar defendeu, no entanto, a união entre Flávio e Michelle, além de uma aliança no Ceará como ex-ministro Ciro Gomes (PSDB).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

POLÍTICA - PRTB DEFINE PRÉ-CANDIDATO A PRESIDENTE

Leonardo Avalanche, presidente do partido, confirmou que vai disputar eleição

Do Estadão Conteúdo

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) anunciou nesta terça-feira, 14, a pré-candidatura de seu próprio presidente, o empresário Leonardo Avalanche, ao Palácio do Planalto.

A informação foi repassada pelo próprio Avalanche em mensagem enviada aos jornalistas. O texto é assinado pela assessoria de imprensa do partido.

“Não estamos aqui para ser apenas mais uma opção no papel. Estamos aqui para liderar uma transformação real. O PRTB é o partido da coragem e do trabalho. Como presidente nacional, entendi que a hora exige alguém que não apenas conheça a máquina, mas que tenha a mão firme para articular, organizar e, acima de tudo, resgatar o sonho de cada brasileiro por um país próspero e justo”, disse o pré-candidato.

O PRTB ganhou os holofotes com Pablo Marçal - hoje no União Brasil - e com a revelação do Estadão de que um dirigente da sigla em São Paulo foi indiciado por associação ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

POLÍTICA - CEARÁ: PT QUER CID GOMES PARA O SENADO

Senador inicialmente não queria, mas vai disputar a reeleição a pedido do presidente Lula

Do Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) definiu que o senador Cid Gomes (PSB-CE) disputará a reeleição ao Senado Federal pelo Ceará. O anúncio foi feito nesta terça-feira, 14, pelo governador do

estado. Elmano de Freitas (PT), após reunião no Palácio da Alvorada. O deputado federal Júnior Mano (PSB-CE) será o primeiro suplente.

Participou da reunião o ministro José Guimarães (Secretaria de Relações Institucionais), o senador Camilo Santana (PT-CE), o prefeito de Fortaleza, Evandro Leitão (PT), e Cid Gomes.

Cid Gomes vinha descartando a candidatura desde o início do ano. O senador chegou a declarar apoio público à candidatura do deputado federal Júnior Mano para a vaga. Nas últimas semanas, porém, passou a admitir a possibilidade de tentar a reeleição, caso o deputado desistisse da disputa.

A candidatura de Cid era a preferida por aliados do governador Elmano de Freitas, que busca a reeleição.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

POLÍTICA - TSE PROPÕE SELO DE ACURÁCIA PARA INSTITUTOS DE PESQUISA ELEITORAL

Objetivo do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Kassio Nunes Marques, é premiar quem tiver maior taxa de acerto dos resultados nas eleições

Do Estadão Conteúdo



O presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, se reuniu nesta terça-feira com representantes de institutos de pesquisa eleitoral

O ministro Kássio Nunes Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), propôs a criação de um “Selo de Acurácia” para institutos de pesquisa, que seria destinado às empresas com maior taxa de acerto dos resultados no pleito. A proposta foi apresentada na manhã desta terça-feira, 14,

em reunião com diretores de 19 institutos.

Segundo a minuta de portaria, o selo seria entregue após o segundo turno das eleições em data a ser definida. A avaliação vai considerar somente pesquisas realizadas nos sete dias que antecedem o pleito e no dia das eleições (boca de urna) que forem efetivamente divulgadas.

O “Selo Acurácia Eleitoral”, como é chamado o prêmio, tem como finalidade “contribuir para a precisão entre os dados levantados pelas pesquisas e os resultados oficiais das eleições”, “incentivar o aprimoramento contínuo da qualidade metodológica das pesquisas eleitorais” e “conferir visibilidade às empresas com melhor desempenho”.

O Selo será concedido em anos de eleições gerais, com entrega para depois do segundo turno, e contemplará pesquisas para presidente e governador. Elas devem obrigatoriamente constar no Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle) e ter sido divulgadas ao público.

O texto também afirma que estarão excluídos da premiação empresas que tiverem sido condenadas por irregularidades graves.

A reunião foi convocada por Nunes Marques após ele suspender, em junho, uma pesquisa da Atlas Intel por suspeita de induzimento do eleitor. O julgamento foi paralisado por pedido de vista da ministra Estela Aranha.

Na ocasião, os ministros afirmaram que a análise não vai se restringir ao caso da Atlas e vai definir um precedente que deverá ser seguido por todos os tribunais regionais eleitorais (TREs).

Sem explicação

Segundo diretores de institutos que estavam na reunião, ainda não houve nenhuma deliberação sobre os principais motivos que levaram à suspensão da pesquisa Atlas Intel - como a ordem das perguntas e a apresentação de vídeos aos entrevistados.

Estavam presentes na reunião representantes da Atlas Intel, Real Time Big Data, Data Folha, Genia/Quaest, entre outros. Também participaram os ministros Floriano de Azevedo Marques, Antonio Carlos Ferreira, Estela Aranha e o procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

POLÍTICA - EMPRESAS DO SETOR CRITICAM A PROPOSTA

Do Estadão Conteúdo

A proposta do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, de criar um selo para premiar institutos de pesquisa cujos levantamentos mais se aproximarem do resultado das urnas foi recebida com indignação por grandes empresas do setor.

Para elas, a iniciativa parte de uma premissa equivocada ao considerar que pesquisas eleitorais fazem previsões. Pessoas que estavam presentes na reunião afirmaram crer que a proposta foi apresentada como uma tentativa de o ministro se reaproximar dos institutos de pesquisa após o desgaste provocado pelo caso Atlas.

No entanto, o gesto acabou sendo considerado um “tiro no pé”, já que Nunes Marques teria demonstrado um conhecimento limitado sobre pesquisas eleitorais.

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa criticou a proposta do presidente do TSE. “Pesquisas medem a intenção de voto no momento em que são realizadas. Não são previsões nem promessas de resultado. Entre a entrevista e a votação, eleitores mudam de opinião, deixam de votar ou alteram seu comportamento. Exigir que uma pesquisa “acerte” o resultado é confundir ciência com bola de cristal,” afirmou a entidade.

Maurício Moura, fundador do instituto de pesquisa Ideia, disse que a medida não contribui para aumentar a transparência dos levantamentos eleitorais e pode ainda desestimular a divulgação de pesquisas na reta final da eleição.

“Pesquisa não é um modelo preditivo, é um retrato do momento. Não me parece uma boa saída. Acho que isso pode desestimular os institutos a registrar pesquisas nos últimos sete dias de campanha, porque eles ficariam sujeitos a uma métrica bastante inadequada”, afirma.

A diretora do Datafolha, Luciana Chong, avalia que a proposta do presidente do TSE revela um equívoco sobre a própria natureza das pesquisas eleitorais. “Não faz sentido reduzi-las a um ranking baseado apenas na proximidade com o resultado final, como se fosse possível medir sua qualidade exclusivamente por esse critério”, afirmou.

Já o CEO da AtlasIntel, Andrei Roman, disse que é a favor da proposta. “AtlasIntel apoia a iniciativa do Ministro Nunes Marques. Estamos à disposição para contribuir na discussão metodológica, a partir de iniciativas semelhantes a nível internacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES – RODOVIAS - FREE FLOW: VEJA O QUE MUDA COM AS NOVAS REGRAS NA ANCHIETA-IMIGRANTES

Sistema sem cancelas começa em agosto, divide tarifa por trecho e permite pagamento por tag ou online após a passagem

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A identificação dos veículos será feita por câmeras, por meio da leitura de placas ou de tags. Quem já usa tag de pagamento automático terá a cobrança feita diretamente na fatura

O sistema de pedágio eletrônico free flow começará a operar no Sistema Anchieta- Imigrantes a partir de 1º de agosto, conforme anunciado pela concessionária Ecovias Imigrantes. O modelo elimina a necessidade de parada para pagamento e substitui as atuais praças por pórticos com leitura automática dos veículos.

Com a mudança, deixam de operar as praças localizadas no km 31 da Via Anchieta e no km 32 da Rodovia dos Imigrantes. No lugar, entram em funcionamento dois pórticos que farão a cobrança proporcional ao trajeto. A tarifa cheia, hoje em R\$ 40,60 será dividida em duas partes de R\$ 20,30 — uma na subida e outra na descida. Assim, o motorista paga apenas pelo trecho efetivamente percorrido.

A identificação dos veículos será feita por câmeras, por meio da leitura de placas ou de tags eletrônicas. Quem já utiliza tag de pagamento automático terá a cobrança feita diretamente na fatura, sem necessidade de ação adicional.

Já os motoristas sem tag deverão realizar o pagamento posteriormente, em até 30 dias após a passagem, pelos canais digitais da concessionária ou pelo sistema Pedágio Digital, disponível via site ou aplicativo. As opções incluem pagamento por Pix ou cartão. O não pagamento dentro do prazo pode gerar multa por evasão de pedágio.

Para evitar esse processo manual, o motorista pode aderir a uma tag eletrônica. O dispositivo é oferecido por operadoras como Sem Parar, ConectCar e Veloe. A contratação pode ser feita online, pelos sites ou aplicativos das empresas, ou presencialmente em postos credenciados. Após a adesão, a tag é instalada no para-brisa do veículo e passa a realizar os pagamentos automaticamente.

Durante a fase inicial, as estruturas das antigas praças serão mantidas temporariamente para apoio operacional, especialmente em situações de neblina. A concessionária estuda um novo modelo de Operação Comboio, chamado de “Comboio Dinâmico”, que deve eliminar a necessidade de parada dos veículos também nesses casos.

Segundo a Ecovias, o sistema já foi testado em junho, quando os pórticos registraram a passagem de cerca de 2,5 milhões de veículos. A expectativa é melhorar o fluxo nas rodovias e reduzir congestionamentos, especialmente em períodos de alta demanda.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - ANTT AUTORIZA PROJETO PARA REGULARIZAR ACESSO NA BR-101 EM JOINVILLE

Intervenção será realizada em trecho concedido à Autopista Litoral Sul e depende da assinatura de contrato com a concessionária

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A decisão da ANTT também estabelece que a autorização será cancelada caso o projeto não seja executado dentro do prazo definido no contrato, salvo eventual prorrogação

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou o Projeto de Interesse de Terceiro (PIT) para a regularização de acesso na faixa de domínio da BR-101, no km 25+100, em Joinville (SC). A autorização foi concedida à Funepets Ltda. e foi publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira (14).

O acesso está localizado em trecho administrado pela concessionária Autopista Litoral Sul, responsável pela BR-101 na região.

Com a autorização, a empresa poderá dar prosseguimento ao projeto, mas a execução da obra ainda depende da assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso (CPEU) com a concessionária, conforme previsto na regulamentação da ANTT.

A decisão também estabelece que a autorização será cancelada caso o projeto não seja executado dentro do prazo definido no contrato, salvo eventual prorrogação. A empresa deverá, ainda, providenciar todas as licenças e autorizações exigidas pelos órgãos competentes, incluindo as ambientais.

Segundo a ANTT, a autorização tem caráter precário e poderá ser revogada, a qualquer momento, por interesse público.

Projetos de Interesse de Terceiros (PITs) são procedimentos administrativos regulamentados pela ANTT e por concessionárias de infraestrutura. Com o objetivo de autorizar empresas privadas, órgãos públicos ou particulares a executarem obras ou implantarem estruturas dentro das faixas de domínio ou áreas sob concessão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - SENADO APROVA MP DO FRETE E TEXTO SEGUE PARA SANÇÃO

Projeto reforça a fiscalização do piso mínimo do frete, amplia o controle das operações de transporte de cargas e retira o piso salarial de R\$ 5 mil para motoristas

Do Estadão Conteúdo



Davi Alcolumbre citou decisão do Supremo Tribunal Federal de que a fixação de pisos salariais deve ser feita por negociação coletiva, considerando diferenciações regionais

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira, 14, em votação simbólica, o projeto de lei de conversão da Medida Provisória (MP) 1.343/2026, que torna obrigatório o cadastramento das operações de transporte rodoviário de cargas e reforça os mecanismos de fiscalização do piso mínimo do frete. O texto teve alterações pontuais ao que saiu da Câmara e segue agora para sanção. A MP perde validade



na quinta-feira, 16.

Governistas sinalizaram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetará o trecho incluído pela Câmara para dar anistia às multas aplicadas, por decisões administrativas ou judiciais, a transportadoras de cargas e motoristas por bloqueios de rodovias em 2022.

Durante as articulações, senadores retiraram do projeto o trecho que fixa em R\$ 5 mil o piso salarial para motoristas profissionais de transporte rodoviário que atuem em longas distâncias. A supressão fez parte de um acordo entre governo e oposição.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), citou decisão do Supremo Tribunal Federal de que a fixação de pisos salariais deve ser feita por negociação coletiva, considerando diferenciações regionais. “Não cabe, em princípio, a lei impor um valor uniforme para todo o território nacional, muito menos por rito abreviado em conversão de uma medida provisória”, declarou Alcolumbre, em discurso no plenário.

O requerimento foi apresentado pelos senadores Tereza Cristina (PP-MS) e Jaime Bagattoli (PL-RO). “Por esse item ser considerado inconstitucional, fizemos esse requerimento de impugnação. Isso foi discutido com categorias de transportadores e caminhoneiros. É uma matéria fora do que estamos discutindo”, disse a senadora do PP.

A proposta amplia o controle e a rastreabilidade das operações de transporte por meio da emissão obrigatória do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT). O texto prevê a integração do código ao Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) e determina que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) adote medidas para impedir a emissão do CIOT em operações que estejam em desacordo com os pisos mínimos de frete estabelecidos pela legislação.

O projeto amplia a obrigatoriedade do CIOT para operações que envolvam a subcontratação de Transportador Autônomo de Cargas (TAC) ou TAC equiparado, mantendo a responsabilidade do contratante pela emissão do código por meio de instituição de pagamento habilitada.

O texto endurece as punições a quem contratar transporte rodoviário de cargas por valor abaixo do piso mínimo do frete: quando caracterizada a reincidência, o infrator ficará sujeito a multa de até R\$ 1 milhão, conforme regulamentação da ANTT. A norma determina que a aplicação da penalidade deve observar critérios de proporcionalidade previstos na lei, como gravidade da infração, extensão do dano e capacidade econômica do autuado.

Outra alteração feita durante a tramitação na comissão mista diz respeito às regras de transição para a implementação das novas exigências. O texto reduz de 90 para 60 dias o prazo de adaptação em casos de impacto operacional relevante decorrente de regulamentação ou integração de sistemas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES – RODOVIAS - FPA DIZ RECONHECER AVANÇOS DURANTE TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO

Do Estadão Conteúdo

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) afirmou, em nota, que reconhece “os avanços promovidos no texto da Medida Provisória nº 1.343/2026” durante sua tramitação no Congresso Nacional. Para a bancada, as alterações negociadas no Senado contribuíram para reduzir os impactos da proposta sobre a cadeia logística do agronegócio e trouxeram maior equilíbrio ao texto aprovado.

Segundo a FPA, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) teve papel central nas negociações ao construir um entendimento “capaz de promover convergência entre os diversos segmentos envolvidos e mitigar

impactos sobre o agronegócio brasileiro e, por extensão, sobre o preço dos insumos e dos alimentos que sustentam a mesa dos brasileiros”.

A entidade também destacou a retirada do dispositivo que estabelecia um piso salarial nacional de R\$ 5 mil para motoristas profissionais de longas distâncias, medida considerada inconstitucional por parlamentares e que acabou suprimida do texto por acordo entre governo e oposição.

Na mesma nota, a FPA elogiou a condução do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pela articulação que permitiu a apreciação da matéria antes do fim de sua vigência, previsto para quinta-feira (16). Segundo a frente, a votação evitou insegurança jurídica para o setor de transporte rodoviário de cargas e preservou a continuidade das operações logísticas essenciais ao abastecimento do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - CAMINHONEIROS ENCERRAM GREVE APÓS APROVAÇÃO DA MP DO FRETE

Sindicato confirma fim da paralisação no Porto de Santos; segundo dia do movimento teve confronto com a PM, protestos e congestionamentos na Baixada Santista

Por ALEXANDRE FERNANDES GEOVANNA / GEOVANNA BARBOSA



Pela manhã, houve tumulto durante a mobilização dos caminhoneiros. Segundo a PM, a confusão começou após um dos participantes arremessar uma pedra contra um veículo

A aprovação da Medida Provisória (MP) 1.343/2026 pelo Congresso Nacional, na noite desta terça-feira (14), levou ao encerramento da greve nacional dos caminhoneiros que mobilizava a região do Porto de Santos desde segunda-feira (13). A proposta, conhecida como MP do Frete, era a principal reivindicação da categoria, que pressionava o Senado a votar o texto antes da perda de validade.

Logo após a conclusão da votação, o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Luciano Santos, confirmou, em vídeo divulgado nas redes sociais, o fim da paralisação. “Vamos voltar às atividades normalmente”, afirmou.

Na mensagem, o dirigente também agradeceu aos caminhoneiros, às associações e às cooperativas da Baixada Santista pelo apoio ao movimento. “O caminhoneiro hoje sai maior ainda. O sindicato representou todos. Agora o caminhoneiro rodoviário vai ter um frete digno no Brasil inteiro, não só em Santos”, declarou.

A aprovação da MP encerrou um dia de tensão na Baixada Santista, marcado por protestos, congestionamentos e confronto entre manifestantes e policiais militares na região da Alemoa, em Santos.



Pela manhã, o segundo dia da greve foi marcado por um tumulto durante a mobilização dos caminhoneiros. Segundo a Polícia Militar, a confusão começou após um dos participantes arremessar uma pedra contra um veículo. Durante a ação, os policiais utilizaram bombas de efeito moral para dispersar os manifestantes e conter o tumulto.

Os atos ocorreram em diferentes pontos da região e provocaram reflexos nas principais vias de acesso ao Porto de Santos.

A paralisação também aumentou o fluxo de caminhões em direção aos pátios reguladores da Baixada Santista, provocando longas filas na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, em Cubatão, no sentido Guarujá. O congestionamento se estendeu a trechos do Sistema Anchieta-Imigrantes.

A Ecovias informou que o aumento no volume de veículos exigiu a adoção de medidas operacionais de gestão do tráfego, em conjunto com os órgãos competentes, para reduzir os impactos na circulação e garantir a segurança dos motoristas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - ABRAVA PEDE DESMOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE PARALISAÇÃO

Do Estadão Conteúdo

AGORA É A HORA DE DESMOBILIZAR E A GENTE, TODO MUNDO UNIDO, COMO TRABALHOU NA MP, TRABALHAR JUNTO À ANTT PARA TRAZER O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL UMA TRANQUILIDADE PARA A NOSSA CATEGORIA”

WALLACE LANDIM (CHORÃO)
presidente da Ab

O presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, conhecido como Chorão, pediu nesta terça-feira, 14, a desmobilização dos movimentos de paralisação de caminhoneiros após a aprovação da Medida Provisória (MP) 1.343/2026 pelo Congresso Nacional.

Em vídeo divulgado após a votação, Landim afirmou que a categoria deve encerrar os protestos e concentrar esforços na implementação das medidas previstas no texto. Segundo ele, a MP traz maior segurança para os caminhoneiros, especialmente para os profissionais que atuam no Porto de Santos.

“Agora é a hora de desmobilizar e a gente, todo mundo unido, como trabalhou na MP, trabalhar junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para trazer o mais rápido possível uma tranquilidade para a nossa categoria”, afirmou.

Landim também parabenizou os caminhoneiros pelo apoio à proposta e destacou a mobilização de lideranças da categoria durante a tramitação da medida. “Parabéns caminhoneiro, parabéns pela votação da MP”, disse.

A MP 1.343/2026 estabelece novas regras para a contratação do transporte rodoviário de cargas e foi defendida por entidades representativas dos caminhoneiros como uma medida de proteção aos transportadores autônomos. A proposta ainda segue para sanção presidencial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES – PORTOS - ABASTECIMENTO COM ETANOL ABRE NOVA FRONTEIRA PARA NAVEGAÇÃO

Primeira operação em um porta-contêineres no Brasil reforça o potencial do país para liderar o fornecimento de combustíveis sustentáveis ao transporte marítimo

Por Cássio Lyra redacao.jornal@redebenews.com.br



A Bunker One viabilizou o transporte do combustível e o abastecimento de 500 toneladas de etanol produzido pela Copersucar no porta-contêineres CMA CGM Iron, no Tecon Santos

A primeira operação de abastecimento de etanol em um porta-contêineres no Brasil abre um novo mercado e coloca o Brasil como protagonista da transição energética no transporte marítimo. Representantes das empresas envolvidas na operação inédita,

realizada no Porto de Santos (SP), destacaram o potencial do país para a utilização de combustíveis sustentáveis em navios.

A operação foi realizada no último sábado (12) no porta-contêineres CMA CGM Iron, com capacidade para 13 mil TEU. A Bunker One viabilizou o transporte do combustível e o abastecimento de 500 toneladas de etanol produzido pela Copersucar na embarcação.

O presidente da Copersucar, Tomás Manzano, afirmou que, a partir dessa operação inédita, o principal desafio é a criação de corredores verdes de abastecimento, o que potencializaria o uso do etanol e de novos combustíveis sustentáveis.

“É importante que os navios possam ter um fluxo de utilização do etanol a partir do Brasil e a partir também de outras localizações estratégicas em portos, onde os navios realizam o seu abastecimento. É um mercado que tem um potencial muito grande. O consumo de combustível de navegação global é bastante representativo. Se 10% desse combustível for substituído por etanol, a gente está falando em um volume em torno de 50 bilhões de litros de etanol e hoje o Brasil produz 37 bilhões de litros. Então é uma oportunidade muito grande para a criação e desenvolvimento desse mercado”, analisou.

A CMA CGM possui 12 navios equipados com motor tricombustível e faz parte do planejamento da armadora operar cerca de 200 embarcações movidas a energias de baixo carbono até 2031.

A CEO da empresa no Brasil, Neusa Marcelino, afirmou que a iniciativa acompanha a estratégia da companhia e coloca o Brasil no mapa da transição energética.

“Foi um dia super importante para o transporte marítimo como um todo, sem falar para o Brasil porque entra diretamente no mapa como um dos players gigantes preponderantes para contribuir com a transição energética global. A CMA CGM tem uma estratégia bem diversificada em termos de tecnologia e variedade de combustíveis, então estamos fazendo testes, porque não existe escalabilidade de um único combustível, daí estamos olhando para todas as opções que se apresentam. Hoje vemos que o bioetanol funciona, estamos felizes por saber disso e vamos esperar pelos resultados”, salientou a executiva.

Descarbonização

A operação ocorreu no Tecon Santos, principal terminal de contêineres da América Latina, operado pela Santos Brasil. A iniciativa voltada à descarbonização está alinhada à estratégia da empresa e da CMA CGM, que adquiriu o controle da companhia.

“Esse é o primeiro passo de muitos. A CMA CGM avança muito com descarbonização, estão na vanguarda entre os armadores, e a Santos Brasil continua com essa agenda e vai continuar. Acho que o Brasil é pioneiro no biocombustível e tem muito a ensinar ao mundo, e temos que dar exemplo como

iniciativa privada de quebrar barreiras e fazer com que o bioetanol seja um combustível para os navios”, pontuou o CEO da Santos Brasil, Antônio Carlos Sepúlveda.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - PORTOS - MOBILIZAÇÃO DE CAMINHONEIROS AFETA OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTOS

Seis operações de navios ficaram paralisadas e uma sofreu atraso durante a greve, encerrada na noite de terça-feira após a aprovação da MP do Frete

Por VANESSA PIMENTEL redacao.jornal@redebeneews.com.br

A greve dos caminhoneiros, encerrada na noite de terça-feira (14) após a aprovação da Medida Provisória (MP) do Frete pelo Congresso Nacional, provocou impactos nas operações do Porto de Santos. Segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS), seis operações de navios ficaram paralisadas e uma operava com atraso durante a mobilização da categoria.

De acordo com a estatal, parte dos 36 navios atracados no complexo não conseguiu operar normalmente em razão da redução no fluxo de caminhões que acessavam o porto. O número de veículos afetados ainda estava sendo contabilizado pela autoridade portuária. A APS informou que não houve bloqueios nas vias internas do porto.

Em meio ao cenário, a Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos/SP) elevou o nível de segurança, medida que permitiu eventual atuação da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Segundo a Autoridade Portuária, a decisão foi adotada após episódios isolados de vandalismo registrados desde o início da mobilização.

A paralisação, iniciada na segunda-feira (13), foi encerrada na noite de terça-feira após a aprovação da MP do Frete pelo Congresso. A medida atendia à principal reivindicação dos caminhoneiros, que pressionavam pela votação do texto antes do fim de sua vigência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - PORTOS – PLANEJAMENTO - A REGULAÇÃO PORTUÁRIA NO DIVÃ



LUÍS CLÁUDIO SANTANA MONTENEGRO

Engenheiro civil e mestre em Engenharia de Transportes. Ex-diretor de Operações, Planejamento Estratégico e Controle da Codesp (atual Autoridade Portuária de Santos), ex-presidente da Codesa, atual consultor de Infraestrutura da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo (Findes), professor convidado da FGV e sócio-fundador da Neowise Consultoria em Engenharia.
opinioao@portalbenews.com.br

A regulação portuária brasileira precisa assumir a personalidade que a lei já desenhou há mais de três décadas: menos planilha de custos, menos controles de meios e mais monitoramento de fins, com análise de dados públicos e intervenção por gatilhos objetivos.

Proponho um debate sobre uma pergunta que parece um tanto abstrata, mas que ajuda bastante a definir o custo logístico do País: qual é a personalidade regulatória do setor portuário brasileiro?

Todo setor de infraestrutura tem, ou deveria ter, uma personalidade regulatória: um jeito próprio de regular que decorre da natureza do mercado. No setor elétrico, um monopólio de rede, regula-se por incentivos à oferta e à integração da rede. Nas rodovias concedidas, o pedágio tabelado remunera um fluxo de caixa descontado com taxa de retorno definida. Nas ferrovias, o instrumento é o preço-teto, uma referência máxima para garantir investimentos de grande magnitude e, ao mesmo tempo, impedir que o dono exclusivo da infraestrutura restrinja o acesso dos usuários. E no transporte aéreo, mercado concorrencial, a escolha tem sido a intervenção mínima: preços livres e vigilância contra abusos.



Não há modelo certo ou errado, mas há uma regra de ouro: o modelo regulatório de cada setor deve seguir a estrutura do seu mercado. Onde existe monopólio natural, o preço é regulado, porque o usuário não tem escolhas. Já onde existe concorrência, o preço é livre e o regulador monitora, porque é a concorrência que melhor protege o usuário, e não a regulação.

E o setor portuário de contêineres, onde se encaixa? Pois é, a operação portuária é privada desde a lei de 1993, quando o monopólio operacional das Autoridades Portuárias deixou de existir. Desde lá, a entrada de concorrentes é aberta com operadores qualificados operando em berços públicos, terminais especializados arrendados, e terminais de uso privado autorizados. Por essa condição aberta e desregulamentada, a evolução do marco legal portuário vem definindo a personalidade do setor há mais de 30 anos: os preços são de livre formação, com atuação regulatória limitada a prevenir e reprimir abusos concretos. A lei desenhou uma regulação guardiã da concorrência e não uma regulação restritiva a investimentos.

Na prática, porém, o modelo regulatório do setor portuário muda a cada nova decisão. Notas técnicas, pareceres e decisões passaram a definir, caso a caso, o que pode ser cobrado, de quem e como. Em um procedimento, empresta-se o fluxo de caixa descontado das rodovias. Em outros, propõe-se o preço-teto das ferrovias. Em terceiros, ainda, parece que se quer definir até quais clientes devem pagar pelos outros.

Em síntese, cada decisão poderia até parecer ter alguma lógica interna, mas fato é que o conjunto da obra revela uma regulação sem identidade clara.

O problema é que modelos regulatórios emprestados de outros setores não servem no portuário, que tem características muito próprias e complexas. A tarifa de planilha e fluxo de caixa descontado pressupõem retorno garantido e exclusividade de infraestrutura, garantias que o terminal arrendado ou o TUP (terminal de uso privado) não tem. O preço-teto exigiria revisões constantes num setor com enorme diversidade de cargas, terminais e regiões, um esforço regulatório inexecutável que terminaria em engessamento.

Pois a indefinição entre modelos produz o pior custo de todos: a insegurança jurídica. Onde há previsibilidade regulatória, o capital privado aparece; onde cada processo inaugura uma doutrina nova, ele cobra caro ou o investimento não acontece. Certa vez um representante do Porto de Roterdã me disse: "O Brasil tem regras e leis pra tudo... mas todas elas têm exceção!"

E se o controle de preços ao menos garantisse tarifas baixas, até vá lá, mas não garante. Um benchmarking internacional recente levantado por nós, que comparou dezenas de terminais de contêineres em diferentes continentes, chegou a uma conclusão incômoda: não há correlação de nenhuma espécie entre o regime regulatório e os preços praticados.

De outro lado, os preços são explicados fortemente pela capacidade instalada, produtividade, escala e utilização da infraestrutura.

A pesquisa revelou ainda um paradoxo de transparência: onde os preços são livres, as tabelas tendem a ser detalhadas, com cobrança justa por serviço usado; já onde há controle excessivo, prevalecem pacotes agregados, que escondem os custos e geram subsídios cruzados temerosos.

O episódio da pandemia é um exemplo claro de como capacidade reflete no preço. Naquela ocasião, o governo norte-americano investigou a escalada dos fretes marítimos e concluiu que não faltava competição entre armadores e terminais: faltava capacidade. O preço subiu porque a infraestrutura ficou insuficiente, não porque o mercado falhou.

Há, portanto, um caminho melhor para a nossa regulação portuária, que pode ser retirado do benchmarking internacional. Em Hong Kong, por exemplo, terminais privados convivem com liberdade plena de preços. A autoridade portuária não regula tarifa, somente monitora a capacidade. Quando um terminal se aproxima da saturação, inicia-se um processo coordenado de expansão entre setor público e privado. O gatilho da intervenção é a capacidade, nunca o preço.

Trazido ao Brasil, esse modelo de regulação por capacidade daria ao setor portuário a personalidade que lhe falta, em três movimentos simples. Primeiro, medir, publicar periodicamente boletins de capacidade portuária, com taxas de utilização de berços, pátios e gates. Segundo, entender que, enquanto houver alternativas reais para o usuário, o mercado não precisa de tutela de preços pelo estado. Terceiro, coordenar ações onde há restrição de capacidade, ou seja: quando os indicadores apontarem saturação, convocar operadores e autoridade portuária para planejar a expansão.

A regulação portuária brasileira precisa assumir a personalidade que a lei já desenhou há mais de três décadas: menos planilha de custos, menos controles de meios e mais monitoramento de fins (resultados e níveis de serviço), com análise de dados públicos e intervenção por gatilhos objetivos.

O preço competitivo não se consegue pela caneta do regulador, ele vem de investimento, eficiência e planejamento de longo prazo. E vamos ao debate!

Luís Cláudio Santana Montenegro escreve quinzenalmente para o BE News, com seus artigos publicados às quartas-feiras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI FIRMAM ACORDO PARA AMPLIAR INTEGRAÇÃO AÉREA

Memorando prevê implementação da 7ª Liberdade do Ar, criação de grupo de trabalho e estudos para ampliar o acesso ao mercado aéreo entre os países sul-americanos

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Em Assunção, as autoridades brasileiras assinaram memorandos de entendimento (MoUs) com Paraguai e Argentina para atualizar os Acordos Bilaterais de Serviços Aéreos

O Brasil, a Argentina e o Paraguai assinaram nesta terça-feira (14) o Memorando de Entendimento sobre o Acordo de Liberalização Aérea Sul-Americana (Alas), que determina diretrizes para a cooperação entre os países na construção gradual do chamado Céu Único

Sul-Americano. O instrumento estabelece a intenção dos países de desenvolver, de forma gradual, um mercado aéreo mais aberto, com ampliação da oferta de voos, redução progressiva de barreiras regulatórias e evolução das regras de acesso ao setor, respeitando a legislação de cada país.

Neste momento, o Brasil passa a oferecer os direitos da 7ª Liberdade do Ar para passageiros e mantém aberta a possibilidade de avançar para outras Liberdades do Ar, conforme a evolução do marco legal brasileiro.

“Demos um primeiro passo para que possamos ter mais cidades conectadas na América do Sul. Essa parceria que assinamos com Paraguai e Argentina, para a implementação da 7ª Liberdade do Ar, e para a realização de estudos voltados ao acesso às demais liberdades, permitirá que, no futuro, estejamos mais integrados, assim como ocorre na União Europeia, na África e na Oceania”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

O Uruguai informou que deverá aderir ao memorando em um momento posterior, após a conclusão de trâmites administrativos. A proposta também permanece aberta à participação de outros países sul-americanos interessados.

O tratado prevê ainda a criação do Grupo de Trabalho Alas, formado por representantes das autoridades aeronáuticas dos países participantes. O colegiado terá prazo de até 12 meses para elaborar propostas relacionadas à implementação gradual do Céu Único Sul-Americano, incluindo temas como harmonização regulatória, reconhecimento mútuo de certificados e licenças, facilitação do transporte aéreo, direitos dos passageiros, sustentabilidade ambiental e infraestrutura aeroportuária e de navegação aérea.

Mercado internacional

Durante a agenda em Assunção, as autoridades brasileiras assinaram memorandos de entendimento (MoUs) com Paraguai e Argentina para atualizar os Acordos Bilaterais de Serviços Aéreos, com a incorporação da 7ª Liberdade do Ar para voos de passageiros, de carga e mistos (passageiros e carga).

Os memorandos têm efeito imediato e permitem a aplicação das novas regras enquanto os acordos bilaterais passam pelos trâmites legais necessários para sua atualização, incluindo a aprovação pelo Congresso Nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - BOEING REGISTRA MELHOR PRIMEIRO SEMESTRE EM ENTREGAS DESDE 2018

Fabricante entregou 314 aeronaves nos seis primeiros meses de 2026, alta de 12% sobre um ano antes, e encerrou junho com carteira de 6.202 pedidos

Do Estadão Conteúdo



Segundo a Boeing, a família 737 respondeu pela maior parte das entregas realizadas somente em junho, com 43 unidades, sendo 42 jatos 737 MAX e um 737 Next-Generation

A Boeing entregou 314 aeronaves entre janeiro e junho de 2026, alta de 12% em relação ao mesmo período do ano passado. O volume representa o melhor desempenho da fabricante para um primeiro semestre desde 2018 e reforça a recuperação do ritmo de produção e entregas da companhia.

Somente em junho, a empresa entregou 64 aeronaves a clientes de diferentes mercados. A família 737 respondeu pela maior parte das entregas, com 43 unidades, sendo 42 jatos 737 MAX e um 737 Next-Generation. A fabricante também entregou 13 aeronaves 787 Dreamliner, cinco modelos 767 e três cargueiros 777 Freighter.

Além do avanço nas entregas, a Boeing registrou 88 pedidos líquidos em junho, elevando para 408 o total de encomendas líquidas acumuladas no primeiro semestre de 2026. O resultado mantém a fabricante em trajetória de crescimento da carteira comercial.

Com isso, a carteira de pedidos da Boeing alcançou 6.202 aeronaves em 30 de junho, refletindo a demanda contínua por seus modelos comerciais e garantindo visibilidade para a produção da empresa nos próximos anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - EMBRAER LANÇA PHENOM 300EV COM SISTEMA DE POUSO AUTOMÁTICO DE EMERGÊNCIA

Nova geração do jato executivo mais vendido do mundo incorpora tecnologias inéditas de segurança, amplia alcance e capacidade de carga, e tem entregas previstas para 2028

Do Estadão Conteúdo



O destaque do novo jato executivo da Embraer é a inclusão do Garmin Emergency Autoland, que permite pouso totalmente automatizado em caso de incapacitação do piloto

A Embraer anunciou o lançamento do Phenom 300EV, nova evolução do jato leve mais vendido do mundo, que passa a incorporar novas tecnologias de segurança. O destaque é a inclusão do Garmin Emergency Autoland, que permite pouso totalmente automatizado em caso de incapacitação do piloto, tornando o modelo o maior jato executivo equipado com o sistema, segundo a empresa. As entregas do novo modelo devem começar em 2028.

A aeronave também passa a contar com Autobrake e com o novo Multi-Purpose Electronic Controller (MEC), desenvolvido pela Embraer, que integra o controle do leme de direção (rudder-by-wire) e outras funções controladas eletronicamente, com o objetivo de reduzir a carga de trabalho dos pilotos e simplificar a manutenção.

A Embraer informou ainda que o pacote do Garmin G3000 Prodigy Touch recebeu melhorias, como recursos de consciência situacional de pista e táxi, Synthetic Vision Guidance System (SVGS), Future Air Navigation System (FANS) 1/A+, RNP AR 0.3, Inertial Reference System (IRS), além do sistema de alerta e prevenção de saída de pista (ROAAS), autothrottle (sistema que ajusta automaticamente a potência dos motores) e o modo de descida de emergência (EDM).

“Por mais de uma década, a série Phenom 300 tem estabelecido o padrão pelo qual os jatos leves são avaliados. Sua posição indiscutível como líder da categoria reflete nosso compromisso incansável em entregar desempenho, tecnologia, conforto e suporte incomparáveis”, afirma o presidente e CEO da Embraer Aviação Executiva, Michael Amalfitano. “Com o novo Phenom 300EV, estamos elevando o padrão mais uma vez.”



O jato passa a contar com Autobrake e com o novo Multi-Purpose Electronic Controller, que integra o controle do leme de direção e outras funções controladas eletronicamente

Entre as mudanças de desempenho, a Embraer citou alcance estendido de até 2.055 milhas náuticas e aumento do peso máximo sem combustível (MZFW), com acréscimo de cerca de 195 quilos à capacidade de carga útil. O modelo também terá novas baterias de

íons de lítio e luzes de táxi e pouso em LED.

Na cabine, a fabricante mencionou aprimoramentos como lavatório a vácuo, refreshment center reformulado, sistema de ionização do ar e conectividade via satélites em órbita terrestre baixa (LEO) por meio do sistema Gogo Galileo, com opção de Starlink no pós-venda via STC.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

ENERGIA - CNPE APROVA AUMENTO DA MISTURA DE ETANOL NA GASOLINA PARA 32%

Medida temporária entra em vigor em agosto, deve reduzir a dependência da importação de gasolina em 900 milhões de litros por ano e pode baratear o combustível nas bombas

Do Estadão Conteúdo



De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), a ampliação da mistura de etanol permitirá ao Brasil deixar de importar cerca de 900 milhões de litros de gasolina por ano

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou nesta terça-feira (14) a resolução que eleva temporariamente de 30% para 32% o percentual obrigatório de etanol anidro misturado à gasolina comercializada no país. A medida, anunciada pelo governo em abril, terá validade de 180 dias, com possibilidade de prorrogação por

igual período, e passa a valer em 1º de agosto.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), a ampliação da mistura permitirá ao Brasil deixar de importar cerca de 900 milhões de litros de gasolina por ano, reforçando a segurança do abastecimento em um cenário de volatilidade dos preços internacionais do petróleo.

A Lei do Combustível do Futuro determina que mudanças no percentual de etanol só podem ser implementadas após comprovação de viabilidade técnica. De acordo com o MME, os testes realizados demonstraram que a mistura de até 32% não provoca impactos relevantes no desempenho dos veículos, na dirigibilidade, nas emissões ou no consumo de combustível, comprovando a adaptação dos sistemas automotivos ao novo teor.

Embora os estudos técnicos estivessem concluídos desde o ano passado, o governo adiou a mudança devido à preocupação com possíveis impactos sobre a inflação. A recente instabilidade no mercado internacional de petróleo, provocada pelo conflito no Oriente Médio, alterou esse cenário ao tornar o etanol mais competitivo em relação à gasolina.

Em nota técnica, o ministério afirma que o diferencial de preços entre os combustíveis faz com que a elevação da mistura reduza o custo médio da gasolina ao consumidor, além de diminuir a dependência das importações.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que, nas condições atuais de mercado, a medida deve reduzir em cerca de R\$ 0,03 o preço da gasolina na bomba.

“Vai baratear em 3 centavos, mas, principalmente, diminuir a nossa dependência de importação de gasolina”, declarou o ministro após a reunião do CNPE.

Segundo os cálculos apresentados pelo ministério, a adoção do E32 também fortalece a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional e amplia a utilização da produção brasileira de etanol.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/07/2026

ENERGIA - GOVERNO AVALIA TORNAR MISTURA PERMANENTE; CÂMARA VÊ MEDIDA COM OTIMISMO

Do Estadão Conteúdo



De acordo com o ministro Alexandre Silveira, os testes realizados anteriormente já haviam comprovado a segurança da utilização da mistura com 32% de etanol na gasolina

A elevação do percentual de etanol para 32% poderá deixar de ser temporária e se tornar permanente, segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. A medida foi aprovada inicialmente por 180 dias, com possibilidade de prorrogação por mais seis meses, mas o ministro afirmou que a transitoriedade foi adotada apenas por precaução.

“Há completa e total possibilidade” de tornar a mistura definitiva, afirmou. Segundo Silveira, os testes realizados anteriormente já haviam comprovado a segurança da utilização do E32. Para que a mudança passe a valer de forma permanente, será necessária a aprovação de uma nova resolução pelo CNPE.

Atualmente, o Brasil adota o maior percentual obrigatório de etanol anidro na gasolina do mundo, hoje fixado em 30%. De acordo com o governo, em outros mercados relevantes a mistura obrigatória costuma variar entre 10% e 15%.

A decisão também foi bem recebida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). Em publicação na rede social X, ele afirmou receber “com otimismo” a aprovação do novo percentual e atribuiu o resultado ao diálogo mantido nos últimos dias com os ministros do Planejamento, Bruno Moretti, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Segundo Motta, em um cenário internacional desafiador, a prioridade deve ser garantir estabilidade e segurança para a produção nacional. Nos bastidores, integrantes do governo avaliam que a aprovação da medida pode reduzir a pressão pela votação do chamado PLP dos Combustíveis, cuja tramitação permanece na pauta da Câmara.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

BRASIL EXPORT - INFRAESG DEBATE CORREDORES LOGÍSTICOS SUSTENTÁVEIS NO CENTRO-OESTE EXPORT

Painel discutirá multimodalidade, redução da pegada de carbono e políticas públicas para ampliar a eficiência logística e a competitividade do agronegócio

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os corredores de exportação sustentáveis são vistos como soluções para tornar o escoamento das safras mais eficiente e alinhado às exigências dos mercados internacionais

A construção de corredores logísticos mais sustentáveis e a redução da pegada de carbono no transporte de cargas estarão entre os destaques do Centro-Oeste Export 2026, que será realizado nos dias 23 e 24 de julho, em Rio Verde (GO). O fórum reunirá representantes do setor público, concessionárias, operadores logísticos e empresas para discutir como a agenda ESG pode contribuir para aumentar a eficiência da infraestrutura e fortalecer a competitividade do agronegócio



brasileiro.

O avanço da produção agrícola na região exige soluções que conciliem expansão da capacidade logística, integração entre modais e redução das emissões de carbono. Nesse contexto, ganha importância a implantação de corredores de exportação sustentáveis, capazes de tornar o escoamento das safras mais eficiente e alinhado às exigências dos mercados internacionais.

Esses temas serão debatidos no painel “InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis”, que integra a programação do evento no dia 23. O encontro abordará a multimodalidade como ferramenta para a criação de corredores de exportação mais eficientes e de menor pegada de carbono para o Centro-Oeste, além do papel do poder público na regulação de contratos e na atração de investimentos voltados ao desenvolvimento sustentável.

O debate também discutirá boas práticas de mediação de conflitos em municípios que registram crescimento acelerado em função da expansão de terminais logísticos, buscando conciliar desenvolvimento econômico, infraestrutura e qualidade de vida das comunidades locais.

O painel será moderado por Ana Beatriz Rodrigues Castro, chefe de Gabinete da Superintendência de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT. Participam como debatedores Clézio Ribeiro, coordenador de Sustentabilidade da Ecovias Araguaia; Álvaro Oliveira, gerente executivo de Operações da Rumo Logística; e Denimarco Borges de Oliveira, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura de Rio Verde.

A programação do Centro-Oeste Export também inclui debates sobre infraestrutura de transportes, hidrovias, portos, terminais, multimodalidade e eficiência logística, além de uma visita técnica ao terminal da Granel Química, em Santa Helena de Goiás, prevista para o segundo dia do evento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

PROGRAMAÇÃO CENTRO-OESTE EXPORT 2026 - SUJEITA A ALTERAÇÕES E CONFIRMAÇÕES

PROGRAMAÇÃO CENTRO-OESTE EXPORT 2026

SUJEITA A ALTERAÇÕES E CONFIRMAÇÕES

23 JULHO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas
09h00 Solenidade de abertura
10h00 Goiás em Foco | Panorama sobre o ambiente de negócios no estado
11h00 Intervalo
11h30 Painel: Infraestrutura de transportes e o agronegócio na região Centro-Oeste

- A situação das rodovias concedidas abordando BR-153, BR-060 e outras
- O desenvolvimento da malha ferroviária na região
- A infraestrutura de armazenagem da produção do Centro-Oeste

12h30 Apresentação a definir
12h45 Encerramento do período da manhã
14h30 Painel: A Importância da Barra Norte para a competitividade da exportação da produção do Centro-Oeste

- Otimização do calado da Barra Norte e janelas de maré
- Investimentos privados nos terminais da região
- Políticas públicas e o impacto de fenômenos climáticos na navegabilidade da região

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News
Apresentação: Jacqueline Wendpap, Diretora Executiva do Instituto Praticagem do Brasil,
Debate: Edson Mesquita dos Santos, Gerente de Pesquisa e Análise do Instituto Praticagem do Brasil; Murillo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)

15h30 Painel: Terminais e portos que operam as cargas produzidas no Centro-Oeste

- O papel estratégico dos portos das regiões Nordeste e Sudeste para o escoamento da produção do Centro-Oeste
- Investimentos em expansão de capacidade de terminais e de corredores logísticos para o escoamento da produção via Arco Norte
- Como a FIPS está agindo para absorver o crescimento da safra do Centro-Oeste e garantir a

previsibilidade na chegada das cargas aos terminais de Santos

- Questões tributárias e administrativas que impactam na competitividade da movimentação de grãos nos portos e terminais

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News
Debate: Armando Monteiro Bisneto, Diretor-Presidente do Complexo de Suape; Beto Mendes, Diretor de Operações da Autoridade Portuária de Santos; Flávio Vieira, Diretor-Presidente da Portos Rio; Rafael Hipólito, CFO da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS); Rui Lourenço, Gerente Comercial e Desenvolvimento de Negócios da Santos Brasil

16h30 Intervalo
17h00 Painel InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis

Moderação: Ana Beatriz Rodrigues Castro, Chefe de Gabinete da Superintendência de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT
Debate: Clézio Ribeiro, Coordenador de Sustentabilidade da Ecovias Araguaia; Álvaro Oliveira, Gerente Executivo de Operações da Rumo Logística; Denimarco Borges de Oliveira, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura de Rio Verde

17h45 Painel: Multimodalidade e eficiência logística na região Centro-Oeste

- Soluções integradas e regulação para o escoamento da produção
- Como a multimodalidade pode contribuir para reduzir o Custo Brasil no escoamento de commodities e insumos
- Caminhos para otimizar o fluxo de retorno dos contêineres e vagões

Moderação: Marcella Cunha, Diretora-Executiva da ABOL
Debate: Marcos Vilela, CEO da Bravo Serviços Logísticos; Daniel Salcedo, Diretor Comercial da Brado

18h30 Solenidade de encerramento
24 JULHO | SEXTA-FEIRA

08h15 Saída do transporte oficial do Prime Hotel Rio Verde
09h00 Visita técnica ao terminal da Granel Química em Santa Helena de Goiás

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

AGROBUSINESS - CONAB ELEVA ESTIMATIVA DA SAFRA DE GRÃOS PARA 360,1 MILHÕES DE TONELADAS

Produção prevista para 2025/26 cresce 2,2% sobre a temporada anterior, impulsionada pela expansão da área cultivada; soja registra novo recorde

Do Estadão Conteúdo



Com colheita finalizada, a soja alcança uma produção de 180,57 milhões de toneladas, um crescimento de 5,3% em relação à safra passada (171,48 milhões de toneladas)

A produção brasileira de grãos da safra 2025/26 está estimada em 360,11 milhões de toneladas, volume 2,2% superior ao registrado na temporada passada 2024/25 (352,27 milhões de toneladas), o que representa um acréscimo de 7,8 milhões de

toneladas. Em comparação com a previsão anterior, de junho, houve aumento de 0,4%, ou 1,48 milhão de toneladas.

A COLHEITA DAS TRÊS SAFRAS DE MILHO NO ATUAL CICLO ESTÁ ESTIMADA EM 141,73 MILHÕES DE TONELADAS, VOLUME 0,4% SUPERIOR AO CICLO PASSADO (141,16 MILHÕES). A PRIMEIRA SAFRA DO CEREAL JÁ ESTÁ QUASE TODA COLHIDA, E A PRODUÇÃO ESTÁ ESTIMADA EM 29,6 MILHÕES DE TONELADAS, AUMENTO DE 18,7% ANTE 2024/25 (24,94 MILHÕES)

O resultado reflete a maior área destinada para o cultivo de grãos no país, projetada em 83,54 milhões de hectares (crescimento de 2,2% ante 81,73 milhões de hectares de 2024/25), enquanto a produtividade média nacional das lavouras deve se manter praticamente estável, prevista em 4.311 quilos por hectare. Os dados estão no 10º Levantamento da Safra de Grãos 2025/26, divulgado nesta terça-feira, 14, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A colheita das três safras de milho no atual ciclo está estimada em 141,73 milhões de toneladas, volume 0,4% superior ao ciclo passado (141,16 milhões de toneladas). A primeira safra do cereal já está quase toda colhida, e a produção está estimada em 29,6 milhões de toneladas, aumento de 18,7% ante 2024/25 (24,94 milhões de toneladas).

Já na segunda safra do grão, a colheita atinge 38,9% da área destinada para cultura, índice inferior à média dos últimos cinco anos. “Principal produtor do grão, Mato Grosso registrou condições climáticas favoráveis durante o ciclo, proporcionando um bom desenvolvimento da segunda safra de milho. Já em Goiás, Minas Gerais e Piauí os veranicos ocorridos em abril e maio influenciaram no desempenho da cultura”, relatou.

Neste cenário, a Conab espera que sejam colhidas 109,43 milhões de toneladas na segunda safra do cereal, queda de 3,4% (113,23 milhões de toneladas em 2024/25). Para a terceira safra, espera-se uma produção de 2,7 milhões de toneladas, baixa de 10% (2,99 milhões de toneladas na temporada anterior). “No momento, as baixas precipitações que vêm ocorrendo, especialmente em Sergipe e Alagoas, trazem reflexos à evolução das lavouras”, acrescentou a estatal.

O algodão tem produção prevista em 4,06 milhões de toneladas de pluma, com 8,1% da área já colhida, 78,4% em maturação e 13,5% em formação de maçãs. O volume estimado é 0,5% menor ante 2024/25 (4,08 milhões de toneladas). “As boas condições climáticas favorecem o bom desenvolvimento das lavouras, refletindo em um ganho na produtividade de 2,8% em relação à safra 2024/25. Essa melhora no desempenho médio das lavouras compensou a diminuição em 3,2% na área plantada, que neste ciclo foi próximo a 2 milhões de hectares”, disse a Conab.

Com colheita finalizada, a soja alcança uma produção de 180,57 milhões de toneladas, avanço de 5,3% em relação à safra passada (171,48 milhões de toneladas), resultado do aumento de 2,7% na área cultivada, aliado ao bom pacote tecnológico utilizado pelos produtores, e às condições climáticas favoráveis.

Arroz, feijão e trigo

O arroz também tem colheita encerrada e apresenta uma produção de 11,09 milhões de toneladas, 13,1% abaixo do volume produzido na safra passada (12,76 milhões de toneladas), reflexo de uma menor área destinada ao produto.

No caso do feijão, a produção total estimada é de 3,02 milhões de toneladas, 1,4% inferior ao ciclo anterior (3,06 milhões de toneladas). “Mesmo com a redução prevista para estes dois importantes produtos para o consumo dos brasileiros, o volume a ser colhido garante o abastecimento no mercado doméstico”, destacou a Conab.

Já o trigo, produto de destaque entre as culturas de inverno, se encontra em fase final de plantio. A expectativa da Conab é de uma redução de 23,5% no volume a ser colhido, estimado em 6,03 milhões de toneladas ante 7,87 milhões de toneladas em 2025. “O resultado reflete tanto a menor área destinada ao cereal como a expectativa de uma menor produtividade média a ser registrada nas lavouras neste ciclo”, concluiu a Conab.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - PRAZO PARA APLICAÇÃO DE TARIFAÇÃO CHEGA AO ÚLTIMO DIA SEM ACORDO

USTR decide hoje se será confirmada a tarifa adicional a produtos brasileiros importados pelos Estados Unidos

Da Agência Brasil



O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira disse que o tarifaço, se confirmado, vai onerar uma relação bilateral que é claramente importante para ambos os lados

Sem previsão de acordo à vista, vence nesta quarta-feira (15) o prazo estabelecido pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) para definir sobre a aplicação, ou não, da tarifa adicional de 25% sobre a importação de parte dos produtos brasileiros.

Contribuem para dificultar o acordo tanto a negativa do Brasil de negociar mudanças no Pix quanto a oposição dos Estados Unidos (EUA) em aceitar a redução da sobretaxa que o país impõe ao açúcar brasileiro em troca de mudanças na tarifa do etanol que entra no Brasil.

Para especialistas consultados pela Agência Brasil, o tarifaço tem motivação política, e não estritamente econômica. Nesse contexto, serviria como mecanismo de pressão para enquadrar o Brasil na nova doutrina do governo Donald Trump para a América Latina.

Apelidada de corolário Trump à Doutrina Monroe, a nova política de segurança dos EUA busca reafirmar a proeminência de Washington no continente frente à ascensão econômica da China.

O professor de direito internacional Paulo Borba Casella, da Universidade de São Paulo (USP), afirmou à Agência Brasil que os EUA “não disfarçam” que a medida tem motivação política, dificultando o fechamento de um acordo.

Casella lembrou que Trump chamou o Brasil de país “desagradável” e que o tarifaço proposto é uma forma de “interferir na política interna”. “Qualquer negociação e possível acordo dependem de interesse e boa vontade recíprocas. Na medida em que isso não seja encontrado por parte deles, ficaria difícil de alcançar algum entendimento”, concluiu.

Usando a Seção 301 da legislação estadunidense, o USTR alega “prática desleal” do Brasil em relação ao Pix, etanol, desmatamento ilegal, entre outros pontos.

Realinhamento

O professor de relações internacionais do Ibmec-SP Alexandre Pires destacou que o governo Trump tem “endurecido” a postura com países que não estão alinhados às políticas de Washington, o que incluiria o Brasil. “A Casa Branca busca realinhar o Hemisfério Ocidental aos EUA e afastá-lo da influência econômica e tecnológica chinesa. O Brasil nos últimos 20 anos fortaleceu seus laços com a China, diante de um fechamento cada vez maior dos parceiros tradicionais, Europa e América do Norte”, disse.

Para Alexandre Pires, apesar de o Brasil também praticar o protecionismo comercial em algumas áreas, o contexto internacional está mais politizado e tenso, colocando as práticas brasileiras “sob escrutínio”. “O desejo dos EUA é a eliminação das barreiras comerciais brasileiras em relação às empresas americanas, mas não é algo factível no curtíssimo prazo”, completou o professor.

Em resposta às acusações dos EUA de prática comercial “desleal” por parte do Brasil, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, rebateu cada uma das alegações do USTR.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - DURIGAN NÃO DESCARTA LEI DA RECIPROCIDADE

Do Estadão Conteúdo

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) está em contato com os representantes dos Estados Unidos sobre a questão das tarifas e não possui nenhuma informação adiantada pelos norte-americanos até o momento.

“A gente precisa primeiro avaliar se, de fato, se confirma mais essa medida despropositada para avaliar quais são os setores afetados. E a gente vai chamar os setores para dialogar e avaliar quais as condições, quais as medidas que eventualmente podem ser propostas. Mas tudo com muita tranquilidade”, disse Durigan a jornalistas.

Questionado sobre se há possibilidade da aplicação da Lei de Reciprocidade frente aos EUA, ele afirmou que o processo chegou a ser iniciado no passado, quando houve o primeiro tarifaço da administração Donald Trump, mas o mecanismo foi interrompido quando houve uma suspensão de vários produtos brasileiros do tarifaço.

“Com isso agora, acho que é provável, uma vez consultado o presidente Lula, que a gente retome o processo de reciprocidade. Tudo isso dentro de um cenário de avaliação com calma e cautelosa porque, de fato, a gente não tem confirmação de nada ainda.”

Sobre a hipótese de edição de uma nova medida provisória (MP) nos trâmites do Brasil Soberano, o ministro disse não descartar algo nessa linha, porque o governo federal precisa proteger as empresas e os empresários brasileiros.

Ao ser indagado sobre uma lista de exceções mais ampla, ele afirmou: “A ideia é mitigar, dentro de um ataque despropositado, o efeito na economia brasileira. Essa é a linha de base”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

PAPO DE COMPLIANCE - ORGANIZAÇÃO - GOVERNANÇA: A INTELIGÊNCIA QUE CONECTA BOAS DECISÕES



SELMA CULTURATI VASQUEZ

Economista, mestre em Administração e Pesquisa em Estratégia e Inovação, com experiência nas áreas corporativa e acadêmica voltadas a Finanças e Negócios
opinioao@portalbenews.com.br

Talvez, por isso a governança tenha deixado de ser compreendida apenas como um conjunto de regras, para assumir um papel muito mais estratégico: o de criar inteligência para a tomada de melhores decisões para a organização.

Numa empresa, várias atividades ocorrem num mesmo instante. Enquanto uma equipe negocia um novo contrato, outra avalia um fornecedor estratégico. A área de tecnologia busca uma nova solução baseada em inteligência artificial; o departamento financeiro revisa projeções orçamentárias para o próximo trimestre; a área de recursos humanos conduz um processo seletivo de um novo executivo; e a área comercial estuda a expansão para um novo mercado.

São decisões independentes, mas nenhuma delas acontece isoladamente.

A contratação de um executivo pode influenciar a cultura organizacional. Um novo fornecedor pode impactar a reputação da empresa. Uma inovação tecnológica pode criar vantagens competitivas e, ao mesmo tempo, impactar a segurança da informação, a privacidade de dados e a conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Da mesma forma, uma decisão comercial pode alterar positiva ou negativamente a situação, trazendo ou solucionando riscos financeiros, operacionais e ambientais. E, quanto maior a organização, mais invisíveis se tornam essas conexões.

Talvez, por isso a governança tenha deixado de ser compreendida apenas como um conjunto de regras, para assumir um papel muito mais estratégico: o de criar inteligência para a tomada de melhores decisões para a organização.

Essa visão é compartilhada por importantes referências em governança, como o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), que define a governança como o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, fundamentado nos princípios da transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa, e o Coso (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) que, por sua vez, amplia essa abordagem ao propor o modelo ERM (Enterprise Risk Management), que integra a gestão de riscos ao planejamento estratégico e ao desempenho organizacional.

Em ambos os casos, IBGC e Coso, a mensagem é clara: boa governança amplia a capacidade de inovar e de decidir.

Esse caminho também transformou a forma de enxergar os controles internos, que, por muito tempo, foram associados à segregação de funções, níveis de aprovação, documentação, supervisão e outras verificações destinadas a evitar erros. Esses mecanismos continuam essenciais, mas organizações maduras descobriram que seu maior valor ultrapassa a conformidade, produzindo maior segurança, pois tornam as informações mais confiáveis, organizam responsabilidades, reduzem assimetrias, fortalecem processos e oferecem aos gestores melhores condições para decidir a partir de autonomia exercida com responsabilidade.

Mas nenhuma organização constrói essa confiança sozinha ou de forma imediata. Ela desenvolve uma história que é desenhada por todas as áreas e stakeholders do seu ecossistema. Internamente, ela depende da atuação coordenada das funções que compõem o Modelo das Três Linhas, desenvolvido pelo Institute of Internal Auditors (IIA). A primeira linha representa a gestão, que é onde a estratégia ganha forma, os projetos acontecem e as decisões se transformam em resultados. Gestores e equipes convivem diariamente com clientes, fornecedores, processos, oportunidades e riscos. É ali



que a governança começa, quando cada decisão incorpora responsabilidade, ética e visão de longo prazo.

A segunda linha amplia esse olhar, funcionando como a inteligência organizacional da governança. Reúne várias áreas como Compliance, Gestão de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação, Privacidade, Sustentabilidade e Qualidade, que compartilham a missão comum de conectar informações que dificilmente seriam percebidas quando analisadas isoladamente, como mudanças regulatórias, indicadores operacionais, riscos cibernéticos, novas tendências de mercado, entre os diversos impactos e desafios organizacionais vividos diariamente. Por isso, é a segunda linha que forma o contexto para que a liderança compreenda as consequências de suas decisões antes que elas aconteçam.

Essa integração é justamente a essência do Enterprise Risk Management (ERM).

O ERM parte de uma ideia simples: os riscos mais relevantes raramente pertencem a um único departamento; eles surgem nas conexões entre áreas. E, para exemplificar, uma decisão tecnológica pode afetar a reputação da empresa, ou uma mudança regulatória pode alterar um modelo de negócio, e até mesmo um problema operacional pode impactar clientes, investidores e parceiros simultaneamente.

Quando essas relações passam a ser analisadas de forma integrada, o risco deixa de representar apenas uma ameaça e passa a apoiar a estratégia. O objetivo não é eliminar todas as incertezas — algo impossível — mas compreender quais riscos valem a pena assumir para inovar, crescer e gerar valor de forma sustentável.

Finalmente, a terceira linha oferece uma avaliação independente da efetividade da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, fortalecendo a confiança e promovendo a melhoria contínua.

Como exemplo dessa dinâmica, várias empresas, quando se veem diante de algum problema, vêm a público comunicar seus impactos, investigando as causas e revisando seus processos para fortalecer a continuidade operacional. Esses episódios demonstram que, mesmo em organizações reconhecidas por sua excelência, desafios fazem parte da realidade. É o diferencial que caracteriza empresas que tratam a administração com maior robustez e com maior capacidade de integrar áreas, compartilhar informações com transparência, aprender rapidamente e transformar uma ocorrência operacional em oportunidade de aperfeiçoamento.

Elas compreendem que transparência significa assegurar que as informações relevantes cheguem às pessoas certas, no momento certo e com qualidade suficiente para apoiar decisões. É mais do que explicar resultados, fortalecendo os processos em que critérios, responsabilidades e decisões podem ser compreendidos, acompanhados e continuamente aperfeiçoados.

Então, governança não é um sistema criado para controlar empresas. É um sistema que conecta pessoas, informações e estratégia.

Organizações extraordinárias se diferenciam não apenas pelos produtos que desenvolvem ou pelos mercados que conquistam, mas pela forma como aprendem, decidem e evoluem.

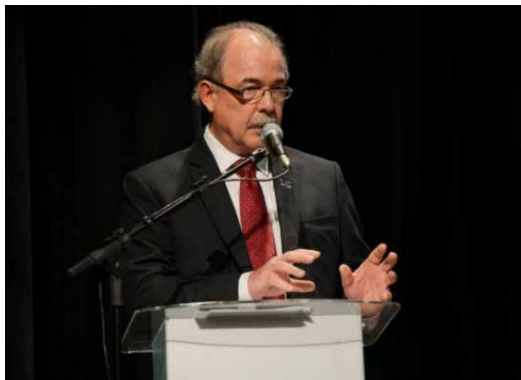
Em um ambiente onde a complexidade cresce mais rápido do que a previsibilidade, essa talvez seja a vantagem competitiva mais valiosa que uma organização pode construir.

A coluna Papo de Compliance, da economista Selma Culturati Vasquez, é publicada semanalmente no BE News, nas edições de quarta-feira. Contato pelo e-mail: compliance@grupobrasilexport.com.br.

FINANÇAS - BNDES MOVE MOTORISTAS ATINGE R\$ 1 BILHÃO EM FINANCIAMENTOS

Em todas as regiões do país, 10.179 taxistas e motoristas de aplicativo acessaram a linha de crédito para compra de carros novos

Do Estadão Conteúdo



De acordo com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, 1.015 municípios distribuídos em todos os estados brasileiros foram atendidos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alcançou R\$ 1 bilhão em financiamentos aprovados no BNDES Move Motoristas, linha de crédito para compra de carros novos por taxistas e motoristas de aplicativos cadastrados em mais de 19 plataformas. Ao todo, 10.179 motoristas foram atendidos em todas as regiões do País, com tíquete médio de R\$ 102 mil.

Segundo o presidente do banco, Aloizio Mercadante, o programa segue em funcionamento e passa por ajustes para ampliar a capacidade de atendimento.

“Temos operações em 1.015 municípios distribuídos em todos os Estados brasileiros. A iniciativa foi estruturada para apoiar a renovação de frota de motoristas de aplicativos vinculados a mais de 19 plataformas e de taxistas, por meio de condições específicas de financiamento”, afirmou o executivo.

A operação é feita por instituições financeiras credenciadas. Até agora, realizaram operações Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Sicoob, Sicredi, Ailos, GM Financial, Volkswagen Financial Services, Banco Stellantis e Mobilize Financial Services, enquanto outras estão em processo de implementação. As taxas de juros chegam a 0,99% ao mês para homens e a 0,91% ao mês para mulheres, com prazo de até 72 meses e carência de até seis meses.

Taxistas e motoristas de aplicativo foram incluídos como categorias elegíveis ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac-FGI), executado por meio do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), para o programa BNDES Mais Motoristas. Essa garantia está sujeita à cobrança de encargo, que pode ser repassado ao tomador e que não equivale a seguro de crédito nem isenta o cliente de suas obrigações financeiras, destacou o BNDES.

Moto

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) informou, nesta sexta-feira (10) que o início do financiamento do Move Brasil entregadores e motoapps foi adiado de segunda-feira, 13, para o dia 27 de julho.

“O ajuste no cronograma foi necessário para a finalização de testes tecnológicos e operacionais entre os sistemas envolvidos, com o objetivo de garantir segurança e estabilidade no atendimento aos trabalhadores”, disse a Pasta em nota.

O cadastro deve ser feito por plataforma do governo. A aprovação do cadastro, porém, só confirma que o trabalhador atende aos requisitos de participação, e não garante automaticamente o financiamento, que ficará sujeito à análise de crédito dos bancos.

O programa é voltado a entregadores ciclistas e motociclistas, motofretistas e mototaxistas que usam motos ou bicicletas como instrumento de trabalho, por aplicativo ou com vínculo formal de emprego.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

FINANÇAS - DÓLAR CAI AO MENOR NÍVEL EM 1 MÊS: R\$ 5,07

No acumulado de 2026, a moeda americana registra queda de 7,56%. Bolsa subiu 0,51% nesta terça
Estadão Conteúdo

O dólar fechou abaixo de R\$ 5,10 pela primeira vez em um mês, enquanto a Bolsa brasileira avançou e o petróleo voltou a subir nesta terça-feira (14). Os mercados reagiram principalmente à divulgação da inflação dos Estados Unidos, que veio abaixo das expectativas.

Os dados de inflação reduziram as apostas de alta dos juros pelo Federal Reserve (Fed, Banco Central dos Estados Unidos). Ao mesmo tempo, a permanência das tensões no Oriente Médio manteve o petróleo em alta.

O dólar comercial caiu 1,12% e encerrou o dia cotado a R\$ 5,074, menor fechamento desde 15 de junho. No acumulado de 2026, a moeda americana registra queda de 7,56% em relação ao real.

A desvalorização acompanhou o movimento global da moeda americana após o índice de preços ao consumidor (CPI) dos Estados Unidos surpreender positivamente. O indicador registrou deflação de 0,4% em junho, acima da expectativa de índice negativo de 0,1%, enquanto a inflação acumulada em 12 meses ficou em 3,5%, também abaixo das projeções.

Com os números, investidores reduziram as apostas de uma nova alta dos juros americanos no curto prazo. Isso enfraqueceu o dólar em relação às principais moedas do mundo, favorecendo divisas de países emergentes, como o real.

O índice DXY, que mede o desempenho da moeda americana diante de uma cesta de seis divisas fortes, caiu 0,35%.

Principal índice da B3, o Ibovespa fechou em alta de 0,51%, aos 176.641 pontos. O indicador recuperou o patamar dos 176 mil pontos após o recuo da véspera. O principal fator de sustentação foi o alívio nas expectativas para os juros nos Estados Unidos, cenário que tende a beneficiar mercados emergentes como o Brasil

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/07/2026

JUSTIÇA - JUSTIÇA CONDENA EX-SARGENTO QUE LEVAVA DROGAS EM AVIÃO DA FAB

Ex-membro da Aeronáutica foi preso com 37 kg de cocaína, em 2022, durante viagem de apoio à comitiva do ex-presidente Jair Bolsonaro

Do Estadão Conteúdo



Avião que levava o ex-sargento com drogas fez escala no aeroporto de Sevilha, no sul da Espanha, onde ele foi preso

A Justiça Militar condenou o ex-sargento da Aeronáutica Manoel da Silva Rodrigues a três anos de reclusão, em regime fechado, pelo transporte de 37 quilos de cocaína em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que dava apoio à comitiva do então presidente Jair Bolsonaro (PL) durante viagem ao Japão, em junho de 2019, para o encontro do G-20.

A defesa do ex-sargento alegou, no processo, ausência de justa causa e inépcia da denúncia, sustentando que a acusação se baseia em “meras ilações”. A reportagem pediu manifestação dos advogados de Rodrigues sobre a condenação.

Ele foi detido durante uma escala no aeroporto de Sevilha, no sul da Espanha. Em 2022, foi excluído da FAB. Atualmente, o ex-sargento cumpre pena de seis anos e um dia de reclusão na Espanha, em regime equivalente ao de liberdade condicional. Também está em tramitação um pedido de extradição ao País.

Manoel da Silva Rodrigues já havia sido condenado, com trânsito em julgado em setembro de 2024, a 17 anos e cinco dias de reclusão, em regime inicial fechado, pelos crimes de tráfico de drogas, com as agravantes de transnacionalidade do delito e de utilização de transporte público para a prática criminosa.

Agora, após o avanço das investigações, Manoel da Silva Rodrigues foi condenado por associação para o tráfico. Segundo o Ministério Público Militar, novas investigações revelaram a existência de uma organização crimi nosa voltada ao tráfico internacional de drogas que utilizava a estrutura de missões oficiais da FAB para enviar entorpecentes à Europa.

Além de Manoel da Silva Rodrigues, o juiz federal da Justiça Militar, Frederico Magno de Melo Veras, condenou outros dois integrantes apontados como participantes do esquema.

Marcos Daniel Pena Borja Rodrigues Gama, suposto líder do grupo, recebeu pena de 22 anos e oito meses de reclusão, em regime inicial fechado.

O 2º sargento da Aeronáutica Jorge Luiz da Cruz Silva, apontado como responsável pelo recrutamento de militares que atuaram no esquema, foi condenado a 19 anos de reclusão, também em regime inicial fechado.

A reportagem buscou contato com as defesas, mas não obteve sucesso até o fechamento desta matéria. O espaço está aberto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

JUSTIÇA - PF INDICIA EX-PRESIDENTE DO INSS

Além de Alessandro Stefanutto, outros ex-dirigentes são investigados por suspeita de corrupção
Do Estadão Conteúdo

A Polícia Federal (PF) concluiu um dos inquéritos sobre desvios em aposentadorias e indiciou o ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Antônio Stefanutto, o ex-procurador-geral da autarquia, Virgílio Antônio Ribeiro Filho, o ex-diretor de benefícios André Fidelis e outros investigados por suspeita de corrupção e outros crimes envolvendo descontos indevidos nos benefícios. Procurada, a defesa de Stefanutto afirmou que não teve acesso ao relatório de indiciamento. As demais defesas ainda não se manifestaram.

Trata-se do primeiro relatório final apresentado na Operação Sem Desconto. No total, foram 48 indiciados por crimes envolvendo descontos indevidos de aposentadorias. A investigação dos desvios no INSS foi iniciada em abril do ano passado para apurar a existência de um esquema de descontos indevidos nos benefícios que resultaram em desvios estimados em cerca de R\$ 6 bilhões.

A PF afirma que Stefanutto, nos cargos de procurador e de presidente do INSS, omitiu-se na fiscalização das entidades associativas em troca de pagamentos de propina. “Em troca de sua omissão fiscalizatória deliberada recebeu propinas mensais recorrentes que alcançaram o patamar de R\$ 250.000,00 mensais”, diz trecho do relatório que o indiciou por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Fidelis e Virgílio também foram acusados dos mesmos crimes. Os três estão presos preventivamente desde o final do ano passado.

O relatório aponta que Stefanutto recebeu propina por meio de pagamentos a empresas de fachada, incluindo uma pizzaria.

A conclusão apresentada ao STF neste relatório tem como foco os crimes envolvendo descontos indevidos da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer). A PF ainda vai continuar investigando os fatos envolvendo outras associações e outros personagens.

Esse relatório não tem relação com fatos em apuração sobre o filho do presidente Lula, o empresário Fábio Luís Lula da Silva. A PF investiga em outro inquérito se Lulinha foi sócio oculto do empresário Antônio Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

INTERNACIONAL - NOVO PRESIDENTE ANUNCIA FIM DO DIÁLOGO COM GUERRILHA NA COLÔMBIA

Antes mesmo de tomar posse, Abelardo de la Espriella disse que vai acabar com a assessoria presidencial para a paz

Do Estadão Conteúdo



Abelardo de la Espriella disse que “o objetivo será a segurança do povo e o desmonte total do perverso sistema de impunidade”

O presidente eleito da Colômbia, o ultradireitista Abelardo de la Espriella, afirmou na segunda-feira, 13, que suspenderá qualquer diálogo em andamento entre os grupos ilegais e a administração do presidente Gustavo Petro, o primeiro governante de esquerda da história da Colômbia.

“Acaba-se o comissário para a paz porque não haverá mais processos de falsa paz no meu governo”, declarou o presidente eleito nas redes sociais.

Entre outras medidas, Espriella anunciou que extinguirá a assessoria presidencial para a paz, após a política de diálogos diretos do governo ter fracassado em obter o desarmamento de poderosos grupos armados.

Ele acrescentou que “o objetivo será a segurança do povo e o desmonte total do perverso sistema de impunidade que reina neste momento e que será encerrado assim que eu assumir o cargo”, em 7 de agosto.

Há duas semanas, De la Espriella deu prazo de um mês para que os grupos armados ilegais se entreguem à Justiça e afirmou que não fará “concessões inaceitáveis”, em referência às políticas do governo que deixa o poder para o desarmamento de guerrilhas e grupos narcotraficantes.

A extinção da assessoria para a paz fará parte da eliminação de mais de 200 cargos na Presidência, medida que será adotada quando ele assumir o mandato de quatro anos.

De la Espriella promoverá uma reestruturação na sede da Presidência que, segundo ele, permitirá uma economia de 10 bilhões de pesos (US\$3,1 milhões). Algumas das funções serão transferidas para ministérios como os do Interior e da Defesa, segundo o político.



Desde a campanha, De la Espriella anunciou que pretende extinguir a Jurisdição Especial para a Paz (JEP), que classifica como um “tribunal de vingança” que profere sentenças com “assimetria”.

A JEP, criada pelo acordo de paz de 2016 que levou ao desarmamento da guerrilha das FARC, julga as violações mais graves de direitos humanos cometidas durante o conflito de meio século por atores armados.

Vale lembrar que Gustavo Petro recusou-se a reconhecer a vitória de Abelardo de la Espriella nas eleições presidenciais de junho. Petro contestou publicamente o resultado oficial, alegou fraude na contagem dos votos e afirmou que a vitória de De la Espriella carece de legitimidade. A crise institucional escalou recentemente com Petro proibindo que o presidente eleito realize sua cerimônia de posse em instalações militares.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

INTERNACIONAL - MARCO RUBIO ASSUME CONTROLE EM CARACAS

Segundo jornal, o secretário de Estado toma conta de finanças e gestão governamental da Venezuela
Do Estadão Conteúdo

Seis meses após a captura do presidente Nicolás Maduro por forças especiais dos Estados Unidos, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, assumiu o controle das finanças, da distribuição de recursos naturais e da gestão governamental da Venezuela a partir de Washington, informa reportagem do jornal The New York Times.

De acordo com relatos de mais de uma dúzia de funcionários de ambos os países consultados pelo jornal, Rubio atua como administrador da Venezuela, mantendo coordenação com a presidente interina Delcy Rodríguez por meio de mensagens de texto. O arranjo político consolidou-se após Rodríguez aceitar colaborar com as diretrizes da Casa Branca em troca da preservação da infraestrutura nacional.

A reportagem detalha que o Departamento do Tesouro dos EUA arrecada diretamente as receitas provenientes das exportações de petróleo venezuelano - comercializadas por intermédio das empresas Trafigura e Vitole as libera de forma gradual por meio de bancos privados locais.

Esse mecanismo permite à equipe de Rubio ditar as condições de aplicação das verbas públicas e conter desvios de fundos, oferecendo em contrapartida proteção legal contra credores internacionais da dívida externa da Venezuela. Além do monitoramento orçamentário, o secretário de Estado gerencia a concessão de licenças de exceção a sanções econômicas, priorizando a entrada de companhias norte-americanas no setor de energia em detrimento de operadoras europeias.

Na área de segurança e relações externas, a administração interina submete nomeações de alto escalão, como a do ministro da Defesa, ao aval de Washington, e encerrou projetos conjuntos com aliados históricos, resultando na assunção das operações antes divididas com a estatal russa Rosneft.

A cooperação incluiu a detenção e o aval para a extradição do empresário Alex Saab para responder a processos por tráfico de drogas em Nova York. No mês passado, informações de inteligência fornecidas por Caracas sinalizaram um ataque de míssil norte-americano que matou Niño Guerrero, uma das lideranças da organização criminosa Trem de Aragua, no sul do território venezuelano, destaca o New York Times.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

INTERNACIONAL - TRUMP FORMALIZA RETOMADA DA GUERRA E RECUA SOBRE ORMUZ

Presidente dos EUA notificou o Congresso americano sobre a volta das ações do país contra o Irã e desistiu de cobrar taxa sobre cargas transportadas no Estreito

Do Estadão Conteúdo



Trump disse que o Estreito de Ormuz está aberto ao tráfego marítimo, com exceção de embarcações ligadas ao Irã

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, notificou formalmente o Congresso sobre a retomada das hostilidades contra o Irã. O documento foi divulgado pela emissora americana CBS nesta terça-feira, 14. Na carta enviada ao presidente pro tempore do Senado, o senador republicano Chuck Grassley, na sexta-feira, 10, Trump

afirmou que o conflito foi retomado na última terça-feira, 7.

Na quarta-feira, 8, menos de um mês após a assinatura do memorando de entendimento que prorrogou o cessar-fogo entre Washington e Teerã, Trump anunciou o fim da trégua. Antes disso, os EUA já haviam atacado o Irã em pelo menos outras três ocasiões, sob a justificativa de que Teerã estava bombardeando navios comerciais no Estreito de Ormuz. Desde então, os dois países têm trocado ataques.

O republicano afirmou na segunda-feira, 13, que pretende assumir o controle de Ormuz e que os EUA serão os “guardiões” da via marítima. Segundo ele, por “uma questão de justiça”, o país cobrará uma taxa de 20% sobre toda a carga transportada pelo estreito, “por todos os custos necessários para garantir a segurança desta região tão instável do mundo”. Trump também anunciou a retomada do bloqueio aos portos iranianos, que deve começar nesta terça-feira.

Na carta enviada a Grassley, Trump disse que já havia notificado anteriormente o Congresso “sobre mudanças na postura global das Forças Armadas dos EUA no Oriente Médio em resposta às ameaças provenientes do Irã” e descreveu algumas ações realizadas, incluindo o cessar-fogo iniciado em 7 de abril. “Durante esse período, meu governo se envolveu em esforços produtivos e de boa-fé para alcançar uma solução diplomática para o comportamento maligno do Irã e encerrar sua ameaça aos EUA, bem como aos nossos aliados e parceiros”, escreveu o presidente.

Segundo o republicano, esses esforços resultaram na assinatura do memorando de entendimento em 17 de junho, no qual o Irã teria se comprometido a “garantir a passagem segura de embarcações comerciais do Golfo Pérsico até os mares de Omã”. No entanto, Trump afirmou que, apesar do acordo, Teerã voltou a atacar embarcações comerciais de bandeira neutra que transitavam pelo estreito.

O presidente disse que ordenou que as Forças Armadas dos EUA respondessem “com ataques defensivos contra alvos dentro do Irã”. “Esses ataques são limitados, proporcionais, planejados e executados de maneira destinada a minimizar baixas civis”, escreveu Trump.

Sem taxa

Trump também afirmou nesta terça-feira que desistiu de cobrar uma taxa de 20% sobre as cargas transportadas pelo Estreito de Ormuz. Segundo ele, os Estados Unidos serão compensados por meio de acordos comerciais e investimentos que os países do Golfo deverão realizar no país.

Especialistas ouvidos pelo Estadão apontam que o plano de Trump de cobrar pedágio para proteger Ormuz violava a convenção da ONU e a tradição jurídica.

“Decidi substituir a taxa de reembolso de 20% dos Estados Unidos por acordos comerciais e de investimento que os diversos Estados do Golfo farão com os Estados Unidos”, escreveu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/07/2026

INTERNACIONAL - REINO UNIDO: ATAQUE FOI PREMEDITADO

Polícia avança na investigação sobre a morte de ex-política defensora de pautas conservadoras
Do Estadão Conteúdo

A ex-policial do Reino Unido e participante de reality shows Ann Widdecombe foi morta em um “ataque premeditado”, embora o motivo ainda esteja sendo investigado, informou a polícia antiterrorista britânica nesta terça-feira, 14.

Um homem de 28 anos preso sob suspeita de homicídio e crimes de terrorismo permanece detido com base em um mandado de prisão prolongada nos termos da Lei Antiterrorismo, que permite que a polícia o interrogue por até mais uma semana.

“Está claro que este foi um ataque direcionado”, disse Laurence Taylor, chefe da Polícia Nacional Antiterrorismo, aos repórteres “Ainda estamos trabalhando para entender a extensão de qualquer planejamento ou preparação, bem como a motivação por trás desse ataque.”

A morte de Widdecombe, de 78 anos, chocou a classe política britânica, onde ela era conhecida há muito tempo por suas opiniões socialmente conservadoras e sem rodeios, opondo-se ao aborto e à expansão dos direitos LGBTQIA+.

A polícia antiterrorista assumiu a investigação na segunda-feira, 13, após a descoberta de novas evidências. A Polícia de Devon e Cornualha foi criticada por ter afirmado inicialmente que não se acreditava que o assassinato fosse um crime relacionado ao terrorismo e que não havia nada que sugerisse que fosse motivado politicamente.

A polícia acredita que Widdecombe tenha sido atacada na quarta-feira, 8 de julho, pouco depois do meio-dia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/07/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO AUMENTA PREVISÃO DA INFLAÇÃO PARA 5,1% EM 2026, ACIMA DO TETO DA META

Equipe econômica diz que choque de preços do petróleo e ocorrência do El Niño neste ano devem pressionar a inflação

Por Bernardo Lima — Brasília

O governo Lula atualizou nesta quarta-feira as perspectivas para economia brasileira em 2026, aumentando a projeção de inflação de 4,5%, para 5,1%, acima do teto da meta, que é de 4,5%. Enquanto isso, o Ministério da Fazenda manteve a expectativa de crescimento de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

As informações estão no Boletim Macroeconômico divulgado hoje pela Secretaria de Políticas Econômicas (SPE). A última versão tinha sido publicada em maio.

No documento, o Ministério da Fazenda afirma que a revisão foi feita considerando recentes choques no preço do petróleo e derivados em função do conflito no Oriente Médio. Na visão da equipe econômica, esses efeitos podem demorar a se dissipar em um cenário que continua marcado por incertezas geopolíticas.

Outro fator que deve puxar a inflação é a ocorrência do El Niño, fenômeno climático, caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Pacífico, que pode afetar as safras e assim pressionar o preço dos alimentos.

“No caso dos alimentos, pressões altistas no segundo semestre estão associadas à maior probabilidade de ocorrência do El Niño e à persistência do choque de oferta e de preços dos fertilizantes, com efeitos já em 2026 e risco adicional para a safra de 2027”, detalha a Fazenda.

Diante dessas pressões inflacionárias, o governo admite pela primeira vez o estouro da meta do IPCA para este ano, que é de 3%, com limite de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o teto é de 4,5%.

A previsão de inflação para o ano que vem também foi revisada, de 3,5%, para 3,6%. Depois de 2027, segundo a Fazenda, projeta-se uma inflação convergindo para a meta, em 3%.

PIB

A expectativa de crescimento do PIB para este ano, de 2,3%, foi mantida. A equipe econômica diz que o crescimento da economia será sustentado principalmente pela expansão da indústria e dos serviços, a despeito da provável desaceleração da agropecuária, que teve safra recorde, puxada pela soja, no primeiro trimestre.

A projeção de uma aceleração da economia brasileira em 2027 foi diminuída, com uma expansão de 2,6% do PIB. O boletim, no entanto, não explica as decisões pela revisão.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/07/2026

MOTTA E MINISTRO DA FAZENDA ANUNCIAM ACORDO E GOVERNO VAI PUBLICAR MP PARA RENEGOCIAR R\$ 100 BILHÕES EM DÍVIDAS RURAIS

Pasta tentava limitar o impacto fiscal da medida em R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano

Por Bernardo Lima e Thaís Barcellos — Brasília



O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB)
— Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou nesta quarta-feira um acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em torno do projeto que permite a renegociação de dívidas rurais. Com isso, o governo irá editar uma medida provisória (MP) sobre o assunto para substituir o projeto que está em tramitação no Congresso, cujo impacto fiscal, segundo cálculos da equipe econômica,

é de R\$ 140 bilhões em 13 anos.

A medida vai viabilizar a renegociação de mais de R\$ 100 bilhões em dívidas.

– Nós encerramos hoje esse debate. Os agricultores do país devem a partir de agora conversar com os bancos, em especial o Banco do Brasil, que já está pronto para renegociar as dívidas dos agricultores – disse o ministro.

O governo avalia que a negociação com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) estava avançando, o que permitiu chegar a condições "minimamente" adequadas para ambas as partes. Na semana passada, o ministro da Fazenda já havia afirmado que medida provisória iria prever um prazo de dez anos para o pagamento dos débitos, no caso de produtores mais afetados por mudanças climáticas.

Além de agricultores prejudicados por mudanças climáticas, a MP também vai viabilizar produtores que tenham tido perdas financeiras por variações de preços internacionais dos produtos por instabilidades geopolíticas.

O prazo de dez anos vem sendo uma das reivindicações da bancada do agro para a proposta. Isso valerá para quem teve perdas acima de 40% em três ou mais safras. São dois anos de carência e oito para pagamento. As taxas de juros vão variar de 5% a 11% ao ano, a depender do porte do produtor.

– Vai dar o fôlego necessário para o produtor – disse.

Para os demais, que tiveram perdas de pelo menos 30% em duas safras entre 2019 e 2025, as taxas serão de até 12% ao ano. O prazo de pagamento será de oito anos.

O Ministério da Fazenda não detalhou o impacto fiscal exato das renegociações. Os valores oficiais devem ser divulgados ainda hoje, mas o ministro Durigan adiantou a jornalistas que deve ficar abaixo de R\$ 4 bilhões ao ano.

O projeto aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara prevê juros entre 3,5% e 7,5% e prazo de até 13 anos, sendo no mínimo dois de carência. O limite de crédito é de R\$ 10 milhões por beneficiário e de até R\$ 50 milhões para cooperativas. Ainda é permitido o enquadramento por comprovação de perda de no mínimo 30% da renda bruta em pelo menos duas safras entre 2019 e 2025.

– Depois da aprovação no Senado, sem acordo com o governo, chamamos os atores para mesa para tratar isso com equilíbrio e buscar uma resolução que coubesse nas contas do país e levar em consideração esse momento de dificuldade dos nossos produtores no país – disse Motta.

Durigan também disse que será criado um fundo para garantir as dívidas das operações do agronegócio.

– Vamos avançar, do ponto de vista da União, com um limite de até R\$ 2 bilhões de aporte para esse fundo garantidor. Mas também vamos convocar bancos, estados e municípios que queiram contribuir – disse.

A MP deve ser publicada ainda hoje, segundo o ministro Dario Durigan. A medida vai também permitir que os bancos possam prorrogar automaticamente por até 30 dias as dívidas que estavam em situação de inadimplência até o dia 14 de julho.

Inadimplência cresce

Um levantamento inédito da Serasa Experian, empresa de análise de dados e informações, mostra que a inadimplência de pessoas físicas da população rural, no primeiro trimestre deste ano, subiu a 8,8%, uma alta de 1,2 ponto percentual na comparação com o mesmo período de 2025. Na comparação com o trimestre anterior, o indicador também teve alta de 0,6 ponto percentual.

O índice da Serasa inclui pessoas físicas da população rural brasileira que estejam com dívidas vencidas há mais de 180 dias e tenham sido contraídas com empresas de setores relacionados ao agronegócio.

O levantamento identificou que os produtores rurais sem informação de registro rural, segmento que inclui possíveis arrendatários, trabalhadores da agricultura familiar e agricultores que operam na informalidade, registraram o maior nível de inadimplência, chegando a 11%. Em seguida, aparecem grandes proprietários rurais, com 9,9%, médios proprietários, com 8,6%, e pequenos produtores, com 8,3%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/07/2026

EM TROCA DE AMEAÇAS, TRUMP SUGERE ATAQUE A PONTES E USINAS DE ENERGIA DO IRÃ, E TEERÃ SINALIZA BLOQUEIO DE OUTRAS VIAS MARÍTIMAS

EUA retomam bloqueio aos portos iranianos, ampliam bombardeios e anunciam novas sanções; República Islâmica responde com ataques a bases americanas em países do Golfo

Por O GLOBO, com agências internacionais — Washington e Teerã



Embarcações ancoradas no Estreito de Ormuz, próximo a Bandar Abbas, no sul do Irã — Foto: Amirhossein Khorgooei/ISNA/AFP

No quinto dia consecutivo de ofensivas americanas, os Estados Unidos lançaram uma nova série de ataques contra o Irã, um dia após retomarem o bloqueio naval aos portos iranianos e ampliarem as sanções econômicas contra Teerã. O governo iraniano respondeu com ataques a instalações militares americanas na região e prometeu manter o Estreito de Ormuz fechado até que Washington encerre o que chamou de “atos de agressão”. A escalada militar ocorre menos de um mês após a assinatura de um protocolo de acordo entre os dois países, que consolidava o cessar-fogo firmado em abril.

Na manhã desta quarta-feira, o Comando Central das Forças Armadas dos EUA (Centcom) anunciou o início de uma nova série de ataques para “reduzir ainda mais as capacidades militares que as forças iranianas utilizaram para atacar embarcações” no estreito. Apenas horas antes Washington havia anunciado a retomada do bloqueio naval, e militares americanos iniciaram uma nova onda de bombardeios contra dezenas de alvos militares iranianos próximos ao Estreito de Ormuz e em áreas costeiras do país, atingindo instalações ligadas a mísseis, drones, capacidades navais e sistemas de defesa costeira do Irã.

A República Islâmica, por sua vez, afirmou que várias regiões foram atingidas entre terça e esta quarta, incluindo Bandar Abbas, a ilha de Qeshm — localizada no Estreito de Ormuz —, Ahvaz, no sudoeste do país, e a cidade portuária de Bushehr, onde está localizada a única usina nuclear civil iraniana. De acordo com a agência estatal Irna, três locais em Bushehr foram bombardeados por forças americanas.

Pelo menos sete militares foram mortos na madrugada, e mais de 30 civis iranianos morreram em bombardeios americanos contra o país nos últimos dias, disse o governo iraniano. Em resposta, Teerã lançou ataques contra instalações americanas em países do Golfo. A Guarda Revolucionária afirmou ter atingido bases militares dos EUA no Bahrein, no Kuwait e na Jordânia. A ofensiva, disse, foi uma reação ao envio de forças navais americanas ao Oceano Índico para controlar o estreito:

“[Washington deve] se preparar para o fechamento de todos os demais corredores de exportação que beneficiam os Estados Unidos”, acrescentou. “As exportações regionais de energia ou são compartilhadas por todos, ou serão negadas a todos”.

Via estratégica

Analistas ouvidos pela Reuters afirmam que o Irã sinaliza a possibilidade de recorrer aos houthis, no Iêmen, para fechar também o estreito de Bab el-Mandeb, que liga o Mar Vermelho ao Golfo de Áden e por onde passam exportações de petróleo da Arábia Saudita e parte do comércio marítimo global. A iniciativa abriria uma nova frente contra Washington e colocaria em risco duas das mais importantes rotas de transporte de energia do mundo.

Um alto dirigente houthi disse na segunda-feira que o grupo estava preparado para fechar a hidrovía — o que, segundo ele, poderia elevar o preço do petróleo para US\$ 200 por barril — caso a Arábia Saudita continuasse atacando o Iêmen, publicou a emissora iraniana Press TV. As forças houthis



lançaram mísseis contra a Arábia Saudita após acusarem o reino de bombardear, na segunda-feira, um aeroporto sob seu controle.

Como consequência da guerra, o Irã vem tentando estabelecer controle permanente sobre a navegação por Ormuz e cobrar taxas das embarcações que passam pela via marítima, o que representaria uma mudança significativa no equilíbrio de poder. Segundo a Organização Marítima Internacional, vários petroleiros foram atacados no estreito desde a noite de segunda-feira, deixando pelo menos dois mortos e vários feridos. Os Estados Unidos afirmam que sete embarcações comerciais foram atingidas pelo Irã na última semana.

Os Emirados Árabes Unidos informaram que dois petroleiros do país foram atingidos por mísseis de cruzeiro iranianos, deixando um tripulante indiano morto e outros oito feridos, quatro deles em estado grave. A Guarda Revolucionária confirmou o ataque e afirmou que as embarcações haviam ignorado advertências e tentado atravessar uma rota minada. Enquanto isso, o Kuwait disse nesta quarta-feira ter interceptado novos drones iranianos, e a Jordânia anunciou ter derrubado três mísseis balísticos disparados pelo Irã.

Novas sanções

Além da ofensiva militar, Washington anunciou novas sanções contra a rede de petroleiros ligada ao empresário Mohammad Hossein Shamkhani, acusado pelos Estados Unidos de facilitar as exportações de petróleo iraniano. Segundo o Departamento do Tesouro americano, mais de 50 pessoas, entidades e embarcações foram incluídas na nova rodada de sanções, elevando para mais de 200 o número de alvos ligados à rede Shamkhani.

O departamento também congelou US\$ 130 milhões em criptomoedas mantidas em carteiras digitais ligadas ao Banco Central do Irã. Especialistas afirmam que plataformas de ativos digitais têm sido usadas para contornar as sanções impostas à Guarda Revolucionária do Irã e também como um refúgio financeiro para civis afetados pela disparada da inflação. O país está amplamente isolado do sistema financeiro global devido às sanções impostas antes mesmo da guerra, e as criptomoedas passaram a oferecer uma forma de transação.

“Continuaremos seguindo agressivamente o rastro do dinheiro e negando ao regime iraniano acesso aos recursos provenientes de seus esquemas ilícitos de arrecadação”, escreveu o secretário da pasta, Scott Bessent, em publicação no X.

Troca de ameaças

Analistas afirmam que, embora EUA e Irã tenham voltado aos confrontos que mantinham antes do acordo de cessar-fogo provisório assinado há quase um mês, é improvável que retornem a uma guerra em larga escala, embora o risco de nova escalada permaneça. Ainda assim, o retorno do bloqueio naval levou autoridades iranianas a afirmarem que Washington rompeu o entendimento firmado entre os dois países em junho, rejeitando a possibilidade de que o aumento da pressão militar e econômica leve Teerã de volta às negociações.

— A decisão dos Estados Unidos, de certa forma, desmantelou o protocolo de acordo — afirmou o vice-ministro das Relações Exteriores do Irã, Kazem Gharibabadi. — Se os Estados Unidos acreditam que, ao endurecer as medidas contra nós, com suas ações militares e seu bloqueio econômico, voltaremos às negociações, estão cometendo um erro — disse.

Por sua vez, o presidente americano, Donald Trump, voltou a ameaçar ampliar a ofensiva caso o Irã não aceite retomar o diálogo. À rede conservadora Fox News, o republicano sugeriu que atacaria pontes e usinas de energia do Irã na próxima semana caso o país não volte à mesa de negociações. Segundo Trump, negociadores dos Estados Unidos disseram aos representantes iranianos que “é melhor eles fecharem um acordo, ou não vai sobrar nada”.

— Na próxima semana, a situação ficará muito ruim para eles. Vamos destruir todas as usinas de energia deles. Vamos destruir todas as pontes deles, a menos que sentem à mesa e negociem —

disse o presidente. — Vou deixar os alvos de energia por último, mas, no fim das contas, vamos atingir alvos de energia.

Na segunda-feira, Trump afirmou que os EUA iriam “eliminar a montanha de Pickaxe” em um “futuro próximo”, indicando que o governo americano acompanha de perto a atividade na região. A montanha abriga o coração do programa nuclear iraniano e fica localizada ao lado da usina de enriquecimento de urânio de Natanz, uma das principais instalações nucleares do país. A região é uma das áreas mais protegidas pelo governo iraniano.

Em abril, Trump já havia ameaçado bombardear infraestrutura civil no Irã, incluindo pontes e usinas de energia. Na ocasião, o alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, disse que “atacar deliberadamente civis e infraestrutura civil constitui crime de guerra”. As Convenções de Genebra de 1949, que estabelecem normas humanitárias para conflitos armados, proíbem ataques contra locais considerados essenciais para a população civil.

Trump também recuou da proposta anunciada na segunda-feira de cobrar uma taxa de 20% sobre cargas transportadas pelo Estreito de Ormuz em troca da proteção da rota marítima. Em vez disso, afirmou que buscará acordos de comércio e investimentos com os países do Golfo.

A Organização das Nações Unidas manifestou preocupação com as “graves consequências socioeconômicas e humanitárias” do bloqueio da rota marítima, considerada essencial para o abastecimento mundial de energia e da qual dependem milhões de pessoas. Dados de navegação mostram que o tráfego pelo Estreito de Ormuz caiu para o menor nível em dois meses, enquanto os preços internacionais do petróleo voltaram a subir.

(Com AFP)

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/07/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TARIFA DE 25% DOS EUA SOBRE PRODUTOS BRASILEIROS DEVE SER ANUNCIADA ESTA TARDE, DIZ SIDÔNIO

Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência disse ainda que é provável que o novo tarifaço venha com uma lista ampliada de exceções

Por Gabriel de Sousa (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Sidônio Palmeira, disse ao Estadão/Broadcast que a tarifa de 25% sobre produtos brasileiros deve ser anunciada pelos Estados Unidos na tarde desta quarta-feira, 15. Sidônio disse ainda que é provável que o novo tarifaço venha com uma lista ampliada de exceções.

Segundo o ministro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aguarda a chegada do anúncio formal por parte dos EUA para discutir qual será a reação.



Segundo o ministro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aguarda a chegada do anúncio formal por parte dos EUA para discutir qual será a reação Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Nos bastidores do Palácio do Planalto, aliados de Lula discutem duas opções: usar a Lei de Reciprocidade contra os Estados Unidos e elevar o tom do conflito, ou

seguir nas negociações diplomáticas feitas desde o início da investida do presidente americano, Donald Trump, contra o Brasil, em julho de 2025, para tentar desfazer a nova taxaço.

O governo já esperava que a tarifa seria aplicada diante das reuniões infrutíferas que tiveram com os representantes de Trump. No encontro entre Lula e o republicano, em maio, ficou acertado que um grupo de trabalho seria feito para solucionar com celeridade as divergências entre os países sobre tarifas.

Sabendo que a taxaço se tornou inevitável, os representantes de Lula agora tentam incluir produtos estratégicos na lista de exceções à taxaço. A confiança do Planalto vem do último tarifaço, do ano passado, quando a lista de produtos deixados de fora da taxaço foi aumentando com o tempo.

Em uma agenda em São José dos Campos (SP) na segunda-feira, 13, Lula chegou a dizer para a imprensa que as tarifas contra o Brasil não seriam aplicadas.

Em seu relatório preliminar, em 1º de junho, o USTR sugeriu a aplicação de alíquota de 25% sobre os produtos importados brasileiros, com uma lista de exclusões que inclui os setores essenciais para o consumo da população americana, como a aeronáutica, produtos agropecuários e insumos industriais.

A nova tarifa dos Estados Unidos veio após a investigação comercial sob a Seção 301 da Lei de Comércio americana. O governo Trump acusa o Brasil de adotar práticas ilegais em comércio digital, referindo-se ao Pix, tarifas preferenciais, proteção de propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e questões ambientais, como o desmatamento ilegal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2026

BRASIL PODE TER ESTE ANO SEGUNDO MAIOR SUPERÁVIT NA BALANÇA COMERCIAL, MESMO COM TARIFAÇO DE TRUMP

Impulsionado pelas transações com a China, o País colheu exportações recordes no 1º semestre; EUA foram o destino de apenas 9,4% das vendas, o nível mais baixo já registrado na série

Por Luiz Guilherme Gerbelli

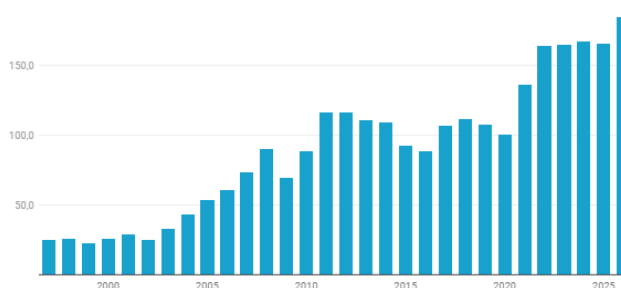
Mesmo com o tarifaço promovido pelos Estados Unidos, o Brasil segue colhendo números positivos na balança comercial. No primeiro semestre deste ano, as exportações alcançaram um patamar recorde. Entre janeiro e junho, as vendas totais brasileiras somaram US\$ 184,8 bilhões, a maior cifra para o período, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O grande motor da balança comercial tem sido a China, cuja demanda é bastante grande pelas commodities brasileiras, o que tem ajudado a mitigar o impacto das incertezas provocadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nos negócios entre os dois países.

Patamar recorde

Vendas brasileiras ao exterior registram o melhor resultado para um primeiro semestre

Primeiro semestre de cada ano em bilhões de dólares



Fonte: Mdic - Obter dados

“Mesmo com as exportações caindo para os Estados Unidos, o aumento das vendas para outros países mais do que ajudou a compensar”, diz Júlia Marasca, economista do banco Itaú. “As

exportações estão rodando em nível recorde, e quem mais aumentou a participação nesse movimento foi a Ásia, com destaque para a China, que se consolidou, de fato, como nosso principal parceiro.”



No primeiro semestre, os chineses responderam por 31,6% das vendas brasileiras para o exterior Foto: AFP

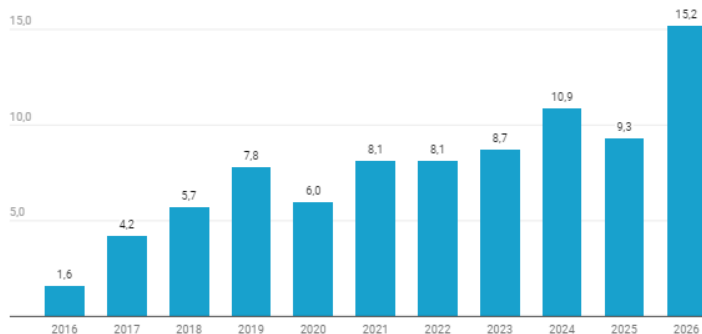
No primeiro semestre, as exportações para a China cresceram 22% em relação ao mesmo período do ano passado e somaram US\$ 58,3 bilhões. Por outro lado, os norte-americanos compraram US\$ 17,4 bilhões do Brasil, um recuo de 13%.

Com o conflito no Oriente Médio, por exemplo, as vendas de óleos brutos de petróleo brasileiro para os chineses somaram US\$ 15,2 bilhões, um aumento na comparação com os primeiros seis meses de 2025 (US\$ 9,3 bilhões). Os embarques de soja também avançaram nesse período. Passaram de US\$ 18,9 bilhões para US\$ 20,2 bilhões.

Demanda chinesa

Exportação de petróleo para a China é recorde

Dados em bilhões de dólares para o primeiro semestre de cada ano



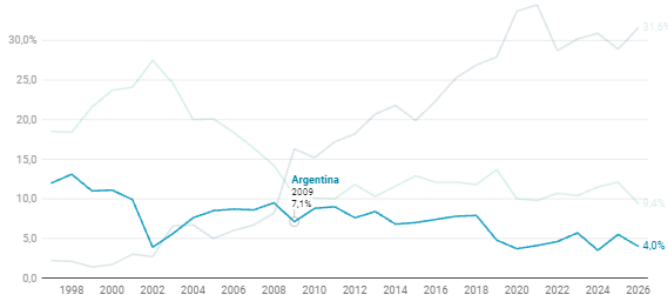
“Basicamente, há uma conjugação de aumento de preço e aumento de quantidade. Toda vez que há um fato externo marcante, como é o caso do conflito no Oriente Médio, automaticamente as commodities sobem de preço”, diz José Augusto de Castro, presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Com o desempenho das exportações do primeiro semestre, os chineses responderam por 31,6% das vendas brasileiras para o exterior; e os norte-americanos, por apenas 9,4%, o nível mais baixo já registrado na série histórica do Mdic.

Participação dos países

China ganha espaço nas exportações brasileiras

— China — Estados Unidos — Argentina



Fonte: Mdic - Obter dados

Pesquisador associado do FGV Ibre e sócio da BRCG Consultoria, Livio Ribeiro destaca que, com base na média móvel dos últimos três meses até maio, a exportação em volume cresceu 9% para a China. “E estava crescendo muito mais, estava crescendo a dois dígitos”, diz.

Para os Estados Unidos, houve queda de 16%; na União Europeia, o recuo foi de 4,5%; a exportação para a Argentina caiu 17%, segundo o cálculo de Livio. As altas foram registradas nos embarques para o México (7%), para a América Latina (15%) – excluindo a economia mexicana – e para a Ásia (14%) – sem levar em conta os dados da China.

“Tem uma importância grande da China, se olhar para essa métrica. É o país para o qual as exportações mais crescem e é o nosso principal parceiro comercial”, afirma o pesquisador associado do FGV/Ibre. “Mas tem outras histórias acontecendo também.”

Bons números na balança comercial ajudam a tornar as contas externas mais saudáveis de um país. Isso é especialmente importante no caso da economia brasileira, que tem um déficit estrutural nas contas de serviços e de renda.

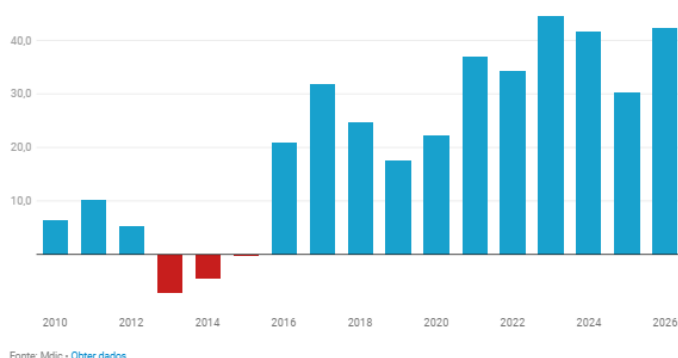
Ou seja, o País envia dólares ao exterior para pagar serviços importados e para enviar lucros e dividendos de companhias. Um saldo positivo na balança comercial ajuda a compensar essas saídas de recursos e deixa as contas externas do Brasil mais equilibradas.

Saldo da balança comercial revisado para cima

O bom desempenho da balança comercial da primeira metade do ano tem desencadeado revisões para cima na projeção para o saldo comercial do País. Na primeira metade do ano, o superávit foi de US\$ 42,3 bilhões — o segundo melhor resultado para o período.

Saldo turbinado

Em 2026, Brasil registra o segundo melhor resultado da balança comercial para o período de janeiro a junho
Janeiro a junho de cada ano em bilhões de dólares



Fonte: Mdic - Obter dados

Em sua mais recente revisão, o Mdic passou a prever um resultado positivo de US\$ 90 bilhões para este ano – a projeção anterior era de superávit de US\$ 72,1 bilhões. Se esse número se concretizar, o Brasil deve ter o segundo maior saldo comercial já registrado. Ficará atrás apenas do desempenho de 2023, quando o superávit comercial foi de quase US\$ 99 bilhões.

“A nossa projeção é de que as exportações sigam rodando em patamar recorde ao longo deste ano”, diz Júlia, do Itaú. O banco aumentou a projeção de superávit da balança comercial de US\$ 75 bilhões para US\$ 80 bilhões. Um dos fatores que motivou essa revisão foi a expectativa de preços maiores para o petróleo.

“No início do ano, a nossa projeção era de um preço do petróleo de US\$ 65 por barril ao fim de 2026. Agora, vemos um preço mais alto do que antes do conflito. Hoje, a nossa projeção é de um petróleo a US\$ 80. Isso explica esse saldo comercial mais alto do que o projetado antes”, afirma a economista do Itaú.

Expectativa de baixo impacto com novo tarifaço

Nesta quarta-feira, 15, termina o prazo para a decisão dos Estados Unidos de aplicar uma tarifa de 25% sobre os produtos brasileiros, apresentada pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), como forma de compensar os “atos, políticas e práticas incoerentes” do País que “onera ou restringem o comércio” americano.



Trump mira Pix e outros alvos brasileiros, em sua guerra comercial Foto: Saul Loeb/AFP

A proposta é calcada no âmbito da investigação conduzida pela Seção 301, instrumento adotado pelo governo americano para investigar e, se for o caso, aplicar sanções comerciais a países acusados de práticas que podem ser prejudiciais aos interesses das empresas americanas.

“A expectativa é de um impacto baixo desse tarifaço”, diz Livio. “O problema é que esse tarifaço tem diferenças em relação ao anterior. Tem questões que são negociáveis. Do tipo, taxar o Brasil porque o Pix desloca as empresas de pagamento americanas. Pode ter todo argumento, mas, objetivamente, você não vai cancelar o sistema.”

Os EUA ainda decidem sobre outra tarifa de 12,5% que pode ser imposta ao Brasil e que trata de trabalho forçado. Outros países também são investigados.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2026

PETRÓLEO DEVE TER TRAJETÓRIA DE QUEDA MESMO COM ESCALADA DO CONFLITO NO IRÃ, PREVÊ CITI

Para os analistas do banco, pensar num conflito interminável que afete substancialmente os fluxos pelo Estreito de Ormuz é uma hipótese difícil de sustentar

Por Talita Nascimento (Broadcast) e Thais Porsch (Broadcast)

Mesmo em meio à escalada do conflito entre Estados Unidos e Irã, o Citi mantém suas perspectivas de queda no preço do petróleo para este ano e para 2027. Em relatório publicado na tarde da segunda-feira, 13, o banco diz trabalhar com cenário em que os desentendimentos entre os dois países recrudescem para depois arrefecerem. “Da última vez, as coisas escalaram até o ponto de enfrentar destruição mútua de energia/infraestrutura pública, e então o memorando de entendimento foi firmado”, dizem os analistas do Citi, referindo-se ao acordo assinado em junho que estabeleceu um cessar-fogo, ora rompido. Eles acreditam num retorno à diplomacia de ambos os lados em uma ou duas semanas.

Pela lógica da instituição, pensar num conflito interminável que afete substancialmente os fluxos pelo Estreito de Ormuz é uma hipótese difícil de sustentar e, por isso, o mais provável seria a volta da negociação de um acordo. “Assim, seja hoje ou nos próximos meses, o que é difícil dizer com precisão, nosso cenário base é de que isso se trate de uma oportunidade de hedge para os produtores se protegerem de um cenário de baixa do preço do barril de petróleo entre US\$ 50 e US\$ 60 no caso de um acordo entre os países em conflito”, escreveram os mesmos analistas na última semana, quando o cessar-fogo foi suspenso.



Trump ameaçou cobrar pedágio dos navios no Estreito de Ormuz, mas voltou atrás Foto: AFP

Em suas projeções, o Citi permanece com a perspectiva do petróleo Brent com média de US\$ 75 o barril no terceiro trimestre de 2026. Para o quarto trimestre, a expectativa é de US\$ 70, e de US\$ 65 para 2027. Os contratos, por sua vez, voltaram a rondar os US\$ 85 após o presidente dos EUA, Donald Trump, ter afirmado que iria passar a cobrar uma taxa de 20% para navios atravessarem com segurança o Estreito de Ormuz. Teerã



criticou a medida e afirmou ser a “guardiã” do estreito, mesmo termo utilizado por Trump para se referir aos EUA.

Na terça-feira, 14, o republicano voltou atrás e comentou, em sua rede Truth Social, que quer trocar a taxa de navegação em Ormuz de 20% por acordos comerciais e investimentos dos países do Golfo nos EUA.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast na última semana, o estrategista de commodities do Citi, Eric Lee, disse que o mercado interpretava à época o anúncio do memorando de entendimentos de junho como indicativos de um desfecho negociado ou, ao menos, de manutenção dos fluxos. “O mercado, de forma geral, está encarando o memorando de entendimento e os desdobramentos desde então como fortes sinais de que provavelmente vamos chegar a algum tipo de acordo - ou pelo menos à reabertura dos fluxos pelo Estreito de Ormuz”, afirmou.

No entanto, o acordo ao qual Lee se refere ruiu na semana passada, quando o Irã atingiu três petroleiros que transitavam por uma rota não aprovada pelo regime do país na costa de Omã. Depois disso, Trump reiterou diversas vezes que o cessar-fogo havia acabado, os EUA bombardearam alvos no Irã e voltaram a implementar um bloqueio naval à nação persa nesta terça-feira.

Lee já ressaltava, por sua vez, que a tentativa de paz era rodeada de incertezas, como por exemplo, a tentativa do Irã de incluir Israel e Líbano num arranjo regional mais amplo. Os governos libanês e israelense retomaram negociações nesta terça-feira, em Roma, na Itália. Os possíveis pedágios no estreito também estavam nas contas de risco do banco, embora Washington ainda não tivesse sinalizado que também cobraria taxas.

Sobreoferta antes da guerra e sobreoferta depois

O Citi leva em conta em seu cenário que o petróleo já vinha em situação de sobreoferta antes do conflito. “Havia sobreoferta antes da guerra e haverá sobreoferta depois”, enfatizou Lee. O mercado global de petróleo enfrenta um cenário de excesso de oferta, apesar das últimas incertezas, impulsionado pelo aumento da produção de países de fora do grupo formado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e nações aliadas (Opep+), como Brasil, EUA, Canadá e Guiana. Os EUA são um exportador líquido da commodity, produzindo mais do que consomem, com Trump pressionando, desde sua volta à Casa Branca, pela retomada da produção local de combustíveis fósseis em detrimento de energias renováveis.

Lee disse ainda que recentemente se teve notícias de mais barris no mercado físico: “Parece haver bastante petróleo bruto disponível por aí”, afirmou, a ponto de refinarias asiáticas reofertarem cargas aos EUA. Segundo ele, a China, que fez grandes estoques em meio à incerteza geopolítica, deve voltar a comprar óleo em breve. “Quando a China sai para comprar e estocar muito mais, eles podem realmente influenciar o mercado de uma maneira. E quando eles param de comprar, podem realmente afrouxar o mercado de outra maneira. Então, eu diria que esse é outro fator que permanecerá muito crucial daqui para frente”, enfatizou.

Os países da Opep+ também pesam nessa conta. O bloco vem elevando as cotas de produção, lembra Lee, que aponta que a saída dos Emirados Árabes Unidos do grupo tende a liberar mais capacidade: “Isso significa que a capacidade de produção deles não fica mais limitada e eles vão produzir bem mais”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2026

CHINA: PIB CRESCE 4,3% NO 2TRI2026, O MENOR ÍNDICE DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Crise plurianual no setor imobiliário e queda nos gastos internos afetaram o cenário. O índice foi puxado para cima devido ao setor de exportação, influenciado pela popularização da IA e pelo setor automotivo

Por Redação

A economia chinesa cresceu 4,3% no segundo trimestre de 2026, informou o Departamento Nacional de Estatísticas (DNE) do país nesta quarta-feira, 15. O aumento é percebido se é considerado o mesmo período do ano anterior, isto é, os meses de abril a junho.

O percentual, o menor dos últimos três anos, ficou abaixo da meta anual de Pequim.

O setor de exportações, impulsionado pela ascensão da inteligência artificial e do setor automotivo, compensaram, no entanto, os efeitos do conflito no Oriente Médio.

Uma crise plurianual no setor imobiliário e uma queda nos gastos internos obrigaram os líderes do gigante asiático a depender das exportações para atingir as metas de crescimento.



Na terça, 14, dados apontaram que as exportações cresceram 27% em junho, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Foto: China OUT/AFP

No entanto, a guerra entre Estados Unidos e Israel contra o Irã colocou os objetivos em risco, ao bloquear o tráfego marítimo pelo Estreito de Ormuz. Mas “a economia resistiu à pressão e se manteve dentro de uma faixa razoável”, escreveu o DNE em comunicado.

“A produção e a oferta cresceram rapidamente. A situação do emprego permaneceu geralmente estável. Os preços subiram moderadamente. O comércio exterior cresceu em bom ritmo. Novos motores de crescimento se expandiram rapidamente”, acrescentou.

Dados oficiais também mostraram que as vendas no varejo subiram 1,0% em junho em comparação com o mesmo período do ano anterior, superando a previsão da Bloomberg, que previa uma queda de 0,1%.

Segundo dados divulgados previamente na terça, as exportações cresceram 27% em junho, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O número superou as expectativas, graças à popularização global da IA, que ajudou a impulsionar a demanda por chips e equipamentos de informática fabricados na China. /AFP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/07/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

PETRÓLEO SOBE COM TENSÕES NO ORIENTE MÉDIO E DADOS DE ESTOQUES AMERICANOS

O petróleo tipo Brent (a referência mundial) com vencimento em setembro teve alta de 0,26% e o WTI (a referência americana) com entrega prevista para agosto subiu 0,33%

Por Luana Reis, Valor — São Paulo

Os contratos futuros do petróleo terminaram o dia em leve alta, dando uma pausa na forte valorização vista nos últimos dois dias por causa da nova escalada de tensões no Oriente Médio. As forças armadas iranianas e americanas trocaram novos ataques nesta quarta-feira (15), sem perspectiva de



retomada das negociações de paz. No entanto, os preços do petróleo desaceleraram e chegaram a operar em queda após dados de estoques de petróleo nos Estados Unidos, que mostraram uma desaceleração no uso das reservas estratégicas.

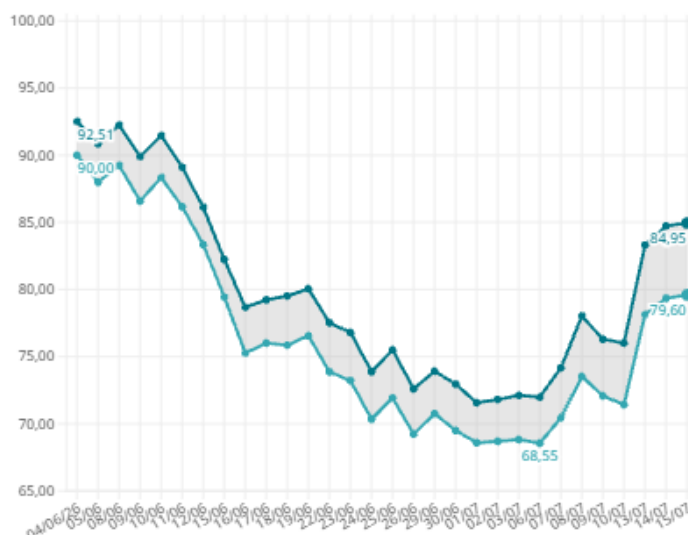
Plataforma da BP Cassia A e Cassia B em Trinidad e Tobago, no Caribe — Foto: Divulgação/BP

No fechamento, o petróleo tipo Brent (a referência mundial) com vencimento em setembro teve alta de 0,26%, cotado a US\$ 84,95 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE). O WTI (a referência americana) com entrega prevista para agosto subiu 0,33%, a US\$ 79,60 por barril, na New York Mercantile Exchange.

Petróleo

Em US\$/barril

● WTI (ago/26) ● Brent (set/26)



Variações WTI: dia: 0,33% | mês: 14,53% | ano: 38,63% | 12 meses: 19,66%
Variações Brent: dia: 0,26% | mês: 16,50% | ano: 39,61% | 12 meses:

Valor ValorData 23,64%

Obs: Variações sobre os 1º contratos

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data

Ambos os contratos já acumularam uma valorização superior a 10% nesta semana, em meio ao fim do cessar-fogo entre os Estados Unidos e o Irã.

Os EUA realizaram novos ataques aéreos contra o Irã nesta quarta-feira e o presidente americano, Donald Trump, prometeu intensificar os bombardeios até que Teerã deixe de atacar navios no Estreito de Ormuz e concorde em reabrir a rota marítima. Mais cedo, a Guarda Revolucionária Islâmica também informou que lançou mísseis contra alvos americanos na região, atingido países como o Kuwait e o Bahrein. As forças armadas iranianas disseram que Ormuz permanecerá fechado até que os Estados Unidos interrompam seus ataques e encerrem o bloqueio aos portos iranianos.

No entanto, os preços apagaram boa parte dos ganhos e chegaram a operar no negativo após a divulgação dos dados semanais de reservas de petróleo nos Estados Unidos. Segundo o Departamento de Energia (DoE), apesar da queda de 1,7 milhão de barris nos estoques de petróleo bruto do país, na semana passada, houve um aumento na produção e uma desaceleração no uso das reservas estratégicas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/07/2026

FAZENDA VÊ IMPACTO LIMITADO DE NOVAS TARIFAS DOS EUA, MAS ALERTA PARA RISCO INFLACIONÁRIO DO CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO

No cenário de riscos, Secretaria de Política Econômica também considera a possibilidade de um 'super El Niño', que pode provocar eventos climáticos extremos e pressionar os preços de alimentos e energia

Por Giordanna Neves e Hamilton Ferrari, Valor — Brasília



— Foto: Domingos Peixoto/Agência o Globo

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda afirmou que incorporou às projeções do Boletim Macrofiscal os efeitos das novas tarifas anunciadas pelos Estados Unidos, mas avaliou que o impacto macroeconômico sobre a economia brasileira deve permanecer limitado. Já os desdobramentos mais recentes do conflito entre EUA e Irã não foram considerados no cenário-base e representam um risco de alta para os preços de energia e para inflação.

Segundo a secretaria, as medidas anunciadas pelos EUA em junho de 2026, ainda pendentes de aprovação, preveem exceções para diversos produtos, o que tende a manter o impacto agregado modesto. Além disso, o conjunto de medidas adotadas pelo governo desde o ano passado, voltadas ao crédito, à liquidez e à diversificação de mercados, deve ajudar a mitigar os efeitos sobre os setores mais expostos.

A SPE também destacou que as exportações brasileiras mostraram resiliência após a elevação das tarifas em agosto de 2025, com recuperação gradual desde novembro. “Como o mercado americano respondeu por cerca de 11% das exportações brasileiras em 2025, equivalentes a menos de 2% do PIB antes do choque, e o redirecionamento das vendas para outros destinos compensou parte relevante da perda, o efeito direto sobre a atividade foi limitado e tende a continuar desta forma”, diz.

No cenário de riscos, a secretaria também considera a possibilidade de um super El Niño, que pode provocar eventos climáticos extremos e pressionar os preços de alimentos e energia, especialmente na América Latina e na Ásia.

A secretária de Política Econômica, Débora Freire, afirmou que o governo passou a ter “mais clareza” de que o El Niño deverá ser mais intenso. Segundo ela, esse cenário, combinado com os dados já observados, é incorporado às projeções de inflação, por representar um risco de alta, especialmente para o segundo semestre do ano, quando os efeitos climáticos tendem a se intensificar.

Em relação ao conflito no Oriente Médio, a SPE ressaltou que os avanços diplomáticos entre maio e o início de julho reduziram temporariamente os riscos geopolíticos, com o cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã contribuindo para a queda das cotações do petróleo.

No entanto, a retomada dos conflitos em 8 de julho, após a data de corte das projeções da pasta, interrompeu essa trajetória, elevando novamente os preços da commodity e as incertezas quanto à evolução do conflito. Por isso, esses desdobramentos, ainda não incorporados ao cenário-base, passaram a representar um risco relevante de alta para os preços da energia e para a inflação.

El Niño

Nenhuma medida para mitigar os efeitos do El Niño está em estudo pela equipe econômica, disse a secretária de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Ela foi questionada medidas similares às adotadas pelo governo com o encarecimento dos preços do petróleo provocado pela guerra no Oriente Médio.

Por sua vez, o subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Fazenda, Rafael Leão, disse que o viés do impacto do El Niño é altista, mas não citou o efeito em pontos percentuais do fenômeno climático na inflação.

Detalhou somente que o principal risco é de mudança da bandeira tarifária de amarela para vermelha, nas contas de luz, encarecendo o custo da energia elétrica para os consumidores.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/07/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BRASIL EXPORTA 38,5 MILHÕES DE SACAS DE CAFÉ NA SAFRA 2025/26, QUEDA DE 15,7%

Da Redação Portos e logística 15/07/2026 - 17:08



Receita cambial de US\$ 14,6 bilhões foi a segunda maior da série histórica, refletindo bons preços entre setembro de 2025 e janeiro de 2026, segundo Cecafé

O Brasil exportou 38,5 milhões de sacas de 60 kg de café, para 125 países, nos 12 meses do ano-safra 2025/26, volume que representa queda de 15,7% na comparação com o intervalo de julho de 2024 a junho de 2025. A receita cambial com os embarques teve leve recuo de 1%, para US\$ 14,6 bilhões, mas alcançou o segundo melhor desempenho na série histórica, atrás somente da temporada 2024/25. Os dados fazem parte

do relatório estatístico mensal do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé).

A performance no ciclo cafeeiro 2025/26 foi alcançada com a exportação dos 3,060 milhões de sacas e o ingresso de US\$ 972,8 milhões em junho deste ano, que representaram alta de 16,9% em volume e recuo de 6% em receita. Esses números também elevaram os embarques de café do Brasil, no primeiro semestre de 2026, a 17,831 milhões de sacas, com queda de 8,3% frente ao período de janeiro a junho de 2025, e a receita cambial para US\$ 6,534 bilhões, 13,3% inferior ao mesmo período do ano passado.

De acordo com o presidente do Cecafé, Márcio Ferreira, a queda nas exportações no ano-safra recém-concluído era aguardada devido à menor disponibilidade do produto. “Após exportações recordes em 2024, os estoques brasileiros reduziram significativamente. Aliado a isso, a safra 2025 foi afetada por adversidades climáticas, o que diminuiu a oferta de café”, pontuou.

Ferreira acrescentou que os gargalos logísticos no setor portuário brasileiro também impactaram o desempenho dos embarques. “Com infraestrutura defasada nos principais portos do Brasil, vimos pátios abarrotados e muitos atrasos na saída dos navios ao exterior, o que impossibilitou o embarque de centenas de milhares de sacas e gerou prejuízos milionários aos exportadores com custos extras devido a armazenagens adicionais, pré-stacking e detentions”, afirmou.

Ferreira também chamou a atenção que o tarifaço de 50% imposto aos cafés do Brasil, por cerca de quatro meses, também auxiliou na derrubada dos embarques aos Estados Unidos em mais de 50% nesse intervalo, consolidando a redução no acumulado do ano-safra. De 6 de agosto a 21 de novembro – com retroatividade ao dia 13 –, período de vigência das taxas impostas pelos Estados Unidos, as exportações dos cafés brasileiros ao país despencaram 54,9% na comparação com os mesmos quatro meses de 2024, saindo de 2,917 milhões para 1,315 milhão de sacas.



“Depois da retirada do tarifaço sobre a maioria dos cafés brasileiros, recordando que o solúvel segue taxado para ingressar no mercado americano, notou-se a retomada dos negócios entre os dois países. Mas, até o momento, o ritmo mais normal dessas transações não foi alcançado em função da instabilidade e das incertezas relativas à política comercial dos EUA, como ainda aguardamos, hoje, o anúncio do resultado das investigações da Seção 301 do USTR (United States Trade Representative)”, analisou.

Para o Cecafé, o cenário financeiro dos produtores também impactou o ritmo das exportações na safra passada. “Os cafeicultores estão capitalizados por conta dos bons preços nos últimos anos, assim, diante de estoques limitados no período de entressafra, até maio para a variedade canéfora (conilon + robusta) e até este mês para a arábica, eles estiveram confortáveis para negociar seu café remanescente aproveitando as melhores oportunidades de mercado, limitando os embarques”, revelou Ferreira.

O presidente do Cecafé acredita que a segunda melhor receita cambial da história para anos-safra, apenas 1% abaixo do ciclo anterior, só não bateu o recorde absoluto em função do menor volume embarcado, uma vez que a conjuntura mercadológica foi positiva, em especial com as elevadas cotações internacionais entre setembro de 2025 e janeiro de 2026.

Segundo Ferreira, os fundamentos já eram favoráveis à alta há algumas safras, com oferta e demanda ajustadas ou com déficit de oferta devido ao impacto das adversidades climáticas nos principais países produtores, principalmente no Brasil. “Nossos cafeicultores, bem organizados, mantêm seus investimentos em tecnologia, inovação e qualidade, o que eleva o patamar dos cafés do Brasil e, consequentemente, o seu valor. O preço médio das exportações na safra passada, de US\$ 379,48 por saca, é o maior da história e 17,4% superior ao anterior, o que justificaria uma receita recorde, não fossem os entraves que impossibilitaram o embarque de centenas de milhares de sacas”, alegou.

O presidente do Cecafé apontou que as incertezas climáticas e o atraso da colheita não propiciaram uma antecipação de vendas por parte do produtor, ocasionando, pelo contrário, uma postura mais conservadora, retraindo ainda mais a possibilidade de aumento das exportações no mês de junho. “No geral, o mercado segue aguardando a evolução da colheita de arábica para entender os números finais, assim como checar a qualidade, parcialmente afetada pelas chuvas, fatores que também serão determinantes para as exportações no ano-safra que se inicia neste mês de julho”, concluiu.

O impacto do tarifaço também foi sentido no ranking dos principais importadores dos cafés do Brasil no ano-safra 2025/26, com os Estados Unidos perdendo o posto de maior parceiro comercial do produto que ocupava desde o ciclo 2009/10. A Alemanha assumiu a dianteira em 2025/26, com a aquisição de 5,188 milhões de sacas, montante que representa 13,5% dos embarques totais do Brasil no período, apesar de implicar queda de 20,6% na comparação com o mesmo intervalo da temporada 2024/25.

Os EUA aparecem na sequência, com 4,243 milhões de sacas – 11% do total –, o que representa um declínio de 43,2% ante os 12 meses do ciclo antecedente. Fechando o ‘Top 5’, vêm: Itália, com 3,267 milhões de sacas e recuo de 8,1%; Bélgica, com 2,330 milhões de sacas e baixa de 24,7%; e Japão, com 2,300 milhões de sacas e leve alta de 0,2%.

O café arábica, com 29,499 milhões de sacas, foi o mais exportado pelo Brasil entre julho de 2025 e junho de 2026. Esse volume responde por 76,7% do total, mesmo representando queda de 15,3% frente à safra 2024/25. A espécie canéfora (conilon + robusta) veio na sequência, com o embarque de 5,031 milhões de sacas (13,1% do geral), apresentando declínio de 23,5% ante o remetido ao exterior nos 12 meses da temporada cafeeira anterior. O segmento do café solúvel, com 3,874 milhões de sacas (10,1% do total) e o setor industrial de café torrado e torrado e moído, com 56.860 sacas (0,1%) completam a lista.

Os cafés que possuem qualidade superior, certificados de práticas sustentáveis e/ou especiais responderam por 19,2% das exportações totais brasileiras no ano-safra 2025/26, com o envio de 7,388 milhões de sacas ao exterior, volume que representa recuo de 17,1% frente ao registrado no

mesmo intervalo anterior. A um preço médio de US\$ 427,70 por saca, a receita cambial com os embarques dos cafés diferenciados foi de US\$ 3,160 bilhões, o que corresponde a 21,7% do obtido com todos os embarques de café no ciclo 2025/26. No comparativo com a safra antecedente, o valor é 4% inferior.

A Alemanha liderou o ranking dos principais destinos dos cafés diferenciados, com a compra de 1,054 milhão de sacas, o equivalente a 14,3% do total desse tipo de produto exportado. Fechando o top 5, aparecem os EUA, com 959.870 sacas e representatividade de 13%; Bélgica, com 754.459 sacas (10,2%); Holanda (Países Baixos), com 634.267 sacas (8,6%); e Itália, com 549.423 sacas (7,4%).

O Porto de Santos (SP) foi o principal exportador dos cafés do Brasil no ano-safra 2025/26, com 28,859 milhões de sacas e representatividade de 75% no total. Na sequência, aparecem o complexo portuário do Rio de Janeiro, que respondeu por 21,4% dos embarques ao remeter 8,249 milhões de sacas ao exterior, e o Porto de Paranaguá (PR), que exportou 377.914 sacas e teve representatividade de 1%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2026

VAST ESTENDE CONTRATO COM PETRONAS BRASIL ATÉ 2027 NO PORTO DO AÇU

Da Redação Offshore 15/07/2026 - 16:00



A Vast Infraestrutura anunciou a extensão, até o fim de 2027, do contrato de transbordo de petróleo com a Petronas Brasil no Terminal de Petróleo T-Oil, localizado no Porto do Açu (RJ), consolidando a parceria iniciada em 2023 e reforçando o papel do ativo como corredor estratégico de exportação de óleo bruto.

Desde 2023, a Petronas Brasil utiliza o T-Oil para operações de transbordo de petróleo bruto, em regime de contrato que agora passa a cobrir todo o período até 2027, segundo comunicado da companhia. A infraestrutura da Vast inclui

berços para operações ship-to-ship e sistemas dedicados ao carregamento de navios de grande porte, voltados ao mercado internacional.

De acordo com dados da empresa, o terminal movimentou em 2025 cerca de 30,6 milhões de toneladas de petróleo destinados à exportação, volume que representou 48% de todo o petróleo bruto embarcado por terminais brasileiros no ano, mantendo a liderança nacional nesse segmento. Com a renovação, a Petronas Brasil integra o grupo de clientes com contratos de longo prazo alinhados à estratégia de uso intensivo dessa infraestrutura.

A Vast destaca que o acordo reforça o papel do T-Oil como solução logística para companhias de energia que operam no Brasil, combinando capacidade de movimentação, confiabilidade operacional e interface com rotas internacionais de longo curso, em um cenário de aumento da produção offshore brasileira.

Hub de óleo e gás

A expansão da infraestrutura do Porto do Açu, com destaque para o Terminal de Petróleo T-Oil e para os projetos de gás natural associados à GNA, tem reforçado o complexo como um dos principais eixos de escoamento da produção brasileira de óleo e gás. No segmento de gás, a entrada em operação da UTE GNA II consolidou no Açu a maior usina a gás natural do país, com investimento da ordem de R\$ 7 bilhões e capacidade instalada de 1.672 MW, suficiente para atender até 8 milhões de residências em condições de despacho pleno. A combinação entre terminal de GNL, infraestrutura de regaseificação e geração termoeletrônica posiciona o complexo como ativo estratégico para a segurança de suprimento e a diversificação da matriz energética brasileira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/07/2026

CONTRATAÇÃO DE VLCCS TEM RECORDES HISTÓRICOS EM ANO 'SURPREENDENTE', APONTA MSI

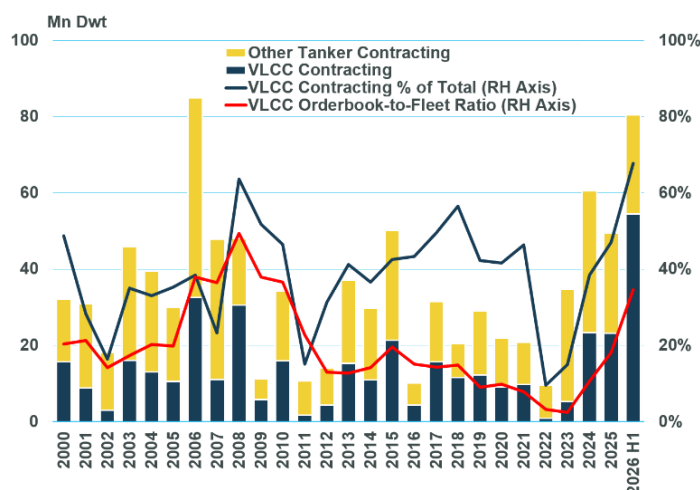
Da Redação Indústria naval 14/07/2026 - 21:01



Primeiro semestre de 2026 registrou aumento expressivo na contratação desse tipo de navios, superando recordes anuais anteriores

A consultoria Maritime Strategies International (MSI) verificou 177 navios classe VLCC, que totalizam 54,5 milhões de toneladas de deadweight (porte bruto) encomendadas durante o primeiro semestre de 2026. O balanço entre a carteira de encomendas desse tipo de embarcação em relação à frota atual representou proporção em torno de 35% em junho. Ainda que não sejam feitas

novas encomendas no segundo semestre, os seis primeiros meses de 2026 já equivalem ao mais alto número de encomendas de VLCCs da história, ultrapassando de longe a segunda maior marca (32,6 milhões de dwt), de navios contratados há 20 anos.



No mercado de navios-tanque como um todo, em decorrência do aumento repentino nos pedidos de grandes petroleiros, o total de contratos para esse tipo de embarcação já havia se aproximado de 80 milhões de toneladas de porte bruto (TPB) no final de junho, superando a previsão anterior da MSI para o ano todo.

O pico anterior da contratação de VLCCs, registrado em 2006, ocorreu quando os pedidos totalizaram 32,6 milhões de dwt e a carteira de encomendas representava aproximadamente 38% da frota. No entanto, a frota global de VLCCs naquela época equivalia a cerca de metade do tamanho atual.

Cerca de 83% dos pedidos de navios no primeiro semestre de 2026 estão programados para entrega em 2028 e 2029. Segundo a MSI, a contratação de VLCCs nos seis primeiros meses de 2026 mais do que dobrou as entregas previstas para 2028, representando uma pressão significativa para o equilíbrio futuro do mercado.

“Este 2026 já está sendo um ano surpreendente para a contratação de navios-tanque, com armadores do ocidente representando cerca de metade dos pedidos de VLCCs feitos durante a primeira metade do ano, ante os armadores gregos e compradores asiáticos, com cerca de um quarto das encomendas”, disse Jialin Xu, analista da MSI.

“As cinco maiores encomendas de VLCC foram todas feitas a estaleiros chineses e, no geral, cerca de 89% dos contratos assinados durante a primeira metade do ano foram junto a construtores da China.

A Hengli Shipbuilding se destacou como principal empresa, assegurando 55% dos pedidos do país no primeiro semestre de 2026, seguida pelo Jiangsu New Hantong e pela Dalian Shipbuilding Industry Co, com 14% e 11%, respectivamente”, acrescentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/07/2026

APS PUBLICA EDITAL PARA CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE PASSAGEIROS

Da Redação Navegação 14/07/2026 - 20:12



Licitação eletrônica ocorrerá no dia 3 de agosto. Contrato tem duração prevista de 30 meses

A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou, na última semana, o edital de licitação eletrônica que visa a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte de passageiros por meio de embarcações, visando o atendimento das rotinas da companhia.

De acordo com o edital, o contrato terá vigência de 30 meses e o escopo dos serviços abrange a operação de linhas fixas exclusivas para o deslocamento de colaboradores para as seguintes áreas: Santos-Guarujá (TEV/Santos Brasil), Santos-Ilha Barnabé e Bertioxa-Vila de Itatinga.

A APS informou que, além das travessias regulares, o edital prevê a disponibilização de embarcações por demanda (lanchas rápidas, embarcações de pequeno porte e catamarãs) para inspeções ambientais, fiscalizações, estudos e visitas técnicas ao longo do estuário e canal portuário.

O edital (RLE Nº 40/2026 - Processo 306/25-97) está disponível na página de licitações da APS. Os interessados em participar devem estar previamente credenciados no sistema Licitações-e, do Banco do Brasil. A data limite para recebimento das propostas é o próximo dia 3 de agosto, até às 10h00.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/07/2026

CONAB ESTIMA PRODUÇÃO DE 360 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS NO CICLO 2025/26

Da Redação Economia 14/07/2026 - 19:40



A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima a produção de grãos da safra 2025/26 em 360,1 milhões de toneladas, volume 2,2% superior ao registrado na temporada passada. De acordo com os dados do 10º Levantamento da Safra de Grãos 2025/26, divulgado nesta terça-feira (14), o acréscimo de 7,8 milhões de toneladas de grãos a serem colhidos reflete a maior área destinada para o cultivo de grãos no país, projetada em 83,5 milhões de hectares, enquanto a produtividade média nacional das lavouras deve se manter estável, prevista em 4.311 quilos por hectare.

A colheita das três safras de milho no atual ciclo está estimada em 141,7 milhões de toneladas, volume 0,4% superior ao ciclo passado. A primeira safra do cereal já está quase toda colhida, e a produção está estimada em 29,6 milhões de toneladas. Já na segunda safra do grão, a colheita atinge 38,9% da área destinada para cultura, índice inferior à média dos últimos 5 anos.

Principal produtor do grão, Mato Grosso registrou condições climáticas favoráveis durante o ciclo, proporcionando um bom desenvolvimento da segunda safra de milho. Já em Goiás, Minas Gerais e Piauí os 'veranicos' ocorridos em abril e maio influenciaram no desempenho da cultura. Neste cenário, a Conab espera que sejam colhidas 109,43 milhões de toneladas na segunda safra do cereal. Para a terceira safra, espera-se uma produção de 2,7 milhões de toneladas. No momento, as baixas precipitações que vêm ocorrendo, especialmente em Sergipe e Alagoas, trazem reflexos à evolução das lavouras.

O algodão tem produção prevista em 4,06 milhões de toneladas de pluma, com 8,1% da área já colhida, 78,4% em maturação e 13,5% em formação de maçãs. As boas condições climáticas favorecem o bom desenvolvimento das lavouras, refletindo em um ganho na produtividade de 2,8% em relação à safra 2024/25. Essa melhora no desempenho médio das lavouras compensou a diminuição em 3,2% na área plantada, que neste ciclo foi próximo a 2 milhões de hectares.

Com colheita finalizada, a soja alcança uma produção de 180,6 milhões de toneladas, avanço de 5,3% em relação à safra passada, resultado do aumento de 2,7% na área cultivada, aliado ao bom pacote tecnológico utilizado pelos produtores, e às condições climáticas favoráveis. O arroz também tem colheita encerrada e apresenta uma produção de 11,1 milhões de toneladas, 13,1% abaixo do volume produzido na safra passada, reflexo de uma menor área destinada ao produto. No caso do feijão, a produção total estimada é de 3 milhões de toneladas, 1,4% inferior ao ciclo anterior. Mesmo com a redução prevista para estes dois importantes produtos para o consumo dos brasileiros, o volume a ser colhido garante o abastecimento no mercado doméstico.

Já o trigo, produto de destaque entre as culturas de inverno, se encontra em fase final de plantio. A expectativa da Conab é de uma redução de 23,5% no volume a ser colhido, estimado em 6 milhões de toneladas. O resultado reflete tanto a menor área destinada ao cereal como a expectativa de uma menor produtividade média a ser registrada nas lavouras neste ciclo.

A companhia ajustou as estimativas para o estoque de passagem de milho na safra 2025/26, uma vez que a produção total do cereal foi reajustada para 141,7 milhões de toneladas. A nova expectativa é de um estoque próximo a 14,5 milhões de toneladas em 31 de janeiro de 2027.

A atualização da safra de algodão também possibilitou ajustes na expectativa de exportação da fibra, podendo chegar a 3,38 milhões de toneladas, resultando em um estoque final de 2,67 milhões de toneladas. No caso da soja, o estoque final foi ajustado para 8,8 milhões de toneladas, diante um aumento no processamento do grão e das exportações, estimadas em julho em 62,57 milhões de toneladas e 116,3 milhões de toneladas respectivamente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/07/2026

ABB ADQUIRE NORUEGUESA HØGLUND E EXPANDE PORTFÓLIO DE AUTOMAÇÃO MARÍTIMA

Da Redação Indústria naval 14/07/2026 - 19:33



A ABB anunciou, nesta terça-feira (14), um acordo para a aquisição da norueguesa Høglund AS, do Grupo Eitzen, atuante em automação naval. Em comunicado, a provedora de tecnologias de eletrificação e automação destacou que o negócio abrange toda a operação da Høglund no mundo, os mais de 80 funcionários na Noruega, Polônia, Romênia e China, e, principalmente, o portfólio de soluções. A aquisição deve ser concluída no terceiro trimestre de 2026, após aprovação regulatória. Os valores do negócio não foram divulgados.

A Høglund conta com um sistema de controle e automação instalado em mais de 600 embarcações, baseado nos controladores 800M e S800, da ABB. Além de automatizar tarefas, o sistema monitora



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 119/2026
Página 70 de 70
Data: 15/07/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

motores, geradores e cargas elétricas, sendo conhecido no mercado por favorecer eficiência energética e desempenho operacional.

A empresa informou que os clientes da Høglund seguirão com suporte da ABB e ressaltou que eles devem se beneficiar da expertise complementar em automação da empresa e da presença em mais de 140 países. “O portfólio de automação marítima da Høglund complementar a oferta da ABB com soluções comprovadas e escaláveis que apoiam nossas ambições de crescimento”, disse Rune Braastad, presidente da divisão Marine & Ports da ABB, à qual a Høglund será incorporada.

Em 2025, a Høglund teve receita de 30 milhões de euros. A aquisição deve facilitar a inserção da ABB em novas categorias de navios. “Combinado com nosso alcance global e capacidade de serviços, temos uma base sólida para o sucesso contínuo”, acrescentou Braastad.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/07/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 15/07/2026